



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS NO MEIO
RURAL ANGOLANO**

**Promoção do desenvolvimento sustentável na aldeia de Ondova
(Kwanyama; Kunene)**

Orientação | Prof. Doutora Gertrudes Saúde Guerreiro

Mestrando | **Abraão Ndeufekelua Mwaikafana**

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Dissertação

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Políticas Públicas e Desafios no Meio Rural Angolano

Promoção do desenvolvimento sustentável na aldeia de Ondova

(Kwanyama; Kunene)

Orientação | Prof. Doutora Gertrudes Saúde Guerreiro

Mestrando | **Abraão Ndeufekelua Mwaikafana**

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Dissertação

Évora, 2018

Nota de agradecimento

É da praxe, nas primeiras páginas de estudos como este, reservar algumas linhas para endereçar agradecimentos, a colegas, a amigos e a instituições. Não fugindo à regra, e como mandam os bons costumes, agradeço:

- À Diocese de Ondjiva (Angola) na pessoa de Dom Pio Hipunyati e Dom Kevanu, por me terem desafiado e contribuído para a minha formação. Uma palavra de gratidão ao Padre Geraldo Namolo, mestre de longa data;
- Ao governo provincial do Kunene, com relevância à governação do Prof. Doutor António Didalelwa, de feliz memória; ao município do Kwanyama, comuna de Oshimolo e povoação de Ondova pela contribuição na execução deste estudo e pela colaboração excelente na minha formação; à direção provincial da Educação do Kunene e Escola de Formação de Professores de Ondjiva;
- À Arquidiocese de Évora na pessoa de Dom José Alves, uma profunda vénia de reconhecimento pela dedicação exemplar na minha formação. E profundo reconhecimento à Família Reis em Alcáçovas;
- Aos meus colegas de curso, que com as suas experiências profissionais foram em muitos momentos formadores exemplares;
- À equipa formadora da Universidade de Évora que com muito brio e dedicação faz desta universidade fonte inesgotável do saber e em especial à Prof.^a Doutora Gertrudes das Dores Lopes Saúde Guerreiro, por ter aceitado o desafio de me orientar e me ter incentivado a concluir este estudo da melhor forma possível, assim como ao diretor do curso que aceitou que tratasse dum tema da *terra que me viu nascer*;
- À família e a todos os que de diversas formas contribuíram para este momento.

Ondemupandula amushe. Kulupeni nomesho omayoo inga ndimutaafinina! (agradeço a todos. Envelheçais com capacidade de ver e não vos preocupeis com os dentes porque tratarei em amassar bem o comer (tradução literal do autor)). QUE DEUS VOS RETRIBUA O BEM QUE ME FIZERAM!

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais Alfredo Mwaikafana “Nekombe” (de Feliz memória) e Porfíria Kaulikufwa “Mukwaluvala” Mãe-mestra, aos amigos e naturais de Ondova/Oshimolo e a todos os que se preocupam e vivem no meio rural!

Resumo

O nosso estudo tem como título: *Políticas Públicas e Desafios no Meio Rural Angolano - promoção do desenvolvimento sustentável na aldeia de Ondova (Kwanyama; Kunene)*. Angola é um país africano de *expressão portuguesa*, com 18 províncias, entre as quais está a província do Kunene. Ondova é uma povoação da comuna de Oshimolo, município do Kwanyama, província do Kunene na República de Angola. Escolhemos Ondova não só por ser uma terra do interior mais rural e pobre de Angola, mas também, pelas suas características, quer as decorrentes da própria natureza, quer as decorrentes da ação humana. É um território caracterizado por uma forte presença de estiagem que provoca a transumância e a emigração.

Com este trabalho procuramos identificar as políticas e projetos públicos que nos pareceram mais significativos em Angola no geral e o seu impacto nos territórios do interior, em particular em Ondova (Kunene), tentando assim, perceber o potencial socio-económico-cultural deste território. Realizamos um breve diagnóstico da povoação, tendo em conta a implementação dos projetos e políticas da administração local, para contribuímos na definição das potencialidades do território em estudo, de forma a captar investimento e promover o “autoconhecimento” do território.

Estamos confiantes que o nosso estudo contribuirá para um melhor conhecimento do território, o qual poderá ser útil para os diferentes atores (na definição dos seus projetos locais): instituições governamentais e não-governamentais, empresários e investidores, população em geral. No âmbito dos objetivos delineados, seguimos uma metodologia de estudo de caso aplicada ao território de Ondova. Contudo, foi uma pesquisa que teve muitas limitações, não só pelo fato de ser feita num ambiente politicamente conturbado pelas campanhas eleitorais, como também pela mudança drástica na estrutura do governo local.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento Rural; Ondova; Angola.

Public Policies and Challenges in the Angolan Rural Environment

- Promoting sustainable development in the village of Ondova

(Kwanyama; Kunene)

Abstract

Our study is entitled Public Policies and Challenges in the Angolan Rural Environment - promotion of sustainable development in the village of Ondova (Kwanyama, Kunene). Angola is an African country of Portuguese expression, with 18 provinces, among which is the province of Kunene. Ondova is a village in the municipality of Oshimolo, municipality of Kwanyama, province of Kunene in the Republic of Angola. We chose Ondova not only because it is a land of the rural and poorest interior of Angola, but also because of its characteristics, both those derived from nature itself and those resulting from human action. It is a territory characterized by a strong presence of drought that causes transhumance and emigration.

This work seeks to identify the public policies and projects that we consider to be the most significant in Angola in general, and their impact on the interior territories, particularly in Ondova (Kunene), in an attempt to understand the socio-economic and cultural potential of this territory. We make a brief diagnosis of the village, taking into account the implementation of the projects and policies of the local administration, to help define the potential of the territory under study, in order to capture investment and promote the "self-knowledge" of the territory.

We are confident that our study will contribute to a better knowledge of the territory, which may be useful to the different actors (in the definition of their local projects): governmental and non-governmental institutions, entrepreneurs and investors, the population in general. Within the scope of the objectives outlined, we follow a methodology of case study applied to the territory of Ondova. However, it was a research that had many limitations, not only because it was done in a politically troubled environment by electoral campaigns, but also because of the drastic change in the structure of local government.

Keywords: Public Policies; Rural Development; Ondova; Angola.

Índice geral

Nota de agradecimento	2
Dedicatória.....	3
Resumo	4
Abstract.....	5
Índice de tabelas	8
Índice de gráficos.....	9
Índice de figuras	9
Índice de anexos	10
Siglas e Abreviaturas	11
1. Introdução geral	12
1.1. Considerações iniciais: motivações e delimitação temática	12
1.2. O problema e sua importância	13
1.3. Hipótese	14
1.4. Objetivos.....	15
1.5. Estrutura do trabalho	16
2. Enquadramento teórico e revisão de literatura	17
2.1. Introdução	17
2.2. Políticas públicas e desenvolvimento rural (sustentável)	17
2.3. Desenvolvimento rural nos países em vias de desenvolvimento.....	25
3. Metodologia.....	32
3.1. Introdução.....	32
3.2. Metodologia aplicada	32
3.3. Método da entrevista semiestruturada	34
3.4. Método da observação direta.....	36

3.5.	Etapas e critérios de seleção dos entrevistados	36
4.	Caracterização socioeconómica do território em análise	39
4.1.	Introdução	39
4.2.	Breves considerações gerais sobre Angola.....	39
4.3.	Província do Kunene (Cunene).....	54
4.4.	Município do Kwanyama	62
4.5.	A povoação de Ondova.....	65
5.	Políticas públicas no território em análise	71
5.1.	Introdução.....	71
5.2.	Políticas públicas para o desenvolvimento rural	71
5.3.	Políticas públicas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017 (PND) 74	
5.4.	Políticas públicas na província do Kunene e competências do governo local	78
5.5.	Políticas públicas no município do Kwanyama.....	80
5.6.	Políticas públicas na povoação de Ondova.....	82
6.	Estudo aplicado em Ondova: recolha de informação e análise dos resultados ...	87
6.1.	Introdução.....	87
6.2.	Recolha de informação	87
6.3.	Caracterização dos indivíduos entrevistados em Ondova	89
6.4.	Observação direta não participante.....	90
6.5.	Análise de conteúdo das entrevistas	94
6.6.	Análise SWOT.....	97
7.	Ondova – estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do território.	99
8.	Conclusão	102
	Bibliografia.....	105
	Anexos.....	114

Índice de tabelas

Tabela 1. Diferenças entre método e técnica	33
Tabela 2. Delimitação geográfica das zonas e eixos de desenvolvimento futuro	42
Tabela 3. Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes.....	44
Tabela 4. Angola: províncias, capitais, superfícies e número de habitantes em 2014	45
Tabela 5. Número de municípios, comunas e localidades por província	47
Tabela 6. Cenário da economia angolana segundo FMI (2016).....	49
Tabela 7. Recursos naturais das regiões de desenvolvimento angolanas (2001 – 2019) 50	
Tabela 8. População residente com 15 ou mais anos de idade por área de residência, segundo a situação perante a atividade económica em Angola à data de 16-5-2014.....	51
Tabela 9. Evolução das explorações familiares por grupos de culturas	52
Tabela 10. Evolução da produção pecuária no período 2010-2014	52
Tabela 11. Produtividade das principais culturas	53
Tabela 12. População residente na província do Kunene por município (estimativas em 2012 aquando da elaboração do PDC 2013-2017)	56
Tabela 13. Distribuição geográfica da população por municípios em 2014	57
Tabela 14. Estrutura etária da população na província em 2014.....	57
Tabela 15. População com 15 ou mais anos de idade que sabe ler e escrever na província do Kunene 2014.....	58
Tabela 16. População com 24 ou mais anos que completou o ensino superior por município em 2014	58
Tabela 17. População ativa, emprego e desemprego na província do em 2014.....	59
Tabela 18. Agregados familiares, segundo o tipo de fonte de água para consumo em 2014	60
Tabela 19. Número de agregados familiares segundo a fonte de energia utilizada para cozinhar	61
Tabela 20. Alguns indicadores da província do Kunene	62
Tabela 21. Lista de alguns documentos de relevância em matéria de Desenvolvimento Rural em Angola.....	73
Tabela 22. Caracterização dos entrevistados segundo idade, género e escolaridade	89
Tabela 23. Grelha de observação do território	90
Tabela 24. Infraestruturas existentes em Ondova.....	92
Tabela 25. Análise SWOT relativa ao território de Ondova (2017).....	97
Tabela 26. PDP do Kunene 2013-2017 (programa de ação)	115
Tabela 27. PDP Kunene – Matriz de Pertinência	117
Tabela 28. PMIDRCF: execução física e financeira	118
Tabela 29. Descrição das infraestruturas erguidas no município de 2011 a 2015.....	120
Tabela 30. Análise de conteúdo das entrevistas aos residentes	130
Tabela 31. Análise de conteúdo das entrevistas aos residentes (cont. 1)	132
Tabela 32. Análise de conteúdo das entrevistas aos residentes (cont. 2)	133
Tabela 33. Análise de conteúdo das entrevistas aos residentes (cont. 3)	135

Tabela 34. Grelha de entrevistas às instituições - questão A.....	137
Tabela 35. Grelha de entrevistas às instituições - questão B.....	137
Tabela 36. Grelhas de entrevistas às instituições - questão C	138
Tabela 37. Grelha com excertos de entrevistas	138

Índice de gráficos

Gráfico 1. Crescimento económico de Angola.....	43
Gráfico 2. População ativa, empregada e desempregada segundo o Censo 2014	59
Gráfico 3 Execução física e financeira dos projetos, no município do Kwanyama 2015	81
Gráfico 4 Distribuição dos agregados familiares por tipo de habitação em 2017	91

Índice de figuras

Figura 1. Esquema representativo das várias componentes do desenvolvimento sustentável	23
Figura 2. Países africanos (localização de Angola).....	40
Figura 3.Distribuição geográfica da população angolana e localização do Kunene ou Cunene.....	48
Figura 4. Tratamento da água do rio Kunene em Xangongo/Kunene	61
Figura 5. Estabelecimento comercial feito com chapa de zinco.....	66
Figura 6. Povoação de Ondova.....	68
Figura 7. Sistema de água com recurso a energia solar em Ondova	70
Figura 8. Armazém para transações comerciais em Ondova.....	70
Figura 9. Centro médico em construção atrás do antigo posto de saúde (prefabricado)	83
Figura 10. Escola antiga e escola nova de Ondova	84
Figura 11. Cacimba (poço) de água na missão Católica de Kafima.....	85
Figura 12. Cereais típicos da dieta alimentar do povo do Kunene	92
Figura 13. Ordenha	93
Figura 14. Nuvem de palavras que resulta da análise de conteúdo das entrevistas institucionais.....	96
Figura 15. Nuvem de palavras que resulta da análise de conteúdo das entrevistas aos indivíduos residentes	96
Figura 16. Incidência de projetos estruturantes do PND 2013-2017.....	114
Figura 17. Foto com o administrador do Kwanyama e com o Soba grande de Ondova	127
Figura 18. O Sr. Ngholongholo, depois da entrevista em Ondova.....	127
Figura 19. Sr. Vatilifa ya Shimbango e o Recibo do imposto mínimo 1963.....	128
Figura 20. Foto tirada depois da entrevista aos comerciantes locais.....	128

Figura 21. Comissão de pais e encarregados de educação 2017/2018	129
Figura 22. O investigador e a Avó Pangashoye ya Mwetuuda de 93 anos de idade (filha dos antigos senhores de Ondova)	129
Figura 23. Repartição da população na província do Kunene, por comuna, em 2002.	139
Figura 24. Divisão política e administrativa de Angola; Municípios, comunas e localidades por província.....	139

Índice de anexos

Anexo 1. PND - Objetivos nacionais de médio e longo prazo em matéria de desenvolvimento rural	114
Anexo 2. PDP do Kunene 2013-2017 (programa de ação)	115
Anexo 3. Programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza (PMIDRCP) 2015 (execução física e financeira)	118
Anexo 4. Descrição das infraestruturas erguidas no município do Cuanhama de 2011 - 2015	120
Anexo 5. Perguntas/questionário base para entrevista semiestruturada	125
Anexo 6. Entrevistas: algumas imagens e documentos históricos	127
Anexo 7. Grelhas de análise de conteúdo das entrevistas aos residentes de Ondova (2017)	130
Anexo 8. Grelhas de análise de conteúdo das entrevistas institucionais em Ondova (2017)	137
Anexo 9. Divisão Administrativa de Angola	139

Siglas e Abreviaturas

ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AICEP - Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa
BNA - Banco Nacional de Angola
CACS – Conselho de Auscultação e Concertação Social
CENSO 2014 - Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014
CEIC - Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola
CRP – Constituição da República Portuguesa
D.L - Desenvolvimento Local
D.S – Desenvolvimento Sustentável
E.A.E - Exploração Agrícola Empresarial
E.A.F – Exploração Agrícola Familiar
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FUGEM – Fundo de Apoio à Gestão Municipal
GEPE - Governo da Província do Kunene - Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística
INE – Instituto Nacional de Estatística
MAT – Ministério da Administração do Território
MPDT – Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial da República de Angola.
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
OECD/OCDE – (*Organization for Economic Co-operation and Development*)
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAPAGRO - Programa de Aquisição dos Produtos Agropecuários
PDC - Plano de Desenvolvimento Provincial do Cunene 2013-2017
PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Angola
PMIDRCP - Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza
PND 2013-2017 - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCR - Programa de Promoção do Comércio Rural
SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e em inglês Southern Africa Development Community.
SEBRAE/MG- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais;
UCAN - Universidade Católica de Angola
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

1. Introdução geral

1.1. Considerações iniciais: motivações e delimitação temática

“O papel do território, como elemento do Estado, é marcar o limite material do poder público, o qual não pode exercer-se para além das fronteiras do território nacional” (Afonso, 1971, p. 15).

A frase em epígrafe remonta à década em que foi criada a atual província do Kunene (10-07-1970), onde se insere o território objeto do nosso estudo, num contexto sociopolítico ainda aquém do 25 de Abril de 1975 e do 11 e Novembro de 1975, datas com grande significado na afirmação político-económica de dois povos (angolano e português).

O presente estudo é realizado para a conclusão do Mestrado em Políticas Públicas e Projetos na Escola de Ciências Sociais (Departamento de Economia) da Universidade de Évora.

O nosso estudo desenvolve-se num contexto económico e político algo conturbado na República de Angola, com mais de 40 anos de independência e 15 de paz efetiva e na euforia das eleições gerais de 2017. Num período em que Angola atravessa desafios socioeconómicos sérios, pela falta de divisas e da diversificação de receitas em detrimento da desvalorização do petróleo, a sua maior “fonte oficial” de receitas e num contexto político em que se vive a transição entre José Eduardo dos Santos (1979-2017) e João Lourenço (desde 2017), na Presidência da República e no MPLA como partido no Governo.

As motivações para escolha do tema são várias, desde os conteúdos lecionados na componente letiva do mestrado (políticas públicas e projetos), passando pela ligação profissional e pessoal, até ao contexto das nossas origens (Kunene/Angola). Sobre o tema escolhido e motivações, temos ainda a sublinhar que, de algum modo, damos continuidade aos trabalhos que realizámos durante a parte curricular do curso, como por exemplo os seguintes: *Políticas públicas e desafios da educação no meio Rural Angolano* (2016); *Subsídio de apoio à decisão multicritério para a implementação dos objetivos e metas da agenda 2030 das Nações Unidas na povoação de Ondova, Kunene, Angola* (2016).

O presente estudo centra-se numa povoação (Ondova, comuna de Oshimolo, município do Kwanyama, província do Kunene, República de Angola). Por respeito, em simultâneo, à comunidade científica e à cultura do povo Ambó, procuramos em termos toponímicos apresentar a grafia mais consensual não só pelo povo Ambó (habitantes de Ondova) de Angola, mas também da Namíbia. Neste sentido, no presente estudo utilizamos em muitos casos a letra “K” no lugar habitual do “C” (exemplo: Kunene e Kwanyama; ao invés de Cunene e Cuanhama). Por outro lado, sabe-se que nos encontramos em termos de grafia num momento algo confuso, porque o povo em estudo ainda não aderiu ao novo acordo ortográfico e como tal, em algumas partes do nosso trabalho, nomeadamente na recolha documental levada a cabo no território, pode prevalecer a grafia anterior ao acordo ortográfico¹.

Haveria muita matéria de estudo neste território, mas consideramos importante circunscrever a nossa pesquisa a matérias que se enquadrem no estudo das políticas públicas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Os estudos sobre políticas públicas são relativamente recentes, tendo em conta as preocupações atinentes à organização e definição de estratégias para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. E atendendo à preocupação sobre a definição, conceção, implantação e avaliação de projetos, que incidem, incentivam e sustentam as políticas públicas, neste estudo, apresentamos um quadro de análise mais restrito ao meio rural. Entendemos que o nosso estudo está mais focado em questões ligadas a políticas públicas numa vertente socio-económico-administrativa dos territórios rurais, com incidência num território com baixa densidade populacional.

1.2. O problema e sua importância

Segundo registos históricos, na década de 1870, reuniram-se um conjunto de fatores que iriam levar á partilha da Africa Negra. Em 1867 descobriram-se diamantes no Transval, ouro no Rand e cobre na Rodésia, o que alterou a importância económica atribuída a África. Quando os europeus partilharam entre si a Africa Negra, fruto da conferência de

¹ De facto, apesar do estudo incidir num território que não aderiu ao novo acordo ortográfico, nesta pesquisa procuramos, com muito esforço, usar o novo acordo ortográfico. No entanto, utilizamos por vezes a letra “k” substituindo o “c” por ser mais de consenso ortográfico entre o povo da “vambolandia” (Angola – sul e Namíbia – Norte). Este povo, antes da grafia portuguesa, foi iniciado na alemã e posteriormente na inglesa, daí e com muito respeito, o nosso recurso ao estrangeirismo gráfico.

Berlim de 1885, não conheciam a realidade deste território e muito menos a poderiam compreender, em virtude da sua visão eurocêntrica. Desta forma, a realidade étnica, cultural, social e mesmo religiosa não foi respeitada. Advém desse facto, por um lado, a separação de um mesmo povo por duas ou mais fronteiras (caso do Kunene) e por outro, a aproximação de povos que anteriormente mantinham relações bélicas (Vitoriano, 1998, p. 54;56), como em parte o mesmo sucedeu com o povo do Sul de Angola e Norte da Namíbia.

Neste contexto, a evolução do meio rural Angolano e de Ondova em particular, apesar de lenta, tem sido, no entanto, progressiva. Ondova passou de uma *terra escudo e de zé-ninguém* no tempo de conflito armado, a uma ligação estratégica entre as províncias do Kunene e Cuando-Cubango.

Neste território, as estiagens, as transumâncias e a falta de água são problemas permanentes e desafiantes das iniciativas socioeconómicas, mas também, aqui se começam a desenvolver projetos nas áreas de educação, saúde e agropecuária/pastoril, assim como no que respeita ao desenvolvimento sociocultural. Os principais desafios a responder no território prendem-se com a melhoria das vias e meios de comunicação, assim como das condições de saneamento básico e oferta de bens e serviços públicos.

Perante este cenário, as questões que motivaram a nossa investigação são as seguintes:

- As políticas públicas atuais estão a promover o desenvolvimento local e sustentável deste território?
- Quais os desafios futuros para a implementação de políticas públicas neste tipo de comunidade rural?

Por um lado, procuramos compreender até que ponto as políticas públicas delineadas centralmente se refletem no desenvolvimento local e por outro, identificar os fatores-chave para a promoção do desenvolvimento sustentável do território em análise.

1.3. Hipótese

O nosso estudo decorre essencialmente em Ondova, povoação da comuna de Oshimolo, município do Kwanyama, província do “Kunene (com K)” na República de Angola e

continente africano. E como em muitos cantos do mundo, as políticas públicas fazem-se sentir e estão implicitamente ligadas ao quotidiano do povo.

Sabemos que os problemas são vários neste território, desde a falta de água, alimentação, habitação, emprego, educação, saúde e vias e meios de transporte, à falta do ordenamento do território, dos projetos que promovam iniciativas locais e envolvam o povo e ainda problemas sobre as terras e por fim, problemas da arrecadação de receitas da parte do governo.

Mas ainda assim, partimos da hipótese que a promoção do desenvolvimento rural sustentável neste território (temática do nosso estudo) é uma questão resolúvel através da vontade e esforço políticos, não só dos governos, mas também da iniciativa político-económica da população, por parte da sociedade civil, no sentido da participação ativa e efetiva nas discussões e tomada de decisões do seu futuro.

1.4. Objetivos

Para o presente estudo definimos os seguintes objetivos:

- a) Identificar e avaliar a implementação local das políticas públicas;
- b) Identificar as potencialidades socioeconómicas locais;
- c) Contribuir para uma nova estratégia de desenvolvimento local no território de Ondova, nomeadamente ao nível da conceção e planeamento das políticas públicas.

Para este estudo fizemos diversos ensaios no sentido de definir a *Metodologia de Investigação*, mas tudo nos encorajou e apontou para uma investigação qualitativa, com recurso à entrevista semiestruturada. Esta técnica foi eleita como a melhor, na medida em que nos possibilita interagir com os nossos interlocutores, recolhendo assim mais informação, até em matérias que não serão tratados neste estudo (por exemplo a arte em extinção do fabrico do material de segurança, defesa e de caça; as raízes genealógicas dos primeiros kwanyamas; a localização das minas de ferro e outros minerais que eram explorados com recurso a técnicas rudimentares e histórias e mitos que envolvem Ondova).

Atendendo a diversas limitações, entrevistámos (mediante um questionário base), representantes de algumas instituições, que puderam e quiseram colaborar nesta pesquisa e ainda uma pequena amostra de habitantes locais.

1.5. Estrutura do trabalho

Temos como estrutura do nosso estudo sobre os desafios das Políticas Públicas no meio rural angolano (Ondova, Kunene), a seguinte:

- Identificação do problema em estudo assim como o enquadramento teórico do nosso tema. Neste ponto procuramos justificar a escolha do nosso tema e fundamentá-lo com a revisão da literatura (pontos 1 e 2);
- Definição da metodologia (ponto 3): atendendo a que o tema do desenvolvimento em Angola já foi abordado por muitos autores, nesta parte limitamo-nos a abordar os procedimentos do nosso estudo. Nele tivemos que optar por uma investigação qualitativa com utilização do método de entrevista semiestruturada aplicada ao estudo de caso em territórios de baixa densidade populacional. Recorremos ainda à observação in loco do território;
- Caracterização socioeconómica do território em análise (ponto 4): apresentamos alguns dados que consideramos relevantes e que enquadram o nosso estudo;
- Análise das políticas públicas em vigor no território em estudo (ponto 5): abordamos em particular o PND 2013-2017 e PDPC 2013-2017, não só pelo facto de estarmos no seu último ano de implementação, como também por serem os instrumentos de planeamento mais recentes (apesar da sua elaboração ter decorrido antes do Censo de 2014);
- Análise de resultados do trabalho de campo (ponto 6): onde se esquematiza a recolha de informação e se procede à respetiva interpretação dos resultados, mediante a realização de uma análise SWOT;
- Apresentação de propostas de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do território de Ondova (ponto 7);
- E por fim apresentamos a conclusão (ponto 8), onde pretendemos fazer uma súmula do que tratamos e consequentemente a disponibilização das nossas propostas.

2. Enquadramento teórico e revisão de literatura

2.1. Introdução

Nesta parte da nossa investigação, que intitulamos de enquadramento teórico, pretendemos apresentar a revisão da literatura que possa contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno económico e social em estudo, identificando a investigação anterior relevante, com a qual o nosso problema se relaciona. Estamos deste modo a “identificar, localizar e analisar os estudos mais relevantes relacionados com o problema de investigação” (Coutinho, 2016, p. 60).

No entender de Celina Souza (2006) nos últimos 30 anos do século XX registou-se o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem a sua decisão, elaboração, implementação e avaliação (Souza, 2006, p. 20).

Assim, nesta parte do nosso trabalho, como ponto de partida para compreendermos o cenário e os desafios das políticas públicas em Angola no geral e em Ondova em particular, pretendemos discutir os conceitos de políticas públicas e desenvolvimento sustentável em contexto rural.

2.2. Políticas públicas e desenvolvimento rural (sustentável)

Neste ponto tentamos responder a questões como: O que são e como são formuladas as Políticas Públicas? Quais os instrumentos que compõem as Políticas Públicas? O que se entende por desenvolvimento (e promoção do mesmo) no meio rural?

Se a política, no entender dos gregos, é a arte de governar a cidade, então como se poderão definir as Políticas Públicas? Quem são os atores e como são os processos que envolvem as políticas públicas?

“As últimas décadas registaram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as económicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas² do pós-guerra por políticas restritivas de gasto” (Souza, 2006, p. 1).

O nosso ponto de partida é a percepção da terminologia, isto sabendo que quando se fala de política³, no geral estamos a falar de “ciência ou arte de governar, orientação administrativa de um governo, conjunto dos princípios e objetivos que servem de guia a tomadas de decisão e que fornecem a base da planificação de atividades em determinado domínio” (Teixeira, Costa, & Silva, 2004, p. 1220).

Na tentativa de encontrarmos uma definição de políticas públicas encontramos um mosaico de saberes e perspetivas que justificam até certo ponto o posicionamento de cada ator.

Assim sendo, o estudo do *Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais* (SEBRAE/MG) de 2008, traz em súmula a função que o Estado exerce e que sofreu grandes transformações ao longo do tempo. Se no século XVIII e XIX o Estado tinha a segurança pública e a defesa externa como principais objetivos, nos últimos tempos tem-se como denominador comum a promoção do bem-estar da sociedade. E para promover o bem-estar, abre diversas áreas de intervenção como a saúde, a educação e o meio ambiente (Lopes, Amaral, & Caldas, 2008, p. 5). Para atingir estes objetivos, o Estado tem que definir um conjunto de “ações e de decisões voltadas para a solução dos problemas da sociedade – as políticas publicas” (Lopes, Amaral, & Caldas, 2008, p. 5).

A análise das políticas públicas, na perspetiva de Rodrigues (2014, pp. 17 - 20) tem por objetivo compreender os modos e as regras gerais de funcionamento da ação pública, analisar as suas continuidades e ruturas, bem como os processos e as determinantes do seu desenvolvimento. Para facilitar a compreensão de processos tão complexos, vários

² O keynesianismo é uma teoria económica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que, em termos gerais, defendia a ação do estado na economia com o objetivo de atingir o pleno emprego.

³Política do grego politiké = arte de governar a cidade.

autores propõem que as políticas públicas sejam analisadas como o resultado de um ciclo político que se desenvolve por etapas.

Quando se fala de políticas públicas, fala-se da ação do Estado. “O estado intervém em muitos domínios da atividade económica por via da tributação que recebe e da regulação, por via da provisão de bens e serviços. E ainda através da política industrial, da política regional ou das políticas de formação profissional. As políticas regionais são particularmente importantes para o desenvolvimento económico, assim como as estratégias de obras públicas” (Louçã & Caldas, 2010, p. 178).

As políticas públicas têm sido analisadas com diversos modelos entre os quais sublinham-se o sugerido por Lowi (1972), onde as políticas públicas são divididas em 5 tipos: Políticas Distributivas, Políticas Constitutivas ou de Infraestruturas, Políticas Regulamentares, Políticas Redistributivas e as Políticas Específicas.

As políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando a partir daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (Souza, 2006, p. 26).

As políticas públicas estão na ordem do dia em muitos países. “Elas são as respostas dos governos aos problemas e aos inúmeros desafios que enfrentam, sobretudo nas sociedades modernas e democráticas” (Rodrigues, 2014, p. 17), onde estão cada vez mais presentes questões demográficas, do emprego e qualificação da população, de regulação do mercado do trabalho, a crescente exigência de qualidade dos serviços públicos em matéria de educação, saúde e justiça, assim como a exigência do controlo orçamental e de gestão rigorosa e transparente dos recursos públicos, não descurando as necessidades de investimento público na criação, restauração e modernização de infraestruturas e as exigências de controlo da dívida (Rodrigues, 2014, p. 17). Os problemas são crescentes, assim como as diversas frentes e áreas em que o governo deve e pode intervir.

No entender de Rodrigues (2014, p. 13), hoje em dia, por um lado a ação pública exerce-se sobre problemas de enorme diversidade e complexidade e por outro reclama-se, para todos os problemas, soluções simultaneamente credíveis, legítimas, eficazes e de largo sucesso. Isto exige qualidade nas políticas públicas, tanto no plano político, como no plano técnico.

No plano político “requerem-se sobretudo capacidade de ponderação de diferentes alternativas, de negociação e de decisão”, enquanto no plano técnico, “a formulação e desenho de políticas públicas, os processos de implementação e de avaliação dos resultados e dos impactos, requerem competências profissionais específicas, resultantes de capacidades de análise e de mobilização, bem como de conhecimentos técnico-científicos de diferentes áreas disciplinares e conhecimentos específicos relativos à análise, gestão e avaliação de políticas públicas” (Rodrigues, 2014, p. 14).

Finalmente, na tentativa de perceber e definir as políticas públicas, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Brasil (SMARH-BR, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (BR), 2017, p. 2) conclui que as mesmas respeitam a um “conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entidades públicas ou privadas, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou económico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais”.

Em matéria de análise de políticas públicas, há que ter em conta, por um lado os atores das políticas públicas, “os estatais - oriundos do Governo ou do Estado e os privados - oriundos da Sociedade Civil” (Lopes, Amaral, & Caldas, 2008, p. 8), e por outro lado as fases das políticas públicas - formação da agenda; formulação da política; processo de tomada de decisões; implementação. Na prática estas fases interligam-se entre si, sendo que a separação só existe para facilitar a compreensão do processo (Lopes, Amaral, & Caldas, 2008, pp. 8 - 22).

No entender de Leigh & Blakely (2013, pp. 41-42) o governo central, embora com níveis de envolvimento diferentes ao longo do tempo, através das políticas nacionais, assume um papel importante no planeamento do desenvolvimento económico local. Esta influência pode assumir várias formas, como enquadramento legal, ou políticas e programas específicos.

A propósito da noção de desenvolvimento, veja-se o excerto transcrito de Baleiras (2011, p. 26):

“A noção de desenvolvimento está intimamente ligada a três ideias: durabilidade, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. A primeira decorre da natureza das variáveis que concorrem para a formação da qualidade de vida (...). A sustentabilidade ambiental decorre de um valor que todas as sociedades valorizam, ainda que em graus diferentes entre si ou variáveis no tempo no seio de cada uma: a preservação de uma certa equidade intergeracional na fruição de recursos naturais (...). Finalmente, não faz sentido falar em qualidade de vida ou projetar uma qualquer trajetória da sua melhoria ao longo do tempo se esses processos gerarem dinâmicas de exclusão social acima do que se pressinta como intolerável”.

O conceito de desenvolvimento, nas suas mais variadas vertentes como: rural, sustentável⁴; económico; regional; urbano, acompanha-nos desde sempre na vida e no percurso académico. E “é consenso definir desenvolvimento como a garantia das necessidades básicas das populações, não escapando da ideia de melhoria e progresso” (Francisco, 2013, p. 29). Mas neste trabalho, dedicamo-nos sobretudo ao desenvolvimento rural e sustentável.

Desenvolvimento sustentável, na linguagem mais simples possível, significa obter crescimento económico necessário, garantindo a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para o presente e gerações futuras. E para que ocorra o desenvolvimento sustentável é necessário que haja uma harmonia entre o desenvolvimento económico, a preservação do meio ambiente, a justiça social (acesso a serviços públicos de qualidade), a qualidade de vida e o uso racional dos recursos da natureza (principalmente a água) (Salviani & Junior, 2004). Teixeira, Costa & Silva (2004, p. 476) concluem que o desenvolvimento sustentável é um processo económico que tem em vista a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, na dupla perspetiva espacial e temporal.

Ainda a propósito de desenvolvimento sustentável, citamos Dréo (2009, p. 1):

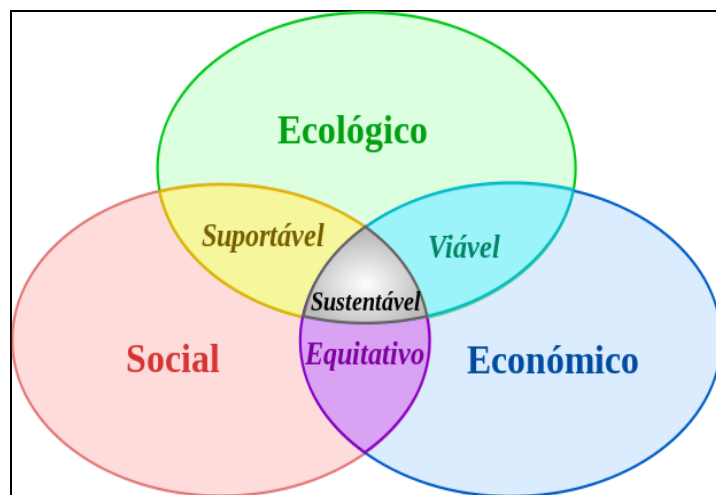
⁴ O termo Desenvolvimento Sustentável (DS) foi utilizado pela primeira vez em 1983, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. É a forma de desenvolvimento que não esgota os recursos, conciliando o crescimento económico e a preservação da natureza e satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer as das gerações vindouras (Francisco, 2013, p. 29).

“Desenvolvimento sustentável tem sido definido como um equilíbrio entre a satisfação das necessidades humanas e a proteção do meio-ambiente, para que estas necessidades possam ser cumpridas não só no presente, mas num futuro indefinido. O termo foi usado pela Comissão Brundtland⁵, a qual criou o que se tornou a definição mais frequentemente citada de desenvolvimento sustentável, como desenvolvimento que "atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas próprias necessidades". O campo do desenvolvimento sustentável pode ser conceitualmente dividido em quatro dimensões gerais: social, económica, ambiental e institucional. As três primeiras dimensões abordam os principais princípios da sustentabilidade, enquanto a dimensão final aborda as principais questões de política institucional e de capacidade”.

No esquema da figura 1 percebe-se que quando se fala do desenvolvimento sustentável, fala-se do cruzamento de várias componentes do mesmo, como as questões ecológicas, sociais e económicas e de vários níveis de compatibilização das mesmas (equitativo, suportável, viável e sustentável).

⁵ Noção criada, em 1980 pela União Internacional para a Conservação da Natureza e popularizada pelo relatório Brundtland (1987), da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento [...], o desenvolvimento sustentável é o que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades” (Chetouani, 2016, p. 53)

Figura 1. Esquema representativo das várias componentes do desenvolvimento sustentável



Fonte: Adaptado pelo autor (Dréo, 2009)

O desenvolvimento sustentável tem sido debatido por diversas instituições, entre elas a ONU, que lançou um plano com o intuito de transformar o mundo, até 2030, protegendo os Povos e o Planeta.

“2015 Ficará na História como o ano da definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fixados numa cimeira da ONU, em Nova Iorque (EUA), de 25 a 27 de Setembro. Trata-se da nova agenda de ação até 2030, que se baseia nos progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, entre 2000 e 2015. Esta agenda é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas” (ONU, 2016, p. 11).

No entender de Silva (2016) as estratégias de desenvolvimento rural da OCDE, pressupõem necessariamente a constituição de processo multissetorial de alavancagem das potencialidades rural-urbanas. Nesse sentido torna-se obrigatório envolver todos os níveis governamentais e atrair a participação da iniciativa privada, organizações multilaterais de fomento e organizações não-governamentais, além das próprias comunidades rurais. Para acompanhar tais desafios torna-se ainda necessário o devido

ajustamento a fatores de mudança como os que respeitam à evolução demográfica, alterações climáticas, competição internacional e rápida evolução tecnológica.

Diniz & Gerry (2009, p. 526) ao analisarem o significado exato do termo rural, a realidade a que se reporta e os processos a que o desenvolvimento rural tem conduzido nas décadas mais recentes, sublinham que:

“No início do século XXI, a perspectiva descritiva convencional definia o mundo rural como fenómeno complexo e multidimensional, referindo-se a um conjunto de comunidades e territórios distintos caracterizados por diversas atividades, tais como agricultura, artesanato, pequenas e médias empresas transformadoras, comércio, serviços pessoais e coletivos, organizações sem fins lucrativos, assentes não apenas em pequenas aldeias, vilas e sedes de concelho, mas também em espaços naturais e áreas cultivadas”.

Mas é cada vez mais difícil apresentar uma definição do âmbito de classificação como rural. A este propósito veja-se o texto abaixo, transcrito de Kageyama (2004, p. 382):

“A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinónimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa (o que pode mesmo constituir sua própria definição legal); d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais estabelecem-se entre o rural e as cidades e vilas adjacentes”.

O mundo está em profundas mudanças, daí a necessidade de um debate alargado sobre o mundo rural. Neto (2010, p. 445) refere que “as profundas mudanças que se vão sucedendo no mundo, de natureza económica, social, cultural e ambiental fazem-se sentir profundamente nas comunidades rurais, onde a alteração das suas estruturas vai dando lugar a uma nova ruralidade, uma transição onde o tradicional vai perdendo espaço cedido a novas questões e condições, a novos problemas, tudo exigindo uma reflexão num debate alargado sobre o estudo do mundo rural e os caminhos para o desenvolvimento”.

2.3. Desenvolvimento rural nos países em vias de desenvolvimento

Quando se fala de meio rural ou desenvolvimento do meio rural, importa clarificar que o conceito de ruralidade é relativo, sendo que varia consoante o país e respetivo continente. De qualquer modo, em todos os países encontramos territórios que, pelo seu ambiente e pela distinção no contexto envolvente, designamos de rurais.

A delimitação física do espaço “rural” no entender de Pedroso (1998, p. 6) é mais problemática do que o enunciado simples que a expressão pode sugerir. Segundo o mesmo autor, por exemplo na estatística francesa (citando Bernard Kayser, 1990), o problema da definição de espaço rural resumia-se à densidade habitacional⁶, e esta perspetiva fez nascer uma definição “residual” de espaço rural, ou seja, passou-se a considerar de rural o espaço ou a comuna que não tivesse mais de 2.000 habitantes. Daí que Pedroso (1998, p. 9), propõe uma discussão do conceito que implica uma incursão por dois eixos de problematização necessários ao seu aprofundamento: a relação rural-urbano; e a diferenciação interna dos espaços.

A este propósito Bernard Kayser (1990, pp. 28 - 30) divide o espaço rural em quatro tipos:

1. Terceira coroa periurbana;
2. Economia agrícola produtiva;
3. O espaço rural profundo;
4. O espaço rural de produção de serviços.

Segundo Bernard Kayser (1990), citado em Pedroso (1998, p. 12), quando se fala da *terceira coroa periurbana* trata-se de espaço rural “onde os processos de urbanização enfrentam uma agricultura e uma sociedade rural em pleno funcionamento, senão ainda em pleno vigor (...) a urbanização é localizada e limitada”. No tocante à *economia*

⁶ Idêntico critério é seguido noutros países. A título de exemplo, em Portugal considera-se espaço de ocupação predominantemente rural (conceito em vigência desde 17/12/2009), a subsecção estatística tipificada como “solo não urbano”, de acordo com os critérios de planeamento assumidos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, que contempla o conjunto dos seguintes requisitos: 1) não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano ou semiurbano; 2) tem densidade populacional igual ou inferior a 100 habitantes por Km²; 3) não integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes (INE - Portugal, 2017).

agrícola produtiva, segundo a mesma fonte, “estamos diante do conjunto do território cultivável e valorizado profissionalmente, o que não implica que a sociedade aldeã seja dominada pelos agricultores mesmo que as rotinas sejam dominadas pela vida campestre”. No que respeita ao *espaço rural profundo*, considerado por alguns como marginal e por outros espaço de reserva, onde a produtividade é tão baixa e onde há pouca influência da modernidade, “é um espaço empobrecido e asténico, mas em certa medida disponível (daí a ideia de reserva), onde a sociedade, ela mesmo envelhecida, reflete a dificuldade de condições de vida” (Kayser, 1990, p. 29 cit. por Pedroso, 1988, p. 12). Finalmente, o *espaço rural de produção de serviços* é caracterizado pela implantação fora de toda a periurbanização, embora frequentemente nas suas margens, de atividades de serviços urbanos, de lazer, mas também sanitários e sociais, e mesmo industriais (Pedroso, 1998, p. 12).

Entre os tipos acima mencionados e no âmbito de incidência do nosso estudo, parece tratar-se de um *espaço rural profundo*, segundo Kayser (1990).

A abordagem do desenvolvimento rural (sustentável) nos países em desenvolvimento,⁷ apresenta algumas características distintivas, dados a especificidade de cada território e o respetivo contexto económico-social. A título de exemplo, nos próximos parágrafos referimos alguns estudos aplicados em países deste tipo, nomeadamente no que respeita a Angola.

No entender de Cunha (2016, p. 2), país em desenvolvimento ou país emergente, são termos geralmente usados para descrever um país que possui um padrão de vida entre baixo e médio, uma base industrial em desenvolvimento e um índice de desenvolvimento humano (IDH) variando entre o médio e o elevado.

Nos países em vias de desenvolvimento [onde se insere Angola (SSR, Society For the Study of Reproduction, 2017)], o desenvolvimento local passa pela extensão rural, sobretudo através da introdução de inovações tecnológicas no meio rural tendo por objetivo, entre outros, a promoção social das populações, nomeadamente a melhoria do nível de vida dos rurais, envolvendo-os e chamando-os a participarem na realização dos

⁷No que respeita à classificação dos países, de acordo com o nível de desenvolvimento, podemos considerar, por exemplo, a classificação do FMI (2014), onde consta a lista de países emergentes e de economias em desenvolvimento (FMI, 2014, p. 180).

programas de desenvolvimento do seu próprio interesse, consciencializando-os de que têm direitos e de que o seu destino lhes pertence (Neto G. , 2010, p. 446).

Os estudos do Governo de El Salvador (GOES, 2008, p. 2) referem que “tradicionalmente, a falta de emprego, [de segurança] e a pobreza no setor rural tem sido a principal causa da migração para as áreas urbanas do país. O investimento público no meio rural tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do setor agrícola e rural do país, através de investimentos diretos ou criando condições e / ou incentivos adequados para a construção, adaptação e manutenção de: estradas rurais, infraestruturas de irrigação e drenagem, obras para gestão e proteção das bacias hidrográficas, infraestruturas de armazenamento e comercialização, e infraestrutura agroindustrial”.

A ONU (2008, p. 15), a respeito da África do Sul, refere o investimento em políticas que promovem as estratégias de desenvolvimento rural e a redução da pobreza, ou outras estratégias económicas de desenvolvimento e capacitação das comunidades rurais locais. Referem-se políticas que incentivam a aquisição (aluguer/compra) de terras para cultivo, o apoio às principais forças motrizes para o crescimento económico e o desenvolvimento social nas áreas rurais (por exemplo, o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e a criação de emprego na agricultura e nos outros setores), bem como a melhoria dos serviços básicos e infraestruturas (habitação adequada, educação, oportunidades de emprego, saúde, saneamento, energia), assim como políticas no âmbito da segurança alimentar e agricultura sustentável, tendo em conta as abordagens comunitárias e indígenas para a produção sustentável de alimentos.

Em ZDA (2008), refere-se que a Zâmbia vive momentos cruciais sobre a redução da pobreza. Apesar da implementação de estratégias de redução da pobreza que têm por base o documento Poverty Reduction Strategy Paper - PRSP 2002 (ZDA, 2004) e o quinto plano nacional de desenvolvimento (Fifth National Development Plan FNDP 2006 – 2010), este país africano, embora com crescimento económico positivo desde 1999, continua a registar níveis de pobreza nacional elevados. Contudo, tem havido esforços para reforçar as ligações entre o crescimento e a redução da pobreza, a fim de alcançar os resultados da pobreza desejado (ZDA, 2008, p. 22).

De acordo com Mbomba, Henriques, Rego, & Carvalho (2009, p. 5), em Angola observam-se diversas limitações, como o baixo nível de escolaridade e a fraca educação sanitária das comunidades rurais, a assistência técnica agrícola inadequada e ainda formas

de percepção e compreensão míticas (convicções tradicionais) que muitas vezes fazem parte do quotidiano do homem no meio rural, provocando passividade ante os desafios da natureza e do desenvolvimento. Segundo este estudo, as consequências da pobreza rural refletem-se nos baixos rendimentos dos agregados familiares, pelo que há que romper o ciclo vicioso da pobreza de modo a elevar o bem-estar económico e social. Assim sendo, qualquer estratégia sustentável com o intuito de reduzir a pobreza e aumentar o bem-estar rural passa pela segurança alimentar e pelo desenvolvimento integrado, áreas de intervenção prioritária do Governo de Angola na estratégia de combate à pobreza.

Os mesmos autores (Mbomba, Henriques, Rego, & Carvalho, 2009, p. 163), apontam que a “melhoria das condições de vida das populações rurais passa por uma intervenção integrada de promoção do desenvolvimento rural, através da melhoria: 1) das infraestruturas, das quais destacamos o abastecimento de água, de energia e as vias de comunicação; 2) dos níveis de saúde, educação e formação profissional; 3) das condições de produção agrícola; 4) da condição da mulher; e 5) do apoio institucional, público e privado ao desenvolvimento”.

A República de Angola esforça-se em modernizar a agricultura como um dos pilares do desenvolvimento e a temática de desenvolvimento rural está presente nas diversas iniciativas do governo e organizações não-governamentais. A nível do governo é uma das atribuições do Ministério da Agricultura, conforme o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (art. 13º). Neste ministério encontramos a Direção Nacional de Desenvolvimento Rural (DNDR) como órgão que se ocupa da definição de políticas e estratégias e da realização de ações tendentes ao desenvolvimento das comunidades e do meio rural (MINADERP, 2010, pp. 13-14).

Mas no entender de Pacheco, Carvalho, & Henriques (2014, pp. 33 - 35):

“É legítimo o desejo de modernização da agricultura manifestado pelo Governo. Mas a modernização aparece sempre sobrevalorizada em relação aos outros pilares do desenvolvimento, como, por exemplo, a identidade cultural, a participação e a preservação ambiental, como um bulldozer que tudo pode derrubar, levando os governantes a tomarem decisões políticas que não tenham a mínima fundamentação técnica. Caso não sejam tidos em conta os outros pilares, poderá haver crescimento ancorado na disponibilidade de petrodólares e no voluntarismo dos governantes, mas não certamente um desenvolvimento sustentável, até porque são enormes – e

nem sempre entendidos e assumidos – os obstáculos culturais, organizacionais, de gestão, técnicos e tecnológicos que se levantam à modernização acelerada da agricultura angolana”.

De facto, Pinto (2011, pp. 36, 48, 51), referência inúmeros problemas e lacunas no meio rural angolano, nomeadamente ao nível do próprio setor agroalimentar, do comércio e da saúde e educação, com oferta de bens e serviços incipiente e deficitária.

Para falarmos de desenvolvimento rural, devemos também falar de desenvolvimento local. O nosso estudo, que incide sobre território rural, leva-nos a pensar em políticas que incidam e incitem à transformação do meio rural. Entendemos por local, um lugar ou localidade, ou um espaço circunscrito num determinado território e entende-se por desenvolvimento local (DL) a “vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um futuro melhor” (Melo, 1998, p. 6).

Quando se fala de promoção do desenvolvimento local, devemos evocar e responsabilizar todos os atores que atuam num determinado território em que se quer melhorar o bem-estar.

“Assim, a existência de atores que tenham como vocação a animação local e nomeadamente, confirmam uma racionalidade local aos programas e políticas existentes, é uma condição de base para que [...] possam emergir protagonismos locais e novos atores, espaços de inovação, de fomento de iniciativas, nomeadamente nos contextos mais difíceis” (Pedroso, 1998, p. 79).

É nosso propósito olhar para as políticas existentes e tirar delas proveito, de modo a elevar/desenvolver as comunidades rurais.

“Contudo, o problema da promoção do desenvolvimento em espaço rural, numa ótica funcional, resume-se à maximização da racionalização dos recursos materiais existentes nesses espaços (...), sendo que a promoção do desenvolvimento passará, essencialmente, por estratégias de atração de investimento que permitam criar dinamismos económicos que, por sua vez, produzam efeitos de arrastamento nas zonas circundantes e progressivamente transformem toda a zona envolvente do centro do investimento” (Pedroso, 1998, p. 80).

Os estudos e a promoção do desenvolvimento são imperiosos, principalmente em territórios que se julga serem do terceiro mundo. Como refere Rocha (2010b, p. 35), a “necessidade de promover um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território nacional (Angola) tem de, necessariamente passar a assumir um lugar cada vez mais destacado nos estudos e na análise da economia de Angola, para que corresponda, no fundo, à consciência generalizada da existência de uma grande desigualdade de níveis adentro das populações das várias províncias”.

No caso particular do território que nos propomos estudar no presente trabalho, Ondova, trata-se de uma localidade com pouco mais de 1000 habitantes, com défice de água, de energia elétrica, de telecomunicações e meios de transporte, onde mais de 90% dos habitantes vivem com menos de 5,00€ por dia (segundo informação cedida pelos entrevistados), onde o posto médico não tem médico nem medicamentos, enfim uma povoação pobre, comparativamente às demais povoações no contexto do país. Já em estudos anteriores sobre Angola, como o de Mbomba, Henriques, Rego e Carvalho (2009, p. 71), se reporta à existência de situações de ausência de desenvolvimento e correlativamente, de pobreza absoluta, que caracterizam tipicamente as zonas rurais, tendo sido estimado que em 2001, a pobreza absoluta nas zonas rurais atingia 94% dos agregados familiares e 78% dos indivíduos⁸.

A respeito da relação entre pobreza e promoção do desenvolvimento, em 2012 na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Cimeira Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, sublinhou-se que a erradicação da pobreza constitui o maior desafio que o mundo enfrenta hoje e é uma exigência indispensável para o desenvolvimento sustentável (Andrade V. J., 2016, p. 23) (e a 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, que foi aprovada pelos líderes mundiais, a 25 de setembro de 2015, numa cimeira memorável, na sede da ONU, em Nova Iorque (EUA) (2016, pp. 3 - 30).

No mundo atual, com o avanço da ciência e da tecnologia, há cada vez mais iniciativas com intuito de desenvolver as comunidades do meio rural e de baixa densidade populacional. Neste contexto colocam-se questões como, que políticas podem ser

⁸ Não dispomos de informação atualizada para estes dados.

elegíveis e passíveis de promover o desenvolvimento rural, e como é que a política pública pode intervir na melhoria da qualidade de vida nestas regiões.

No entender de Sachs (2017, p. 152) os problemas da pobreza extrema em África e noutros lugares podem ser resolvidos. Este autor alega que as ferramentas para mitigar esses problemas devem passar pela educação, cuidados de saúde, agricultura, energia, transportes, finanças e muitas mais outras áreas, visto que existem métodos comprovados de políticas públicas para dinamizar e combater estes problemas.

Sachs (2017) aponta algumas soluções práticas que passam pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Os diagnósticos diferenciais de África e do sul da Ásia mostraram como os investimentos específicos na agricultura, saúde, educação, infraestruturas e emancipação das mulheres podem ajudar estas regiões a libertar-se da pobreza extrema (Sachs, 2017, p. 185). Depois do diagnóstico diferencial correto, o especialista de desenvolvimento pode então abordar o problema prático da implementação de programas de desenvolvimento. A implementação efetiva de investimentos específicos é um grande desafio operacional (Sachs, 2017, p. 190). No ponto de vista da OCDE, a ajuda pública pode ser conjugada com a ajuda externa que “corresponde aos fluxos financeiros, assistência técnica e bens que têm como objetivo a promoção do desenvolvimento económico e bem-estar, providenciados sob a forma de subsídios (*grants*) ou empréstimos subsidiados (*subsidized loans*) (Severino, 2014, pp. 13-14).

A procura das melhores soluções de desenvolvimento sustentável terá que envolver sempre as questões de distribuição populacional, ambiente e produção agrícola e agroindustrial, assim como as relações de comércio e de apoio ao desenvolvimento (Carvalho, 2001, p. 156). As políticas públicas devem sustentar os três grandes objetivos do desenvolvimento, “económico; inclusão social e a sustentabilidade” (Sachs, 2017, p. 237). Noutros termos, para que as políticas públicas tenham êxito, é preciso uma conjugação de esforços que passa antes de mais pelo diagnóstico do território, assim como pela vontade política de diversos atores.

O presente estudo é de elevada exigência no tocante à atualidade angolana e ao contexto geopolítico, económico e social que Angola atravessa. Para que tenhamos êxito nos objetivos que nos propomos alcançar seguimos a metodologia descrita no ponto 3, onde se descreve todo o trabalho de recolha e tratamento de dados.

3. Metodologia

3.1. Introdução

Apesar de termos abordados de forma sucinta a metodologia do nosso estudo na introdução geral, houve necessidade de reservar umas páginas para descrevermos de forma mais detalhada itens como o método, os participantes na pesquisa, os instrumentos, os procedimentos e a análise de dados, como partes de um todo a que chamamos metodologia.

Entende-se a metodologia de diversas maneiras, atendendo ao que se pretende e a que matéria se aplica. Nós, achamos que estamos diante da “arte de dirigir o espírito na investigação” (Teixeira, Costa, & Silva, 2004, pp. 1017-1018). Nesta parte do nosso estudo pretendemos descrever os diversos passos que seguimos para alcançar os objetivos propostos, tendo como ponto de partida o uso escrupuloso das técnicas e métodos de investigação em ciências sociais.

A nossa pesquisa tem como base o método de investigação qualitativa, focada na indução e descrição. Uma investigação que “em vez de recolher dados para comprovar modelos, teorias ou verificar hipóteses”, assenta no próprio investigador que “desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados” recolhidos e observados (Sousa & Baptista, 2016, p. 56).

3.2. Metodologia aplicada

O nosso estudo está focalizado no desenvolvimento dum território rural de baixa densidade demográfica, com problemas diversos, nomeadamente os de âmbito climático e da pobreza visível a olho nu. A entrevista semiestruturada e a observação não participante puderam servir de meios elucidativos e esclarecedores para a nossa pesquisa.

Acreditamos, corroborando com Barañano (2008, p. 31), que “a chave de um bom trabalho (científico) reside na sua construção em redor de um argumento. Não apenas um conjunto de informações sobre um tópico, nem uma discussão geral sobre um problema. Deverá apresentar uma perspetiva específica sobre um assunto – avançando uma

proposição particular sobre um tópico ou fornecendo uma resposta a uma questão particular”.

Adotamos uma metodologia de estudo de caso (Barañano, 2008, pp. 12 - 45), aplicada ao território de Ondova, uma aldeia angolana na província do Kunene, Município do Kwanyama e Comuna de Oshimolo. Como ponto de partida, para recolha de informação relativa ao impacto das políticas públicas neste território, recorre-se à aplicação de entrevistas semiestruturadas aos diferentes tipos de atores: entidades públicas, empresários e população.

É nosso propósito neste trabalho definir com clareza e rigor científico a problemática em estudo, assim como descrever e analisar as diversas informações recolhidas. Mas para isso é preciso definir os instrumentos para atingirmos com rigor preciso os nossos objetivos, ou seja, os métodos e técnicas de investigação científica aplicados. Apesar de não ser a nossa missão neste estudo, nunca é demais dizer que entre método e técnica há diferenças que passamos a resumir na seguinte tabela:

Tabela 1. Diferenças entre método e técnica

Método	Técnica
É a ordenação das ações	É a instrumentalização específica de cada etapa definida pelo método
É a estratégia	É a tática
Indica o que fazer	Indica como fazer

Fonte: Barañano (2008, p. 22)⁹.

No entender de Barañano (2008, p. 24), “o método científico, sendo instrumento para a sondagem da realidade, formado por um conjunto de procedimentos, através dos quais os problemas científicos são formulados e as hipóteses científicas examinadas, define-se como um conjunto de etapas necessárias para alcançar um determinado fim, e a técnica é o modo de fazer algum tipo de atividade”. Este autor refere ainda que o método científico não se aplica em todas as ciências da mesma forma, daí a justificação da existência de várias técnicas. No nosso caso, em ciências sociais, encontramos com frequência técnicas como: observação; hipótese; experimentação; indução; dedução; análise; síntese. Estas técnicas enquadram-se na linha das regras defendidas por Descartes e Newton, como a regra da evidência, a regra da divisão ou análise, a regra da ordem ou dedução, a regra da síntese, a regra da extrapolação e por fim a regra da indução [“considerar como válida

⁹Com base em Curvo e Berván (1996), Eco (1988) e Galliano (1986).

toda a proposição obtida por indução a partir da experiência, até que um novo fenómeno venha contradizê-lo”] (Barañano, 2008, p. 23)].

Importa agora descrever as técnicas, os métodos e as regras que seguimos no nosso estudo.

3.3. Método da entrevista semiestruturada

A entrevista, no entender de Ketele & Roegiers (1999, pp. 17-18), é um dos métodos de recolha de informações com base em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações. Para Sousa e Baptista (2016, p. 76), a entrevista decorre mediante um questionário oral ou conversa com informante-chave que pode ser interrogado sobre os seus atos, as suas ideias ou os seus projetos. Como diz Pocinho (2014, p. 97), ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevistas caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores.

Em termos de delimitação geográfica, este estudo está circunscrito à povoação de Ondova, comuna de Oshimolo, município do Kwanyama (Kwanhama ou Cuanhama), província do Kunene (Cunene) na República de Angola, no continente Africano. Como tal, os dados foram recolhidos mediante entrevistas semiestruturadas dirigidas às instituições que operam em Ondova previamente selecionadas e às pessoas singulares (de diferentes agregados familiares) residentes e/ou naturais de Ondova, escolhidas mediante um critério aleatório ou probabilístico, tendo como condição a sua presença no território aquando da visita do investigador (período da pesquisa).

No entender de Sousa e Baptista (2016, p. 76) há diversos tipos de entrevistas os quais podem ser classificados da seguinte forma:

- a) Entrevista não-estruturada (à partida, não tem guião, implica o respeito absoluto pela própria visão do entrevistado (...), não há muito diálogo, porque o entrevistador ouve muito mais do que fala);

1. Entrevista semiestruturada (à partida deve ter um guião, com um conjunto de tópicos a abordar na entrevista. Tem como vantagem falar dos assuntos que se quer falar com maior liberdade para o entrevistador e entrevistado);
2. Entrevista estruturada (as perguntas são mais estruturadas e ordenadas. É mais rápido e extensivo).

Na escolha das instituições entrevistadas pesou o fator de terem presença ativa no território. As entrevistas foram realizadas após um primeiro contacto para marcação prévia.

No que respeita aos residentes, solicitou-se a colaboração voluntária dos indivíduos presentes no território, sendo que, na seleção dos entrevistados, houve a preocupação de abranger estratos diferentes da população¹⁰, quer em termos de idade, quer em termos de profissão (funcionário público, reformado, estudante, camponês, comerciante, outro modo de ocupação).

Neste contexto, a metodologia aplicada segue uma análise qualitativa das entrevistas semiestruturadas, para caraterizar e compreender o território em estudo. Uma metodologia que pretende dar liberdade de resposta aos nossos interlocutores, sendo que se recorre, sempre que possível e devidamente autorizado, à gravação das entrevistas, assim como à captação de imagens (com o único objetivo de recolher o máximo de dados sobre o território em estudo, comprometendo-nos a trabalhar o conteúdo das entrevistas com o máximo respeito científico).

“A análise qualitativa caracteriza-se por procurar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceptual (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, mesmo porque um trabalho desta natureza não tem a pretensão de atingir o limiar da representatividade. São factos inquestionáveis que as entrevistas

¹⁰ Amostragem criteriosa (*judgmental sampling*) que no entender de Charles (1998, p. 146), citado em Coutinho (2016, p. 95), usa-se quando o investigador seleciona segmentos da população para o seu estudo segundo critérios pré-determinados.

semiestruturadas, em que o discurso dos sujeitos foi gravado e transcrito na íntegra, produzem um volume imenso de dados que se acham extremamente diversificados pelas peculiaridades da verbalização de cada um” (Alves & Silva, 1992, p. 65).

3.4. Método da observação direta

Apesar da nossa pesquisa assentar fortemente na recolha de dados através das entrevistas semiestruturadas, foi também muito útil a observação direta do território. Este método no entender de Pocinho (2014, p. 99), é “mais usual em estudos que têm por objetivo captar comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho”. No nosso estudo utilizamos este método como complemento da entrevista e também para nos facilitar na recolha de dados secundários e documentais.

Quando se fala do método da observação, é importante referir (e distinguir), que a observação pode ser participante ou não participante. É observação participante quando (em estudo etnológico) o investigador estuda uma comunidade durante um longo período, participando na vida coletiva [...]. O investigador estuda os seus modos de vida, de dentro e pormenorizadamente, esforçando-se por perturbá-los o menos possível. Na observação não participante [...] o observador não participa na vida do grupo, observa do exterior (Pocinho, 2014, p. 100). Este tipo de observação (não participante) “tanto pode ser de longa como de curta duração, feita à revelia ou com o acordo das pessoas em questão, ou é ainda realizada com ou sem a ajuda de grelhas de observação pormenorizadas”. No nosso caso, dados os objetivos do nosso estudo e a escassez de tempo, adotámos uma observação não participante.

3.5. Etapas e critérios de seleção dos entrevistados

No início da presente investigação, definimos como problema ou questões de investigação, por um lado compreender até que ponto as políticas públicas delineadas centralmente se refletem no desenvolvimento local e por outro identificar os fatores-chave para a promoção do desenvolvimento sustentável do território em análise.

Propomos responder às questões como: As políticas públicas atuais estão a promover o desenvolvimento local e sustentável? Que tipos de políticas públicas se devem implementar nas comunidades rurais, nomeadamente em Ondova, para promoção do desenvolvimento sustentável?

Se tivéssemos que evocar o objetivo geral do nosso estudo diríamos que estamos perante a problemática de tentar *perceber o estado atual e o futuro do mundo rural angolano*, isto atendendo aos desafios das políticas públicas, que têm sido concebidas e implementadas. Em termos de objetivos específicos, enunciamos os seguintes:

3. Identificar e avaliar a implementação local das políticas públicas;
4. Identificar as potencialidades socioeconómicas locais;
5. Contribuir para uma nova estratégia de desenvolvimento local no território de Ondova, nomeadamente ao nível da conceção e planeamento das políticas públicas.

Para atingirmos os nossos objetivos e atendendo à metodologia escolhida para recolha de informação (entrevista semiestruturada), seguimos os seguintes passos:

1. Elaboração do questionário base, para entrevista semiestruturada às instituições e população em geral;
2. Seleção das pessoas e instituições a entrevistar;
3. Elaboração de cartas para os responsáveis das autoridades e instituições locais, para pedido de audiência e respetiva autorização para realização do trabalho no terreno;
4. Deslocação ao território para realizar as entrevistas e observação local;
5. Tratamento dos dados obtidos;
6. Análise dos resultados e redação do presente trabalho.

Atendendo aos fatores tempo e distância, procurámos solicitar todas as entrevistas para o mesmo período.

No sentido de clarificar o estado das políticas públicas atuais que estarão a promover o desenvolvimento local e sustentável, assim como as políticas públicas futuras que Ondova precisa para se desenvolver, procurámos recolher informações junto das seguintes instituições:

- Administração municipal;
- Administração comunal e da povoação;
- Posto médico;
- Escola;
- Associações;
- ONG's (Organizações não governamentais).

Além disso entrevistámos ainda indivíduos presentes no território e que integram os agentes económicos locais como comerciantes e camponeses e ainda alguns estudantes. Conforme referido atrás, a seleção deste grupo de entrevistados não foi integralmente aleatória, sendo que se tentou abarcar diferentes profissões e estratos etários. Como tal, a seleção de indivíduos residentes a inquirir seguiu os seguintes critérios:

- a) O indivíduo ser sinalizado como conhecedor do território;
- b) O indivíduo ser trabalhador, residente ou natural do território;
- c) O indivíduo ser presente no território aquando da pesquisa, mesmo que não obedecesse às condições das alíneas anteriores, bastando ter o interesse de colaborar na nossa pesquisa;
- d) Em cada agregado familiar entrevista-se só um indivíduo, de preferência o chefe de família ou outro elemento sinalizado como conhecedor do território (em cada casa aborda-se só uma pessoa exceto se um dos entrevistados for encontrado noutro local e ou responder não só por ele, mas também, por uma instituição).

Atendendo à complexidade político-social de Angola e na tentativa de procedermos a uma investigação imparcial sem conotação tendenciosa partidária, escolhemos entrevistas semiestruturadas (de guião aberto), para permitir que os interlocutores tivessem maior liberdade de resposta e assim nos cedessem mais informação sobre o território em análise (a povoação de Ondova).

4. Caracterização socioeconómica do território em análise

4.1. Introdução

Em muitos estudos sobre Angola, encontramos descrições como dos historiadores Wheeler e Péliissier (2009) que partem do estudo sobre o território e percorrem o estudo dos povos que habitam esta nação de expressão portuguesa na “África Central Ocidental, a sul do equador” (Wheeler & Péliissier, 2009, p. 25).

Nesta parte do nosso estudo pretendemos fazer uma breve apresentação geral de Angola e de modo mais particular da província do Kunene, município do Kwanyama, comuna de Oshimolo e aldeia de Ondova. Para melhor compreender a nossa investigação, um pouco mais adiante, trataremos o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017), nomeadamente no que respeita ao seu enfoque naquilo que consideramos ser políticas públicas conducentes ao desenvolvimento dos territórios rurais no contexto angolano.

Apesar da história de Angola poder explicar o cenário atual, não pretendemos trazer descrições históricas, mas apenas algumas referências no tocante à lenta, mas ainda assim progressiva, prosperidade económica do território em estudo.

4.2. Breves considerações gerais sobre Angola

A República de Angola, *colónia portuguesa*¹¹ entre 1575 e 1975, independente desde 11 de novembro de 1975, localiza-se na região ocidental da África Austral, tendo os seguintes dados geográficos: Latitude – Norte – 04°22'G / Sul - 18°02'G. Longitude – Leste – 24°05'E. G / Oeste – 11°41'E. G; uma superfície de 1.246.700 km²; extensão da costa atlântica de 1650 Km; fronteiras terrestres de 4.837 Km (Governo de Angola, 2015).

Angola é membro da SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral desde a fundação em 1992; assim como da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Almeida, 2011, p. 125; 139).

¹¹Em 1484 os portugueses atracaram no Zaire, sob o comando do navegador Diogo Cão. A partir deste marco os portugueses passaram a conquistar não apenas Angola, mas a África. A colónia portuguesa de Angola formou-se em 1575 com a chegada de Paulo Dias de Novais com 100 famílias de colonos e 400 soldados. Paulo Dias de Novais foi o primeiro governador português a chegar a Angola, que tinha como principais ações explorar os recursos naturais e promover o tráfico negreiro (escravatura) formando um mercado extenso (Governo de Angola, 2015).

Figura 2. Países africanos (localização de Angola)



Fonte: <http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/08/arica.gif> (Faria, 2009)

No mapa acima (Figura 2) podemos localizar geograficamente Angola, sendo que tem como países vizinhos a Namíbia a sul, a Zâmbia a leste e a República Democrática do Congo a norte e leste. O enclave de Cabinda, a norte do resto do território, está entre a República Democrática do Congo e a República do Congo. As fronteiras do país ficaram delineadas em 1885, na conferência de Berlim, com algumas pequenas alterações posteriores, a última das quais em 1927 (Raeymaeker, 2012, p. 19). Hoje é constituída por dezoito (18) províncias, entre as quais Luanda que é a Capital e Kunene onde incide o nosso estudo. Politicamente define-se como uma *Democracia Parlamentar*, com regime governamental presidencialista e tem como língua oficial o Português.

Os historiadores Wheeler & Péliissier (2009, pp. 26-27), na obra sobre a “História de Angola”, afirmam e advogam que “Angola tem uma variedade de climas, vegetação e relevo”. No *site oficial do governo angolano* encontramos pormenores dos encantos de Angola desde o clima, a fauna e a flora, aos recursos hídricos e minerais.

Sobre o clima angolano regista-se que a temperatura máxima média anual é de 27°C e a mínima 17°C (Raeymaeker, 2012, p. 20) e que tem duas estações: a das chuvas, período mais quente que ocorre entre os meses de setembro a maio e a do cacimbo ou seca é menos quente e vai de maio a setembro (Governo de Angola, 2015). Por influência da

elevada diversidade geográfica, estas duas estações apresentam algumas variações a nível de temperatura e pluviosidade ao longo do território (Santos A. J., 2008, p. 216).

Angola, país africano de expressão portuguesa, viveu um período de conflito que teve início na luta pela independência do domínio português (1961-1974), sendo que, esta que aconteceu em 1975 [11 de novembro] não foi o início da paz, mas sim o começo de uma intensa guerra civil que durou até 2002. Este longo conflito deixou um quadro dramático em que a maior parte das infraestruturas foi destruída, a economia desestruturada e milhões de pessoas morreram ou foram deslocadas (Andrade, 2012, p. 13). Mas como escrevia Oliveira (2015, p. 21), apesar de Angola ter vivido momentos cruéis de guerras ou conflitos armados, “a vitória militar [2002] não tardou a lucrar com uma prosperidade económica sem precedentes na história angolana”.

A economia de Angola, apesar de hoje depender em grande escala do petróleo, até à década de 1970 era caracterizada como muito mais focada na agricultura (Rocha, 2010b, p. 20), com grande incidência na produção do café, cana-de-açúcar, milho, sisal, óleo de coco e amendoim. Assim, destacam-se produtos comerciáveis como o algodão, o tabaco e a borracha. A produção de batata, arroz, cacau e banana eram relativamente importantes e os maiores rebanhos eram de gado bovino, caprino e suíno.

Segundo Rocha (2010b, pp. 31-90) “Angola tem sido apresentada como case study em termos de estabilidade macroeconómica e crescimento da economia, a partir de 2002 (...). Do ponto de vista físico, a economia angolana pode ser caracterizada por dois traços fundamentais: grandeza de recursos oferecidos pela natureza e extraordinária variedade de condições e potencialidades”. Neste estudo, Rocha, com base na similitude de estádios de desenvolvimento económico e social, indica (Tabela 2) a divisão de Angola por quatro regiões e possíveis eixos de desenvolvimento.

Tabela 2. Delimitação geográfica das zonas e eixos de desenvolvimento futuro

Regiões e Possíveis Eixos de Desenvolvimento	Províncias	Extensão (km²)	Repartição do território (%)
Luanda/Bengo	Luanda e Bengo	35.273	2,8
Norte	Cabinda, Zaire, Kwanza Norte, Uíge	130.208	10,4
Centro- Leste	Malange, Lunda Sul, Lunda Norte e Sul, Moxico, Cuando-Cubango	668.706	53,6
Centro- Oeste	Kwanza Sul, Bié, Huambo, Benguela, Namibe	250.169	20,1
Sul	Huila e Kunene	162.344	13,1
Angola	-	1.246.700	100,0

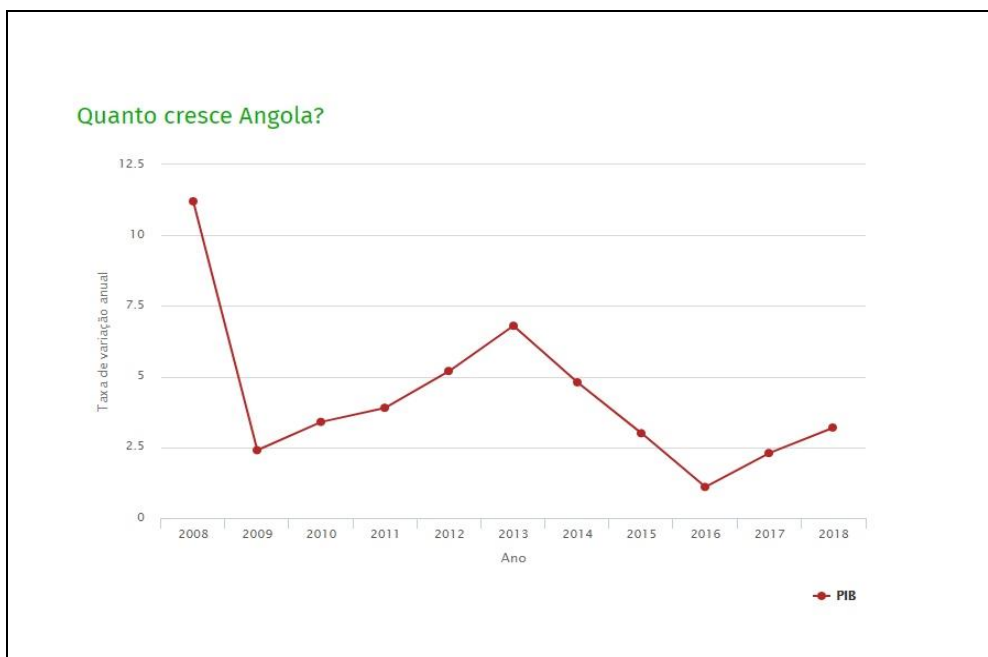
Fonte: Rocha (2010a, p. 40) adaptado pelo autor.

O desenvolvimento de Angola passa por diversos desafios e um deles é a descentralização. No entender de Rodrigues (2012, p. 125), o processo de descentralização em Angola atravessou, nos últimos anos, várias etapas que se tentaram complementar, que se sobrepuseram e que se substituíram em função das orientações políticas do país e das condições efetivas para levar a cabo os diversos projetos.

Oliveira (2015) acrescenta que “sendo Angola um dos países do mundo que mais dependem do petróleo, a sua bravata está, literalmente, à mercê do preço do petróleo. Uma descida persistente dos preços do petróleo poria a descoberto muitos dos ganhos referidos anteriormente e voltaria a atirar Angola para uma situação de compromissos desiguais e transitórios com o resto do mundo” (Oliveira, 2015, p. 285).

Contudo, apesar do ritmo de crescimento económico mais baixo desde, pelo menos, 2008, a OCDE explica que no ano de 2017 a expectativa é que o crescimento melhore ligeiramente para 2,3%, mas, a verificar-se, continuará a ser um desempenho pior do que o dos últimos anos conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1. Crescimento económico de Angola



Fonte: OCDE citado por Peixoto (2017, p. 2). Notas: o valor de 2016 é uma estimativa e os valores para 2017 e 2018 são projeções.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2011, Angola (entre 150 países) estava na posição 148 e cerca de 50% da população não tinha acesso ao saneamento, nem a fontes de água melhoradas e mais de 70% não tinha acesso à eletricidade (Andrade H. , 2012, p. 13).

Em 2014 o PNUD apontava que a nível mundial “o número de pessoas que vive em situação de baixo desenvolvimento humano registou uma redução de praticamente 2 mil milhões” (Jahan, 2015, p. 6), mas apesar disso, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹² de Angola não registou melhorias, continuando entre os países com Desenvolvimento Humano (DH) baixo e ocupando a posição 150^a.

Na Tabela 3 apresentamos os dados para 2015 relativos ao PNUD, sendo que apresentamos só sete países (Noruega; Botswana; Cabo Verde; Namíbia; Moçambique, República Centro Africano e Angola), para podermos fazer uma comparação de Angola com outros países em matéria de Desenvolvimento Humano, assim como observar a

¹² “Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice composto que incide sobre três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável medida pela esperança de vida à nascença; a capacidade de adquirir conhecimento, medida pela média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados; assim como a capacidade de atingir um nível de vida digno, medido pelo rendimento nacional bruto *per capita*” (Jahan, 2015, p. 5).

tendência no comportamento dos indicadores. Note-se que escolhemos propositadamente os dados (Tabela 3) dos países com maior e menor IDH, com incidência nos países africanos, nomeadamente a Namíbia como território mais próximo e de influência direta sobre a província do Kunene (Larsen & Felix, 2017, p. 13).

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

País	Classificação em Desenvolvimento Humano		IDH	Esperança de Vida ao Nascer	Anos de Escolaridade Esperados	Anos Médios de Escolaridade	Rend. Nac. Bruto (RNB) Per Capita
	Ano 2015						(2011 PPP\$)
Noruega	Muito alta	1º	0,949	81,7	17,7	12,7	67.614
Botswana	Média	108º	0,698	64,5	12,6	9,2	14.663
Cabo verde	Média	122º	0,648	73,5	13,5	4,8	6.049
Namíbia	Média	126º	0,628	64,5	12	7,4	6.118
Angola	Baixa	150º	0,533	52,7	11,4	5	6.291
Moçambique	Baixa	181º	0,418	55,5	9,1	3,5	1.098
R.C. Africana	Baixa	188º	0,352	51,5	7,1	4,2	587

Fonte: Adaptado da apresentação do Relatório Global sobre Desenvolvimento Humano 2016 [Desenvolvimento Humano para Todos (Larsen & Felix, 2017)]

Apesar de tudo, Angola, desde 2002, tem registado um esforço gigantesco de reabilitação das diversas infraestruturas e crescimento económico. Note-se que, nomeadamente em 2009 e 2014 (seguindo a tendência de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) apresentada no Gráfico 1), Angola registou quedas do PIB per capita, consequência, por um lado da crise financeira [2009] e por outro lado da atualização dos dados da população [2014] (MPDT, 2015, p. 31). Além disso a queda do preço do petróleo que se tem registado nos últimos anos afeta negativamente a economia angolana, dada a sua dependência relativamente a este setor.

Segundo os resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola de 2014 (Censo Geral de 2014), conclui-se que até 16 de Maio de 2014, a população residente em Angola era de 25.789.024 de habitantes, dos quais 12.499.041 do sexo masculino (48% da população total residente) e 13.289.983 do sexo feminino (52% da população total residente) sublinhando-se que 16.153.987 (62,6%) residem no meio urbano e 9.635.037 (37,4%) residem no meio rural (INE - Angola, 2016, p. 15).

Tabela 4. Angola: províncias, capitais, superfícies e número de habitantes em 2014¹³

CODIGO	PROVÍNCIAS	CAPITAL SEDE	SUPERFÍCIE KM2	POPULAÇÃO	
01	Cabinda	Cabinda	7.273,25	716.076	2,78%
02	Zaire	Mbanza Congo	40.130,00	594.428	2,30%
03	Uíge	Uíge	61.455,35	1.483.118	5,75%
04	Luanda	Luanda	18.825,00	6.945.386	26,93%
05	Cuanza Norte	N'Dalatando	19.987,65	443.386	1,72%
06	Cuanza Sul	Sumbe	55.116,90	1.881.873	7,30%
07	Malanje	Malanje	87.246,61	986.363	3,82%
08	Lunda Norte	Lucapa	102.783,50	862.566	3,34%
09	Benguela	Benguela	39.151,36	2.231.385	8,65%
10	Huambo	Huambo	33.141,40	2.019.555	7,83%
11	Bié	Cuíto	70.316,75	1.455.255	5,64%
12	Moxico	Luena	201.683,37	758.568	2,94%
13	Cuando Cubango	Menongue	198.576,80	534.002	2,07%
14	Namibe	Namibe	57.090,00	495.326	1,92%
15	Huíla	Lubango	78.992,20	2.497.422	9,68%
16	Kunene	Ondjiva	87.342,00	990.087	3,84%
17	Lunda Sul	Saurimo	77.637,00	537.587	2,08%
18	Bengo	Caxito	14.964,00	356.641	1,38%

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística de Angola, 2016, adaptado pelo autor.

Na Tabela 4 constam os dados apurados no Censo Geral de 2014, publicados em 2016. Apresentamos informação para as 18 (dezoito) províncias angolanas, relativa às suas capitais, superfícies em km² e respetivo número de habitantes.

De acordo com os dados da Tabela 4, a província de Luanda é a mais habitada, com 6.945.386 de residentes. A província do Bengo, com 356.641, é onde residem menos pessoas, enquanto na Província do Kunene residem 990.087 habitantes, existindo nesta última mais homens que mulheres (INE - Angola, 2016, p. 15).

Segundo os dados do Censo 2014, cerca de três quartos da população (72%), concentra-se em apenas sete (7) províncias do país, ou seja, 18.513.994 pessoas. Entre estas, cinco (5) situam-se na região centro sul do país, com 10.059.909 habitantes, correspondente a dois quintos da população do país (39%). A província de Luanda (capital de Angola) é a mais populosa com 6.945.386 pessoas, o que representa mais de um quarto (27%) da população total. Seguem-se as províncias da Huíla, Benguela e Huambo com mais de 2 milhões de residentes, com 2.497.422 (10%), 2.231.385 (9%) e 2.019.555 (8%), respetivamente (INE - Angola, 2016, p. 32).

¹³ A propósito da divisão administrativa de Angola veja-se Anexo 9.

Segundo Santos (2013) “Angola é o 23º maior país do mundo em termos de extensão territorial, abrangendo uma área de 1.246.700 km² divididos por dezoito províncias, o que justifica a grande variedade geográfica e de paisagens. O país está dividido entre uma zona desértica a sul, no Namibe; uma faixa costeira árida, que se eleva abruptamente para um planalto interior húmido; uma zona de savana seca no interior sul e sudeste; e por fim, uma zona de floresta tropical no Norte e no enclave de Cabinda” (Santos M. O., 2013, p. 215).

A história de Angola regista que o atual território é fruto das determinações da conferência de Berlim (1882) e dos acordos entre Portugal e os Belgas (1927). Segundo consta em estudo sobre a matéria, “os vizinhos belgas precisavam de mais um pouco de terras perto de Nôqui, no Norte do país por ser mais fácil construir um troço de caminho de ferro neste pedaço de terra do que mais a norte. Em troca cederam mais de 3000 km² na zona do Luau, no Leste, devolvendo uma parte de território que, segundo os portugueses, teria sido entregue aos belgas devido a um erro cartográfico. Mal sabiam os belgas que a zona estava cheia de diamantes” (Raeymaeker, 2012, p. 19).

No nosso estudo, entre as 18 províncias e 25.289 aldeias angolanas, destacamos a província do Kunene e a aldeia ou povoação de Ondova. A Tabela 5 apresenta a distribuição de municípios, comunas e localidades (urbanas e rurais) pelas atuais províncias angolanas. É de anotar que a província do Kunene possui 6 municípios, 20 comunas, 46 áreas urbanas e 804 áreas rurais (INE - Angola, 2016, p. 27).

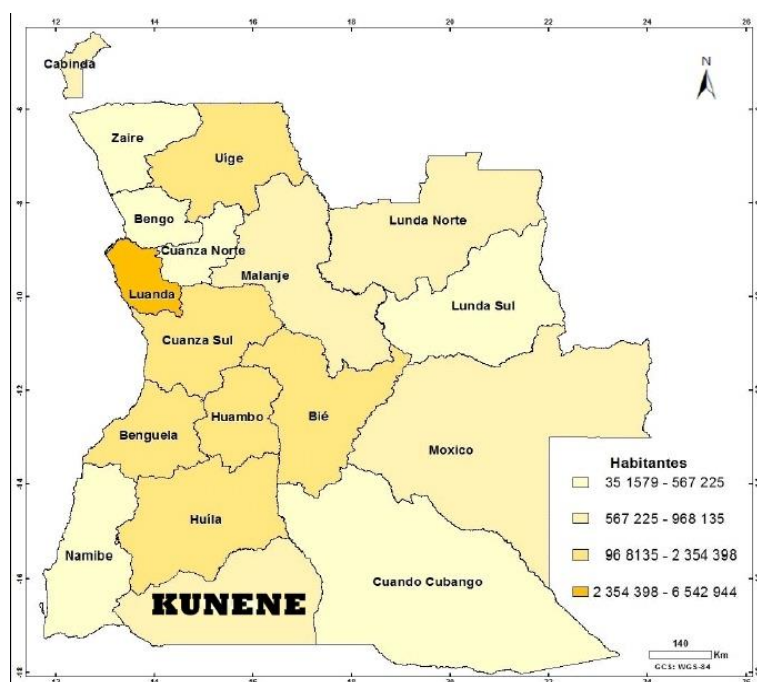
Tabela 5. Número de municípios, comunas e localidades por província

Províncias	Municípios	Comunas	Localidades		
			Urbana	Rural	Total*
Angola	162	559	2.352	25.289	27.641
Cabinda	4	12	45	381	426
Zaire	6	25	81	720	801
Uíge	16	47	129	2.550	2.679
Luanda	7	32	292	296	588
Cuanza Norte	10	31	89	723	812
Cuanza Sul	12	36	238	2.292	2.530
Malanje	14	52	54	2.358	2.412
Lunda Norte	10	25	122	985	1.107
Benguela	10	38	313	1.821	2.134
Huambo	11	37	341	2.866	3.207
Bié	9	39	176	2.814	2.990
Moxico	9	30	92	1.144	1.236
Kuando Kubango	9	31	94	1.000	1.094
Namibe	5	14	44	353	397
Huíla	14	52	112	3.318	3.430
Kunene	6	20	46	804	850
Lunda Sul	4	14	34	363	397
Bengo	6	23	50	501	551

Fonte: INE – Angola (2016) adaptado pelo autor.

No entender de Wheeler & Péliissier (2009, p. 27), apesar da administração europeia ter dividido o território numa série de distritos e subdistritos diversos, esta divisão geográfica transcende as demarcações administrativas tradicionais e incorpora algumas características geográficas importantes, tanto de Angola como da África Central. Mas partindo dos resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de 2014, segundo a Divisão Política e Administrativa atualizada, Angola é constituída por 18 províncias, 162 municípios, 559 comunas, 2 352 bairros em áreas urbanas e 25 289 aldeias (em áreas rurais), conforme mostra o mapa da figura 3 (INE - Angola, 2016, p. 27).

Figura 3. Distribuição geográfica da população angolana e localização do Kunene ou Cunene



Fonte: adaptado pelo autor (INE - Angola, 2016).

Tendo em conta a divisão e distribuição da população da Tabela 4 podemos afirmar que Angola é um país grande com potencial para se afirmar no contexto das nações. Mas a despesa pública, no entender de Oliveira (2015, p. 291), “foi canalizada para as cidades, em detrimento do mundo rural (e dentro das cidades, para o núcleo urbanizado, em detrimento dos bairros degradados da periferia), para bases de apoio vagamente definidas como “burguesas”, compostas por apoiantes do regime, em detrimento dos pobres e para o consumo e a construção de infraestruturas materiais, em detrimento da diversificação de uma economia dependente do petróleo ou do investimento em capital humano”.

Após o crescimento negativo registado em 2016, as projeções do corpo técnico do FMI para o país (Tabela 6), indicam um aumento muito gradual do crescimento dos setores não petrolíferos até 2017 sendo que a mesma fonte estima um crescimento moderado, porém estável, daí em diante, como reflexo da evolução positiva dos termos de troca e de um ambiente de negócios moderadamente melhor, para além da conclusão de diversos projetos agrícolas e de infraestruturas (FMI, 2016, p. 2).

Tabela 6. Cenário da economia angolana segundo FMI (2016)

Angola: Principais Indicadores Económicos, 2010-17 (Cenário de Base)								
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Produto interno bruto real	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,0	0,0	1,3
Setor petrolífero	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,4	0,8	1,5
Setor não petrolífero	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	1,6	-0,4	1,3

Fonte: adaptado pelo autor (FMI, 2016, p. 4).

Assim, o relatório do FMI conclui que Angola tem pela frente desafios e elogia-se a agenda de reforma das autoridades [angolanas] para abordar as limitações à diversificação económica, nomeadamente através do desenvolvimento das infraestruturas e do capital humano. Realçam que estas medidas devem ser complementadas por melhorias ao ambiente de negócios e pelo reforço da governação, incluindo esforços para enfrentar os riscos relacionados com a corrupção, para fomentar o investimento privado e o crescimento inclusivo (FMI, 2016, p. 3)

O desenvolvimento em Angola no seu todo é um desafio de todos setores do tecido social angolano. Apesar do potencial natural (recursos) há um caminho longo por percorrer e registam-se diversos cenários de um desenvolvimento cada vez mais assimétrico. Mas uma das formas de reduzir as assimetrias regionais, no entender de Rocha (2010b), é localizar em cada uma das regiões um ou mais investimentos estruturantes. Trata-se de investimentos que criem condições para a difusão e apropriação de novos saberes e competências, para a divulgação e apropriação de novos modelos de gestão e de organização e que potenciem a interação e a integração com o sistema económico nacional e promovam a criação de empregos qualificados (Rocha, 2010b, p. 78).

Alguns estudos de economistas angolanos, como Rocha (2010b), afirmam, apontam e sustentam que uma das soluções passa pela divisão de Angola em zonas ou eixos de desenvolvimento, atendendo às potencialidades regionais, mas com grande realce sobre a agricultura. Assim, na Tabela 7 apresentamos os diversos recursos naturais por regiões angolanas.

Tabela 7. Recursos naturais das regiões de desenvolvimento angolanas (2001 – 2019)

Eixos e Zonas de desenvolvimento	Províncias	Recursos Naturais
Norte	Cabinda, Zaire, Uíge, Kwanza Norte e Zaire	Petróleo, madeira, milho, massangano, massambala, mandioca, batata, feijão, café, amendoim, madeira, fosfatos.
Centro/Leste	Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando-Cubango	Diamantes, algodão, oleaginosas, mandioca, batata-doce e rena, feijão, amendoim, alguns citrinos, madeira, ferro, manganês.
Centro/Oeste	Kwanza Sul, Bié, Huambo, Benguela e Namibe	Café, madeira, ferro, manganês, granito e mármore, algodão, soja, palmeira de dendém, mandioca, girassol, batata, amendoim, feijão, hortícolas, banana, cana-de-açúcar, citrinos, madeira, ananás, manga.
Sul	Huila e Kunene	Milho, massango, massambala, soja, batata, feijão, palmeira de dendém, café, algodão, cana-de-açúcar, citrinos, pecuária de grande porte, pescas, banana, manga, hortícolas, ananás, amendoim, girassol, urânio, granito negro, mármore.
Luanda/Bengo	Luanda e Bengo	Mandioca, banana, hortícolas, algodão, citrinos.

Fonte: Monografia de Angola, Ministério do Planeamento, 2001, 2007 e 2009 (Rocha, 2014b, p. 32).

Do ponto de vista físico, Rocha (2010b, p. 25) conclui que a economia angolana pode ser caracterizada por dois traços fundamentais: grandeza de recursos oferecidos pela natureza e extraordinária variedade de condições e possibilidades.

Não obstante as projeções de crescimento moderado do PIB real, espera-se que o rácio dívida pública bruta/PIB diminua em 2017, sobretudo devido à apreciação projetada da taxa de câmbio real e em seguida estabilize em torno dos 64%, em grande medida devido às melhorias esperadas nos saldos orçamentais. A dívida externa bruta de Angola deverá baixar para 39,5% do PIB até ao final de 2021, contra 40,5% do PIB no final de 2015 (FMI, 2016, p. 1).

Fator extremamente importante no desenvolvimento económico de um território são os recursos humanos, pelo que apresentamos os dados referentes à população economicamente ativa¹⁴ (INE - Angola, 2016, p. 59) na Tabela 8. Sublinha-se um número elevado de desempregados no meio rural.

¹⁴ População com 15 anos ou mais que em 16 de maio de 2014 se encontrava na situação de empregada ou desempregada.

Tabela 8. População residente com 15 ou mais anos de idade por área de residência, segundo a situação perante a atividade económica em Angola à data de 16-5-2014

País e área de residência	População em idade ativa		População economicamente ativa		População empregada		População desempregada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angola	13.592.528	100	7.182.631	100	5.442.685	100	1.739.946	100
Urbana	8.706.581	64,1	4.330.895	60,3	2.997.548	55,1	1.333.347	76,6
Rural	4.885.947	35,9	2.851.736	39,7	2.445.137	44,9	406.599	23,4

Fonte: INE - Angola, Censo 2014 (2016, p. 59).

Em termos de desenvolvimento futuro, segundo estudos da Universidade Católica Angolana, (Rocha, 2014a, p. 12), a “taxa média anual de crescimento do PIB entre 2013 e 2019 rondará os 5,5% a 6%, insuficiente para a realização de alguns dos objetivos de Desenvolvimento do Milénio subscritos por Angola, entre os quais a redução sustentada dos índices de pobreza”.

Mas apesar do desempenho económico recente de Angola, nomeadamente a crise económica e financeira que provocou a escassez de divisas, a inflação pelos custos, o aumento do desemprego e a escassez de produtos, há setores que podem ser relançados, visto terem demonstrado algum avanço significativo, mesmo que não sejam acompanhados pelas políticas públicas. Referimos a título de exemplo o setor da agropecuária. Angola, apesar de falta de recursos humanos qualificados, tem potencial natural capaz de fazer diferença significativa no processo da diversificação da economia e assim combater a fome e a pobreza, o que passa pela capacitação dos recursos humanos na gestão e implementação de políticas agropecuárias.

Os seguintes dados (Tabelas 9, 10 e 11) extraídos do relatório económico de Angola 2015 elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN), mostram a evolução da produção das explorações familiares por grupos de culturas e a grosso modo, a evolução da produção agropecuária.

Tabela 9. Evolução das explorações familiares por grupos de culturas

Evolução da produção agrícola por grupos de culturas (2012-2015)			
Produtos	Produção (Toneladas (t))		
	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Cereais	1.324.500	946.772	1.021.640
Legumes/oleaginosas	463.939	269.808	30.424
Raízes e tubérculos	1.672.782	4.646.925	11.331.062
Hortícolas	1.114.722	656.004	848.894
Frutas	2.647.070	744.574	1.590.944
Café (comercial)	X	15.009	14.700

Fonte: UCAN, Relatório económico de Angola 2015 (UCAN, 2016, p. 92);

Nota: X – dados não disponíveis

A produção de cereais é fundamental para o país pela sua importância como alimento básico e no caso do milho, representa uma matéria-prima inestimável para o fabrico de rações (UCAN, 2016, p. 93). A produção de banana também tem vindo a registar aumentos importantes, tendo-se ultrapassado as três milhões de toneladas em 2015. Trata-se de outro produto em que se atingiu a autossuficiência e já se pensa na exportação, embora esta esteja condicionada pelos preços e pela burocracia (UCAN, 2016, p. 95).

Tabela 10. Evolução da produção pecuária no período 2010-2014

Evolução dos efetivos pecuários (2010-2014)			
Espécie pecuária	Nº de cabeças		
	2010/2011	2011/2012	2013/2014
Bovinos	4.586.570	458.657	3.500.000
Caprinos e ovinos	4.958.351	4.958.351	7.000.000
Suínos	2.135.979	2.135.979	X
Galináceos	19.977.427	19.977.427	12.000.000

Fonte: UCAN (2016, p. 99); adaptado pelo autor. Nota: X – dados não disponíveis.

Tabela 11. Produtividade das principais culturas

Produtividade das principais culturas (kg/ha)		
Cultura	2013/2014	
	Exploração agrícola familiar (EAF)	Exploração agrícola empresarial (EAE)
Milho	901	2.368
Massango	216	358
Massambala	249	429
Arroz	1.095	1.897
Mandioca	9.882	15.191
Batata rena	4.523	10.046
Batata-doce	11.222	14.598
Feijão	488	738
Amendoim	743	1.099
Soja	498	841

Fonte: UCAN (2016, p. 97); adaptado pelo autor.

No entender do Centro de Estudos e Investigação Científica da *Universidade Católica de Angola* (2016, pp. 100-104), existe um desnivelamento do crescimento da agricultura e atividades conexas explicável pelas incoerências das políticas agrárias, apontando por exemplo:

- A ausência de uma visão abrangente do desenvolvimento que permita que os projetos sejam abordados em termos sistemáticos e de fileiras ou *clusters*;
- A persistência de uma burocracia que não se coaduna com o desejo de uma agricultura moderna; A ausência significativa de energia elétrica da rede nacional nas zonas de produção; Serviços alfandegários extremamente morosos e onerosos;
- A subida dos preços dos fatores de produção (combustível, lubrificantes, adubos, fitofármacos, etc.) e a sua escassez crescente no mercado, o que torna a produção nacional pouco competitiva; A inexistência de seguro agrícola;
- A ausência de um serviço adequado de assistência técnica aos agricultores de todas as categorias; A precariedade das vias de acesso;
- A localização desarticulada de projetos, sem terem sido acautelados aspetos como acessibilidades, proximidade de fornecedores e facilidade de escoamento da produção;
- E no caso dos agricultores familiares, mais de 90% da área cultivada é trabalhada manualmente (UCAN, 2016, pp. 100-104).

4.3. Província do Kunene (Cunene)

A província do Kunene (Angola), faz fronteira com as províncias do Namibe (Ex-Moçâmedes), Huíla (Ex-Sá da Bandeira) e Cuando-Cubango, e com a República da Namíbia, a sul. Como tal, representa uma das principais portas de entrada em Angola (via terrestre [e fluvial]) com a Namíbia (GEPE, 2014, p. 47).

A província do Kunene pertencia ao então distrito da Huila e foi desanexada deste em 10 de julho de 1970. “A divisão político-administrativa da província do Cunene compreende 245 aldeias, 20 comunas e 6 municípios, nomeadamente: Kwanyama, Ombadja, Cahama, Namacunde, Cuvelai e Curoca” (Miguel, 2014, p. 49).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Provincial do Cunene 2013-2017 (PDC¹⁵) (GEPE, 2014, p. 120), o “desenvolvimento territorial é um dos grandes objetivos da Estratégia Angola 2025. O modelo de desenvolvimento territorial preconizado por essa estratégia coloca em evidência o posicionamento geoestratégico do Kunene, como sendo uma área de baixa densidade populacional, desempenhando atividades predominantemente agropastoris, com relações transfronteiriças a explorar através do desenvolvimento de polos urbanos e com grandes potencialidades turísticas”.

Ainda em matéria de desenvolvimento local, o PDC 2013-2017 define como uma das opções estratégicas para o Kunene a “promoção e desenvolvimento rural”, da seguinte forma:

“Promover o desenvolvimento rural e pecuário, em particular: a agricultura de sequeiro, nomeadamente de cereais; as culturas de regadio, em particular a partir do aproveitamento da rede hidrográfica do rio Cuvelai (com base em estudo a efetuar) e do aproveitamento da margem direita do rio Kuvango, o efetivo pecuário, com melhoria do estudo sanitário dos efetivos, a tecnologia e utensílios agrícolas de baixo custo, bem como a introdução de alternativas de combustíveis que combatam a deflorestação” (GEPE, 2014, p. 123).

¹⁵ O PDC 2013-2017 foi elaborado com base nas orientações emanadas pelo PDN 2013-2017 e o Roteiro de Elaboração do Programa Provincial de Médio Prazo 2013-2017. O PDC é estruturado em função do percurso metodológico adotado e concretiza-se nos três volumes: I. Visão e quadro Estratégico; II – Programa de Ação; III – Fichas de Projetos (GEPE, 2014, pp. 6-7).

A Província do Kunene globalmente apresenta um baixo desempenho ao nível da educação, tanto na população adulta como na população mais jovem, onde o analfabetismo assume ainda relevante expressão, constituindo assim um obstáculo ao desenvolvimento pessoal e à dinamização do crescimento de economia baseada no conhecimento (GEPE, 2014, p. 74).

De acordo com o Relatório de Atividades da Direção Provincial da Educação de 2013, a rede escolar é constituída por 832 estabelecimentos de ensino, dos quais 785 lecionam o nível de ensino primário, o que representa uma percentagem de 94,9%. A oferta de estabelecimentos de ensino acima deste nível é bastante reduzida, existindo apenas 36 escolas com Ensino Secundário de 1º Ciclo e 11 escolas de Ensino Secundário de 2º Ciclo, representando respetivamente 4,3% e 1,3%.

No campo da saúde, na Província do Kunene a rede de cuidados de saúde em 2013 era composta por 156 unidades, das quais 107 são postos de saúde, 42 centros de saúde e 7 hospitais, sendo um hospital geral em Ondjiva e 6 hospitais de referência municipal, (hospital da Missão Católica do Chiulo, Xangongo, Namacunde, Curoca, Cahama e Cuvelai) (GEPE, 2014, p. 81). Deste modo, as principais unidades de saúde estão sediadas no Município de Kwanyama, representando 37,8% do total de unidades existentes, seguindo-se Ombadja com 24,4%, Cuvelai com 12,2% e Namakunde com 10,9%, sendo Cahama e Curoca os que menos unidades detêm, 8,3% e 6,4% respetivamente (GEPE, 2014, p. 83).

Segundo Gallardo & Muzima (2017, p. 14), com base no censo nacional de 2014, Angola tem uma população economicamente ativa de 7.182.631, da qual 60,3% é população urbana e 39,7% rural. A taxa de desemprego é de 24,2%. A proporção de homens e mulheres economicamente ativos desempregados é de 23,6% e 24,9%, respetivamente. O desemprego é maior na faixa etária de 15 a 19 anos. As províncias com maiores taxas de desemprego são Lunda Sul e Lunda Norte com 43% e 39%, respetivamente. Benguela e Cuanza Sul têm o menor desemprego com taxas em torno de 14% cada. Luanda está acima da média nacional, com 30 a 33% de desemprego.

Os dados da Tabela 12 são elucidativos no que respeita aos habitantes do Kunene. Em 2012 aquando da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Cunene 2013-2017, estavam previstos para este território 616.487 habitantes, mas já depois do Censo Geral 2014 (ainda no decurso do PDC 2013-2017), o cenário apresenta-se muito diferente, pois

em 2016, aquando da divulgação dos resultados dos Censos 2014, verifica-se que houve um acréscimo de aproximadamente 373.000 habitantes no Kunene.

Apesar do Kunene ser uma província que por vezes tem sido assolada quer pelas inundações, quer pela seca, detém solos férteis para a agropecuária, assim como para desenvolver atividades de turismo rural. A agricultura na província caracteriza-se como rudimentar e de subsistência e tem como atores os pequenos produtores familiares tradicionais, pelo que se torna necessária a implementação de novas tecnologias, bem como o alargamento da cadeia de frio para conservação dos produtos agrícolas e a melhoria de condições que permitam o escoamento dos mesmos (GEPE, 2014, p. 18).

Tabela 12. População residente na província do Kunene por município (estimativas em 2012 aquando da elaboração do PDC 2013-2017)

Município	Comuna	Nº Habitantes	Extensão territorial (km ²)	Densidade populacional (hab/km ²)	Distribuição relativa da população estimada (%)
Kwanyama	Ondjiva	96.450	4.980	19,4	15,6%
	Môngua	49.221	4.081	12,1	8,0%
	Evale	25.412	4.021	6,3	4,1%
	Nehone	18.977	4.092	6,6	3,1%
	Oshimolo	12.924	3.081	4,2	2,1%
	Subtotal	202.985	20.255	10,0	32,9%
Ombadja	Xangongo	53.652	2.348	22,9	8,7
	Ombala-yo-mungu	24.515	1.820	13,5	4,0%
	Naulila	21.580	2.220	9,7	3,5%
	Humbe	18.727	2.976	6,3	3,0%
	Mucupe	32.181	2.900	11,1	5,2%
	Subtotal	150.656	12.264	12,3	24,4%
Namakunde	Namakunde	47.694	4.280	11,1	7,7%
	Shiedi	46.616	6.421	7,3	7,6%
	Subtotal	94.311	10.701	8,8	15,3%
Curoca	Oncócuá	18.271	3.836	4,8	3,0%
	Chitado	19.135	4.162	4,6	3,1%
	Subtotal	37.406	7.998	4,7	6,1%
Cuvelai	Omukolongondjo	20.324	2.766	7,3	3,3%
	Omunda (Mupa)	29.549	4.068	7,3	4,8%
	Cuvati (Cubati)	13.007	5.694	2,3	2,1%
	Canganda/Calonga	16.353	3.742	4,4	2,7%
	Subtotal	79.232	16.270	4,9	12,8%
Cahama	Cahama (sede)	3.230	4.962	7,7	6,2%
	Otchinjau	14.026	4.763	2,9	2,3%
	Subtotal	52.257	9.725	5,4	8,5%
Total		616.847	77.213	8,0	100,0%

Fonte: Adaptado pelo autor com base em GEPE (2014, p. 10).

Segundo os Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014 – Censo 2014 (INE - Angola, 2016) - a província do Kunene apresenta a seguinte população:

- a) Homens: 462.056;
- b) Mulheres: 528.031;
- c) Total: 990.087;

Sendo que na província existem 88 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 13. Distribuição geográfica da população por municípios em 2014

Município	Nº de Habitantes
Curoca (ex. Oncocua)	41.087
Cuvelai	57.398
Cahama	70.061
Namacunde	142.047
Ombadja (ex. Cuamato)	304.964
Kwanyama	374.529

Fonte: Censo 2014 (INE - Cunene, 2016)

O município do Kwanyama é o mais populoso com 374.529 pessoas, o que representa cerca de 38% da população da província.

Em termos de densidade demográfica, na província do Kunene existem 11 pessoas por cada Km², enquanto a densidade demográfica de Angola é de 20,7 hab./km² e a de Luanda de 368 hab./km².

A estrutura etária da população é caracterizada por uma população jovem. A população com 0-14 anos é de 473.425 pessoas, representando 48% da população residente na província e 66% é composta por habitantes dos 0–24 anos de idade (Tabela 14).

Tabela 14. Estrutura etária da população na província em 2014

Dos 0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 em diante
47,8%	48%	3,7%

Fonte: Censo 2014 (INE - Cunene, 2016)

No que respeita ao emprego por setor de atividade económica na província, a população empregada (de 15 ou mais anos) distribui-se da seguinte forma:

- Setor Primário (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca...); 63,5%;
- Setor Secundário (Indústria, construção, energia e água ...): 3,8%;
- Setor Terciário (Transportes, Comunicações, Comércio, Finanças e Serviços Administrativos ...): 18%;
- Setor não declarado: 14,7%.

A esmagadora maioria da população do Kunene dedica-se à agropecuária, caça, pesca.

De acordo com a Tabela 15, 54% da população residente, com 15 anos ou mais, na província de Cunene, sabe ler e escrever. Acresce ainda que 23,8%, da população com 18 anos ou mais, não tem nenhum nível de escolaridade concluído.

Tabela 15. População com 15 ou mais anos de idade que sabe ler e escrever na província do Kunene 2014

	15 ou mais anos	15 a 24 anos	24 a 64 anos	65 anos mais
Urbana	81,8%	X	X	X
Rural	45,9%	X	X	X
Homens	62%	65,2%	61,2%	49,2%
Mulheres	47,3%	62,2%	42,8%	15,5%
Kunene	53,8%	63,6%	50,8%	28,8%

Fonte: Construção do autor a partir do Censo 2014 (INE - Cunene, 2016).

De acordo com a Tabela 16, cerca de 0,4% da população na província de Kunene completou o ensino superior.

Tabela 16. População com 24 ou mais anos que completou o ensino superior por município em 2014

Município	
Curoca (ex. Oncocua)	0,2%
Cuvelai	0,1%
Cahama	0,2%
Namacunde	0,2%
Ombadja (ex. Cuamato)	0,3%
Kwanyama	1,3%
Kunene	0,45%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo 2014 (INE - Cunene, 2016).

Considera-se população economicamente ativa, a população com 15 anos ou mais que em 16 de maio de 2014 se encontrava na situação de empregada ou desempregada, e na tabela e gráfico seguintes mostra-se esta desagregação para a província do Kunene.

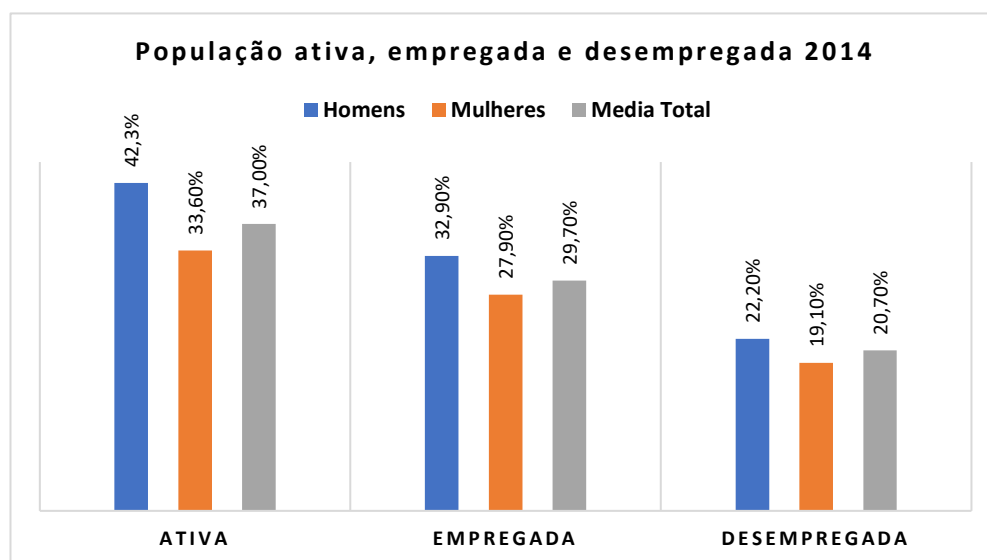
Tabela 17. População ativa, emprego e desemprego na província do em 2014

	Kunene		
	Total	Homens	Mulheres
Taxa de Atividade	37,5%	42,3%	33,6%
Taxa de Emprego ¹⁶	29,7%	32,9%	27,9%
Taxa de Desemprego ¹⁷	20,7%	22,2%	19,1%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo 2014 (INE - Cunene, 2016).

Os dados sobre a população ativa empregada e desempregada, poderão ter sofrido ligeiras alterações, principalmente no setor público, atendendo que, de 2014 a 2017 não encontramos registos nem concurso de admissão de novos empregados neste setor. Por outro lado, o setor privado enfrenta a falência de pequenas e médias empresas como consequência da crise económica.

Gráfico 2. População ativa, empregada e desempregada segundo o Censo 2014



Fonte: Elaboração do autor com base Censo 2014 (INE - Cunene, 2016).

Verifica-se que a taxa de atividade dos homens é superior à das mulheres em cerca 9 pontos percentuais.

¹⁶A taxa de emprego é a razão entre a população empregada com 15 ou mais anos de idade e o total da população com 15 ou mais anos de idade. Mede a capacidade da economia de um país fornecer emprego para o crescimento da sua população.

¹⁷A taxa de desemprego é a razão entre o número de desempregados e o número de pessoas economicamente ativas.

Existem na província 187.352 agregados familiares, sendo que, em média, cada agregado familiar é composto por 5,3 pessoas, 50,5% de agregados são chefiados por homens e 49,5% de agregados são chefiados por mulheres (INE - Cunene, 2016).

Em termos das condições habitacionais, segundo o Censo 2014, 23,3% dos agregados familiares têm acesso a fontes apropriadas de água¹⁸ (Tabela 18), sendo que 18% de agregados familiares dá o tratamento apropriado à água para beber¹⁹. Apenas 9,6% dos agregados familiares têm as infraestruturas de saneamento dentro de casa, com acesso a instalações sanitárias apropriadas²⁰.

Tabela 18. Agregados familiares, segundo o tipo de fonte de água para consumo em 2014

Tipo de fonte de água para beber a que têm acesso	Agregados familiares (%)
Cacimba desprotegida	32,4%
Água da chuva/Chimpacas (represas)	29,2%
Charcos/Rio/Riacho	11,1%
Cacimba protegida	10,0%
Chafariz público	5,4%
Torneira ligada a rede pública	4,7%
Furos com bomba	3%
Camião cisterna	2,5%
Nascente desprotegida	1,1%
Nascente protegida	0,2%
Outro	0,5%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Censo de 2014 (INE - Cunene, 2016, p. 24)

O consumo da água proveniente das cacimbas desprotegidas e o recurso a lenha representam um binómio inseparável no contexto atual do povo do Kunene. Isto apesar da nova captação da água do rio Kunene para Ondjiva e arredores (Figura 4), assim como da construção dos reservatórios de combustíveis (gasolina, gásóleo e gás butano), localizados entre Namakunde e Ondjiva em Omupanda.

¹⁸Consideram-se fontes apropriadas: torneira ligada à rede pública, chafariz público, furo com bomba, cacimba ou nascente protegida.

¹⁹Considera -se tratamento adequado da água para beber: ferver, lixívia, filtrar com pano, filtrar com filtro de água, filtrar e ferver.

²⁰ Consideram-se instalações sanitárias apropriadas: sanita ligada a rede pública, instalações ligadas a fossas sépticas.

Figura 4. Tratamento da água do rio Kunene em Xangongo/Kunene



Foto de *Domingos Calucipa / Kunene 2013* (Calucipa, 2014)

Na Tabela 19 apresentamos os dados referentes às principais fontes de energia utilizadas, entre as famílias do meio urbano e as do meio rural na província do Kunene, no Município do Kwanyama e na Comuna de Oshimolo. Nota-se que há uma maior incidência no uso da lenha, tanto no meio urbano como no meio rural.

Tabela 19. Número de agregados familiares segundo a fonte de energia utilizada para cozinhar

Número de agregados familiares segundo fontes de energia para cozinhar Província, Município e Comuna					
Fonte de Energia	Kunene		Kwanyama		Oshimolo
	Total 187.352		Total 72.136		Total 1.084
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	xxxxx
	43.267	144.085	25.604	46.532	1.084
Carvão	10.801	1.169	6.240	507	0
Lenha	7.987	139.696	3.200	44.657	1.082
Gás	23.360	2.456	15.494	1.109	0
Eletricidade	623	264	347	69	1
Petróleo	57	20	26	13	0
Cartão/Papelão	150	57	110	7	0
Nenhum	168	190	136	76	0
Outro	121	232	51	94	1

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Censo de 2014 (INE - Cunene, 2016, p. 180)

A Tabela 19 dá-nos uma ideia clara sobre as fontes de energias para cozinhar e pode-se concluir que na zona urbana utiliza-se muito o gás e carvão, enquanto a lenha é muito mais usada no meio rural.

Acresce ainda que 67,7% dos agregados familiares praticam uma atividade agropecuária (dos quais 91,4% praticam a cerealicultura) enquanto 12,4% dos agregados familiares praticam uma atividade piscatória.

Na Tabela 20 apresentamos alguns indicadores do Kunene e a projeção da população para 2018, que prevê um crescimento considerável da população.

Tabela 20. Alguns indicadores da província do Kunene

População (projeção da população para 2018)	1.121.748
Registo de nascimento (crianças com 0-48 meses)	13,5%
Ensino pré-escolar (nº crianças a frequentar o ensino pré-escolar)	5,9%
Alfabetismo (pessoas com 15 ou mais anos)	53,8%
Malária (agregados familiares com posse de redes mosquiteiras)	5,2%
Conhecimento e atitudes sobre VIH SIDA (jovens de 15-24 anos que possuem um conhecimento abrangente sobre o VIH/SIDA)	26,5%
Trabalho infantil (% de crianças com 5-14 anos de idade que trabalham)	45,2%
Habitação (população a viver em habitações não apropriadas)	98,5%
Água (população que usa fonte de água apropriada para beber)	23,3%
Saneamento básico (população com saneamento apropriado)	11,8%
Elettricidade da rede (agregados familiares com acesso a eletricidade da rede pública)	11,7%

Fonte: Adaptado pelo autor (INE - Angola, 2017).

4.4. Município do Kwanyama

Quando se fala da região do Kwanyama, abre-se um vasto território que se estende desde o Sul de Angola a Norte da Namíbia (*ovambolandia*). Ao longo das últimas décadas têm-se realizado sobre este território estudos de diversos âmbitos com realce nas temáticas das ciências sociais. É de sublinhar que no final do período colonial já havia alguns estudos sobre esta região, apesar de alguns terem sido publicados apenas depois da independência de Angola. Nessa teia de estudos sobre os kwanyamas angolanos, são de evocar os de Lima (1977), Padre Carlos Estermann (1983b), Monteiro (1994) e Makili (2017). Reconhecemos que estas e outras fontes são incontornáveis na perceção socioeconómica desta região é estarmos diante de uma zona que sofreu drasticamente no conflito armado que contribuiu para a luta da independência da Namíbia.

“Se durante o período colonial, aquando da realização destes estudos, se pode considerar a existência de uma estabilidade relativa das populações da zona, nas últimas décadas, este cenário foi profundamente alterado por conflitos militares e consequente saída maciça de população do Kunene, que apenas começou a

regressar na década de 90 do século XX, assistindo-se, a partir de então à recomposição, em parte, da sua estrutura social” (GPK-GPE, 2005, p. 31).

Como nota histórica pode sustentar-se que antes das diversas guerras, do antes e depois da independência de Angola (1975) e da Namíbia, o território do Kunene era habitado por populações de origem Banto, Pré-bantos (Vátua) e não Bantos (Khoisan, Mucancalas ou Kamussequeles).

“Entre os bantos, mais numerosos, o grupo etnolinguístico Ambó era dominante e incluía os subgrupos Kwanyama (em maior número) e outros em menor número de efetivos: Cuamato, Vale, Cafima, Dombodola e Cuangar (Redinha, 1971). A análise da sua distribuição por subgrupos em 1970 confirma o predomínio dos Kwanyama (76,7%), seguidos de outros grupos: Cuamato (15,7%), Vales (6,8%), Cafimas (0,7%) e Dombondola (0,1%) (Monteiro, 1994, pp. 7-22). A distribuição dos povos da região nas décadas de 40 e 50 do século XX confirma o predomínio tradicional dos Ovambo na região” (GPK-GPE, 2005, p. 23).

O município do Kwanyama tem Ondjiva como sede municipal e por conseguinte, também capital da província. Segundo o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GPK-GPE - 2005), no “Plano de Urbanização da Cidade de Ondjiva, Caracterização Socioeconómica” sublinha-se que a cidade capital Ondjiva (e consequentemente toda a província do Kunene) registou três grandes fases:

- “**1ª fase: 1917-1975**> iniciada após as batalhas de conquistas do Baixo Kunene, com a fundação do núcleo administrativo de Vila Pereira D’Éça e a introdução de novos princípios e formas de edificação numa área essencialmente rural;
- **2ª fase: 1975-1990**> marcada pela saída maciça da população da cidade – por um lado, os portugueses devido à independência, por outro os angolanos, no decurso das invasões e ataques sul-africanos;
- **3ª fase: 1990-2004**> caracterizada pelo crescimento populacional – decorrente do retorno de população deslocada, dos fluxos migratórios originados pela guerra e do êxodo rural e pela reconstrução do antigo núcleo urbano” (GPK-GPE, 2005, p. 16).

O território do município do Kwanyama tem uma extensão de 20.255 km² e nele residem perto de 374 529 habitantes (INE - Cunene, 2016, p. 25). Fazem parte deste município as comunas de Ondjiva (capital da província) Môngua, Evale, Nehone e Oshimolo (GPK-GPE, 2005, p. 31), sendo nesta última que se localiza a povoação de Ondova.

Apesar da falta de água ser um dos grandes problemas nesta região, por vezes, em tempo de grandes quedas pluviométricas também sofre graves inundações, as quais, no entender de Monteiro (1994, p. 42) são provocadas pelo caudal do rio Cuvelai, visto que a bacia hidrográfica deste abrange esta zona na sua maior parte.

A pecuária e a agricultura constituem as atividades económicas dominantes, mas com reflexo para a economia essencialmente de carácter doméstico, que antigamente implicava uma forte divisão de género no trabalho, cabendo às mulheres a prática agrícola e os trabalhos domésticos e aos homens a pecuária (Estermann, 1983a, p. 123). Em virtude da escassez de água e pastos na época seca, o gado bovino está sujeito a pequenas e grandes transumâncias. A criação de gado bovino, mais do que uma atividade económica com fins comerciais, é uma fonte de riqueza, de prestígio e um bem determinante na definição do estatuto social do homem (Monteiro, 1994, p. 21).

Contudo neste território nos últimos tempos regista-se um crescimento de diversas iniciativas económicas, mas com grande incidência na economia paralela. No entender do GPK-GPE (2005, p. 61) em Angola “as atividades económicas desenvolvem-se em dois grandes sectores – sector formal e sector informal – estreitamente interligados ao nível das práticas e através das combinações que os indivíduos e famílias promovem com o intuito de diversificar as suas fontes de rendimento”. No Kwanyama estes setores também estão amplamente presentes na vida comum do povo acrescentando-se, a exemplo de outros municípios a economia doméstica.

“Juntam-se à economia formal e informal, atividades económicas desenvolvidas pelas famílias de forma a gerar recursos complementares. Estas atividades de pequena escala distinguem-se da denominada economia informal na medida em que apresentam um carácter irregular e o seu âmbito se situa ao nível doméstico (GPK-GPE, 2005, p. 61).

No município do Kwanyama, sobretudo na sua sede (Ondjiva) encontramos diversos serviços que traduzem as políticas públicas de âmbito provincial e municipal em diversas

vertentes. Sabe-se, portanto, que para além das estruturas governamentais provinciais encontramos ofertas na área do ensino (do primário ao superior), da saúde (Hospital Geral), da energia e água (vinda do rio Kunene) e serviços diversos que funcionam apesar de tudo num ritmo muito desigual face à zona rural.

4.5. A povoação de Ondova

O nome de Ondova, no entender do Soba Grande de Ondova (Mandume ya Monano) deriva de um episódio muito curioso. Consta que os primeiros exploradores e habitantes desta povoação na falta de água cavaram poços e num dos primeiros poços em vez de encontrarem água, infelizmente encontraram lodo muito semelhante ao usado na cerâmica e que designaram por Ondova/Sujeira. Daí o nome do poço que deu o nome à povoação.

A palavra *omukunda* na língua *kwanyamano* no entender Makili (2017, p. 134) traduz-se em bairro, aldeia ou povoação. Daí que, para Ondova é normal que se diga *omukunda waNdova* (a povoação de Ondova).

Para chegarmos à caracterização do território de Ondova (*Ondova ya Shindabi*), por opção metodológica, partimos do todo, o país, passando pela província e o município (não desvalorizando a Comuna (Oshimolo)). O estudo sobre o território de Ondova é uma autêntica aventura, dada a ausência de literatura que nos possibilite uma melhor caracterização da mesma e uma abordagem mais concisa e sistematizada. Mas apesar de tudo esperamos que nos sejam úteis os relatos que a tradição oral conservou. De facto, para a caracterização e compreensão deste território foram muito úteis as informações recolhidas através das entrevistas realizadas junto dos nossos interlocutores locais, pelo que grande parte da informação que se apresenta neste ponto resulta da análise de conteúdo das mesmas.

Ondova é uma povoação situada na Província do Kunene, Município do Kwanyama e Comuna de Oshimolo/Chimporo em Angola. A sede da povoação, também, é conhecida localmente de Okavenda. Sabe-se que estamos diante de um território dos Ambós²¹ (no

²¹O povo Ambó (ovawambo) é constituído por cinco subgrupos, conhecidos por: ovavale; ovakafima; ovakwanyama; ovakwamatwi; ovandombondola. As comunidades com maior influencia são as comunidades dos: kwanyamas e kwamatwi (ovambadja) (Ferreira & Ndalilosiwa, 2006, p. 2) e Redinha (1967, p. 19) que falam de seis subgrupos acrescentando no já citado os Cuangar.

Kunene) estudado e referido por diversos autores, entre eles Monteiro (1994). Segundo este autor, “a zona do grupo étnico ambó situa-se na orla da bacia interior do deserto do Kalahari e faz parte da depressão do interior da África Austral. Limitada pelos rios Cunene (a este) e Cubango (a leste), abrange toda a vasta área entre as coordenadas dos paralelos 16° e 18° de latitude sul, cuja superfície é de 80.000 km² e encontra-se dividida, em partes sensivelmente iguais, entre Angola e a Namíbia, por uma fronteira com a extensão aproximada de 360 km” (Monteiro, 1994, p. 33).

Das características da zona em estudo, podemos sublinhar as seguintes:

- a) População: A população de Ondova (1602 habitantes) é maioritariamente do grupo étnico ambó (Ovawambo), vive da agricultura e da criação de gado;
- b) Em tempo de conflito armado (1977-2002) foi diversas vezes zona perigosa e neutra. Neutra no sentido de que todos exércitos consideravam os habitantes deste território como elementos do inimigo (SWAPO; UNITA; MPLA e Sul Africanos), ninguém os tratava como seus, apenas os explorava e manietava;
- c) Dispõe de rica fauna e flora, com diversificadas plantas e animais selvagens;
- d) O comércio informal e familiar é predominante (a título de exemplo do tipo de estabelecimentos comerciais existentes no território, veja-se a Figura 5);
- e) Os grandes desafios e entraves ao desenvolvimento prendem-se nomeadamente com a falta de água, vias de comunicação degradadas, falta de saneamento básico, oferta educativa diversificada inexistente, só para citar alguns pontos.

Figura 5. Estabelecimento comercial feito com chapa de zinco



Fonte: Foto do autor tirada aos 02/05/2017 em Ondova.

Esta zona de Ondova regista a escassez de recursos hídricos, “as chuvas caem, normalmente, de Novembro a Abril e são, em geral, violentas e de curta duração” (Monteiro, 1994, p. 45). Trata-se de uma zona seca, sob a influência do deserto do Kalahari, que, segundo alguns geógrafos, tende a alargar-se, fazendo aumentar a secura. A pluviosidade é irregular e com um total anual de 600 mm. A humidade relativa máxima é de 96%, mínima de 10% e a média de 46%. Apresenta um clima seco de estepe ou tropical, em geral semiárido, por vezes sub-húmido (Monteiro, 1994, pp. 54-55).

O povo que habita Ondova é maioritariamente da tribo dos ambós e “não há unanimidade entre os autores quanto à sua origem geográfica e genealógica. Sabe-se, no entanto, que os ambós são povos bantos que desceram da região dos Grandes Lagos para sul do continente africano, provavelmente para a zona do Cubango (Monteiro, 1994, pp. 69-70). No entender de Monteiro (1994) o que “é importante frisar é que a expansão deste povo, na sua última fase migratória, se processou de sul para norte, isto é, da Namíbia para Angola”, inicialmente tratava-se de um povo recolector, passando a dedicar-se à pastorícia (sistema patrilinear) e posteriormente à agricultura (Monteiro, 1994, p. 70).

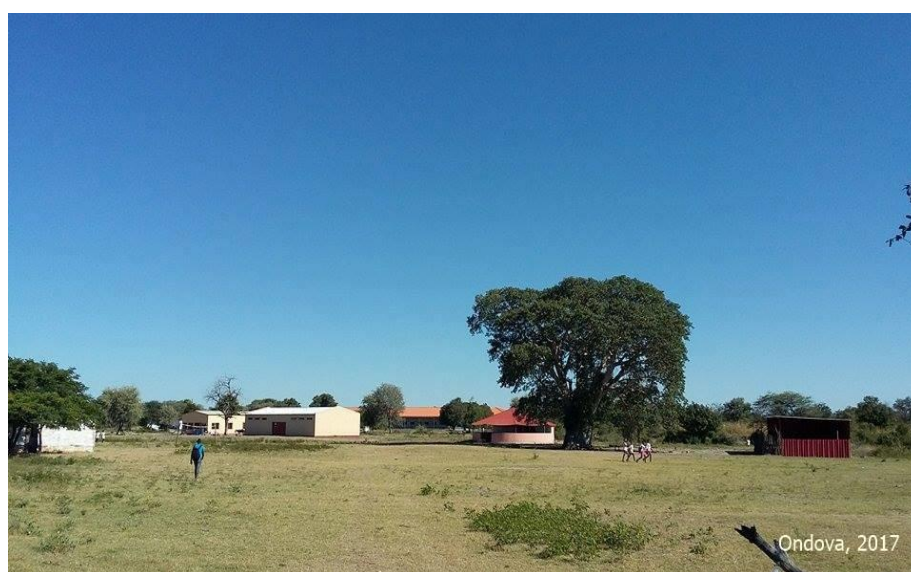
Para a comuna de Oshimolo, de onde faz parte a povoação de Ondova, destacamos os seguintes dados do Censo 2014 (INE - Cunene, 2016, pp. 55 - 180): sobre o saneamento básico, regista-se uma sanita ao nível de toda comuna; a principal fonte de água para o consumo de 819 agregados familiares são as cacimbas; a principal fonte de energia utilizada para a cozinha é a lenha; sobre a habitação, entre os 1.085 agregados familiares, 1.043 vivem em casas com cobertura de capim; a população em idade ativa é de 2.424 (1.136 homens e 1.288 mulheres); a taxa de desemprego na comuna é de 2,5%, atendendo que no município do Kwanyama é de 31,10% no meio urbano e 8,00% no meio rural, e na província é de 20,70% no meio urbano e 17,00% no meio rural; no que diz respeito à educação registam-se 1.215 crianças dos 5 a 11 anos (644 rapazes; 571 raparigas), entre as quais 566 (297 rapazes e 302 raparigas) frequentam a escola; 810 agregados familiares praticam a agricultura repartida em silvicultura (39), fruticultura (33), horticultura (30) e cerealicultura (708).

Em Ondova, a par de outras povoações, encontramos também autoridades tradicionais, vulgo Sobas. E o Soba Grande Mandume foi um dos nossos interlocutores, que muito me ensinou sobre esta povoação.

“Os sobas, que são as autoridades tradicionais na província do Kunene, têm sido verdadeiros advogados na defesa dos interesses das populações. As mesmas autoridades servem de condutores dos problemas comunitários para as Administrações Comunais, nomeadamente aqueles que ultrapassam as suas competências, dado que os problemas ligados à tradição ou à cultura das comunidades rurais são resolvidos dentro de um tribunal de sobas juntamente com a presença de um membro da administração pública” (Miguel, 2014, p. 82).

Ondova (Figura 6) está na rota entre Ondjiva (capital do Kunene) e a Província do Kuando Kubango e nos anos de conflito armado foi palco de grandes batalhas entre diversos exércitos. Hoje em dia, apesar de grandes investimentos que se registam em Angola, clama, em certa medida a execução de políticas públicas em diversos campos, especialmente no que respeita a água e saneamento básico, transportes públicos, educação, saúde, energia, etc.

Figura 6. Povoação de Ondova



Fonte: Foto do autor, Povoação de Ondova, 2/5/2017

Contudo, há a sublinhar que os edifícios locais, excluindo a antiga residência do professor, ligada a escola primária, são de construção recente (2002-2016). Ondova tem diversas aldeias em seu redor que não têm à sua disposição serviços, daí que muitos habitantes, nomeadamente os estudantes, se deslocam para Ondova (a sede chama-se Okavenda), percorrendo longas distâncias para ter acesso aos referidos serviços, nomeadamente à escola e ao posto médico.

De facto, como já referimos, a povoação de Ondova tem ao seu redor diversas aldeias pequenas que distam uma das outras dezenas de quilómetros e enfrentam a falta de serviços mínimos para assistência ao povo. As autoridades locais, de 2002 a 2017 fizeram esforços gigantescos, mas não primaram pela urbanização, construção e reabilitação das vias de comunicação, as quais são um autêntico pesadelo.

Por outro lado, a educação e a saúde, enfrentam muitos problemas. Há muita procura e pouca oferta. Por exemplo, aquando da nossa visita e por observação própria, o posto médico não tinha medicamentos nem médico, mas sim um elevado número de pacientes. Na escola observámos alunos com falta de professores²². Os poucos professores não têm residência localmente, sendo que residem em Ondjiva, a uma distância de mais de 75 km, o que naquelas estradas equivale a mais de 3 horas de viagem.

No que respeita à saúde, dado que não há medicamentos no posto médico, as enfermeiras ocupam o tempo a passar guias de transferência dos doentes que devem deslocar-se (por meios próprios) deste posto para o hospital de Ondjiva e por sua vez, deste para a República da Namíbia (com assistência ordeira e personalizada), onde a assistência médica é melhor, apesar de cada vez mais cara pela desvalorização da moeda angolana face ao dólar namibiano (1,00 N\$ = 14,00 kz) (BNA, 2017).

A povoação de Ondova, apesar de não ter representação física da administração local regista avanços significativos em matéria de projetos para o desenvolvimento. Por exemplo, no âmbito da saúde está em construção um centro de saúde com capacidade de 35 camas para internamento. Nas Figuras 7 e 8 encontramos exemplos da realização de outros projetos no tocante à construção de infraestruturas, como sejam, respetivamente, a fonte de água e um armazém para transações comerciais locais.

²² Como curiosidade acrescente-se que o autor do presente estudo, aquando da sua visita ao território, assegurou durante algum tempo as aulas na escola primária.

Figura 7. Sistema de água com recurso a energia solar em Ondova



Fonte: Foto do autor, 02/05/2017.

Figura 8. Armazém para transações comerciais em Ondova



Fonte: Foto do autor, 02/05/2017.

5. Políticas públicas no território em análise

5.1. Introdução

Dentro daquilo que consideramos serem políticas públicas é de salientar o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND 2013-2017), onde se enquadram os diversos planos de desenvolvimento provinciais e por sua vez os planos de desenvolvimento municipal. Relativamente à província do Kunene destacamos o Plano Provincial de Desenvolvimento (PDC 2013-2017).

No Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017), abordam-se as políticas dos diversos setores como Educação, Saúde, Energia, Água, Transportes, Comunicações, etc., que são o suporte do desenvolvimento local.

Em termos de políticas aplicadas, Oliveira (2015) destaca dois sucessos: a reconstrução das infraestruturas de comunicações e a estabilização macroeconómica (Oliveira, 2015, p. 291).

5.2. Políticas públicas para o desenvolvimento rural

No que respeita a políticas de desenvolvimento rural destacamos o papel do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural angolano, cujas atribuições, segundo os seus estatutos, são, entre outras, as seguintes (MINADERP, 2010, pp. 13-14; Art. 13º):

- a) “Definir estratégias e propor programas para o desenvolvimento nacional nos domínios da agricultura, pecuária, pescas, aquicultura, florestas, segurança alimentar, desenvolvimento rural, combate à pobreza e desenvolvimento das comunidades rurais, promovendo e coordenando as ações necessárias à sua execução;
- b) Promover e coordenar a elaboração e implementação de políticas e estratégias para o desenvolvimento rural integrado”.

A República de Angola é um dos signatários da Declaração do Milénio e um dos 189 países que se comprometeram a alcançar, até 2015, os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), os quais passamos a citar (MPDT - Governo de Angola, 2015b, p. 16):

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar o ensino primário universal;
3. Promover a igualdade de género e empoderamento das mulheres e raparigas;
4. Reduzir a mortalidade em crianças com menos de 5 anos;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento.

A organização da administração pública angolana, assim como a gestão do bem público, o poder político e a decisão na implementação de diversas políticas envolvem muitos atores e iniciativas. Esses atores fazem parte de um circuito cada vez mais burocrático, apesar de existir a vontade de cada território em ter um modelo relacional próprio que resulte da sua história económica e social, do seu passado em termos de tomada de decisões, de localização de infraestruturas, do tipo de apoio e sucesso registados em termos de atração de empresas, bem como da natureza e tipo de acumulação de dinâmica empresarial e económica que tenha assegurado (Neto P. , 2013, p. 104).

Para a definição e implementação de políticas e iniciativas locais, no entender de Bembe (2014), encontramos muitos atores entre os quais as autoridades tradicionais ou órgãos autónomos do poder local.

“Dentro da organização do poder político angolano incluem-se também os órgãos autónomos do poder local. Esse poder corresponde a uma expressão constitucional que assinala enfaticamente a presença de uma verdadeira dimensão do “poder político” não-soberano, democrático e tradicional, que tem de conviver com outros poderes administrativos do Estado, em especial os do controlo. Ou seja, não invade nem pode ameaçar os poderes de soberania reservados ao Estado, que continua unitário. Não estamos na presença de um simples segmento da administração pública. Enquanto o poder local autárquico (democrático e autónomo) deriva do ordenamento do Estado, o poder tradicional dispõe de um ordenamento originário próprio” (Bembe, 2014, pp. 111-112).

O PND 2013-2017 apresenta diversas políticas, entre as quais as ligadas à promoção do desenvolvimento rural (Anexo 1). Podemos tentar perceber, por um lado em que ponto

está a implementação de tal plano e por outro lado que políticas podemos extrair desse plano, capazes de serem tidas como políticas de desenvolvimento rural ou local, o que apresentamos no ponto seguinte.

Tabela 21. Lista de alguns documentos de relevância em matéria de Desenvolvimento Rural em Angola

Documento	Vigência	Objetivos / metas /resumo do conteúdo	Relação com o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais
Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 5/98 de 19 de junho)	1998	Conservar e preservar o ambiente - princípios básicos de promoção da qualidade de vida e do uso equilibrado dos recursos naturais.	Valorização económica do meio rural como pilar do desenvolvimento de médio/longo prazo; Prevenção e gestão de riscos naturais: redução de riscos associados a cheias e mitigação dos efeitos da seca.
O Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2025 (PNDS)	2012-2025 (PNDS)	2. Operacionalizar a prestação de cuidados de saúde a nível comunitário e em cada um dos três níveis da pirâmide sanitária, respondendo às expectativas da população.	“promoção de novos hábitos e estilos de vida e na alteração dos determinantes sociais e económicos contra as doenças associadas à pobreza, à exclusão e à ignorância” (PNDS p.5)
Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (de dezembro de 2012)	2013 - 2017	Garante os pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento.	Políticas nacionais de desenvolvimento: Promoção do Desenvolvimento Equilibrado do Território
Estratégia de Combate à Pobreza (Aprovada a 11 de fevereiro de 2004)	2004-2015	Perseguiu o objetivo central de redução acelerada e sustentada da pobreza. A meta definida é a da redução em 50% da proporção da população que vive com menos de US\$ 1/dia até 2015.	Assegurar níveis de atendimento às populações rurais com os serviços básicos de abastecimento de água, de saneamento, educação e saúde, alimentação, assim como a melhoria das condições gerais de vida das comunidades.
Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (aprovada em 2009)	2009-2025	Contribuir para que todos os angolanos tenham a todo o momento, disponibilidade de alimentos com qualidade e variedade adequada e acesso físico e económico a esses alimentos, o que lhes permita contribuir para o desenvolvimento humano, económico e social de Angola”.	Combate à fome e redução significativa da pobreza através do acesso: aos alimentos, à saúde, à educação alimentar e nutricional, à água, energia e saneamento básico e ao desenvolvimento de competências dos agregados familiares e das comunidades.
Progressos dos Objetivos de	2005-2010	Teve como objetivo avaliar a evolução e os progressos	Constatou-se a redução da proporção da população que

Documento	Vigência	Objetivos / metas /resumo do conteúdo	Relação com o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais
Desenvolvimento do Milénio (ODM) de Angola (Relatório publicado em setembro de 2010)		alcançados até 2009. Cumprimento das metas traçadas (ODM com diagnóstico satisfatório: 1, 2, 4, 5 e 8, tendo os objetivos 3, 6 e 7 se mantido nos níveis de anos anteriores ou regredido).	vivia com 1 dólar/dia de 68% em 2000 para 36,6% em 2009; a taxa de alfabetização fixou-se em 56,3% em 2009; o número de mortes de crianças com menos de 5 anos por cada mil reduziu de 250 em 2001 para 193,5 em 2010, embora no meio rural continue em 233.
Plano Diretor do Turismo de Angola (Aprovado em 2011 e publicado em 2013)	2011-2020	Estabelece as bases e os instrumentos de gestão do setor de turismo. Define o Turismo como o “petróleo verde” que deve concorrer na estratégia de diversificação da economia nacional.	Organizar os vários instrumentos de intervenção e gestão dos recursos turísticos, articulando as estratégias de nível regional e nacional, tendo em vista a afirmação dos valores, dos ativos histórico-culturais e da riqueza natural, que compõem o património turístico de Angola.

Fonte: Adaptação do autor sobre os documentos relevantes (Desenvolvimento rural em Angola).

A Tabela 21, acima mostra claramente as diversas iniciativas documentais do governo angolano em matérias de desenvolvimento rural.

5.3. Políticas públicas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017 (PND)

No entender de Martínez (1991), a partir dos anos 40, as preocupações predominantes dos economistas deslocaram-se do plano conjuntural para o plano estrutural. Do problema das flutuações económicas, cíclicas ou não, para o problema do desenvolvimento económico, isto é, da evolução das estruturas económicas dos países (Martínez, 1991, p. 866).

Segundo Manuel da Rocha (2010) os estudos recentes apontam que, ainda antes do 25 de Abril de 1974, a administração portuguesa tinha lançado [em Angola] trabalhos que deveriam conduzir à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional. Com essa iniciativa a administração portuguesa dava início a alterações sobre os métodos de atuação nas comunidades rurais, passando assim a enfatizar mais a vertente ou iniciativas

que primassem pelo desenvolvimento comunitário, mais tarde abandonada face aos resultados das experiências internacionais conferidos por outras formas de intervenção, das quais a mais célebre foi a da Extensão Rural (Rocha, 2010b, p. 78).

Pode dizer-se que as políticas de desenvolvimento regional tiveram a sua consagração pública aquando da elaboração e implementação do III Plano de Fomento no tempo colonial. Na verdade, o diagnóstico realizado sobre a economia angolana concluía pela existência de assimetrias regionais fortes que poderiam comprometer a política colonial de promoção socioeconómica das populações, tão importante para os propósitos de retardamento da independência política (Rocha, 2010b, p. 79). A fase final do III Plano de Fomento foi riquíssima de experiências metodológicas e de política económica de raiz regional. O IV Plano de Fomento 1974 - 1979 reforçou a vertente regional do desenvolvimento e embora não tenha sido implementado devido às profundas alterações políticas registadas em Portugal e nas suas colónias em 1974, continha um capítulo dedicado a esta problemática (Rocha, 2010b, p. 79).

Depois da independência e até se chegar à fase em que praticamente todas as províncias elaboraram planos de desenvolvimento – coincidente com a liberalização da economia, a finalização do conflito militar, a disponibilidade de recursos financeiros do Estado e a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2000-2025 – a experiência mais relevante neste domínio foi a do Gabinete de Planeamento Regional do Sul de Angola (finais dos anos 80 e início dos anos 90), cujo objetivo foi o de, através dum conjunto de medidas variadas, tentar promover o desenvolvimento desta região do país, com vista a melhorar os níveis de vida da população e assim contrariar as ações de penetração da oposição militar ao regime.

Em 1995, o modelo de desenvolvimento comunitário ressurgiu temporariamente no Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional, elaborado com o apoio do Governo e de algumas organizações não-governamentais (Rocha, 2014b, p. 80).

O Plano Nacional 2010-2011 volta a privilegiar a aproximação sectorial, não tendo reservado nenhum capítulo específico do seu texto à problemática do desenvolvimento regional (MPDT, 2009, pp. 10-21).

Em Angola, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013–2017 constitui um dos principais instrumentos de planeamento de políticas públicas.

As políticas públicas das áreas da saúde, educação e assistência social, adotadas pelo executivo angolano, podem ser consideradas como um exemplo para a promoção do desenvolvimento local. No entanto, persistem desafios no quadro da desconcentração financeira do Estado e da autonomia plena dos municípios, como forma de induzir o desenvolvimento económico local e a maior participação dos atores locais na agenda do desenvolvimento (MPDT, 2012).

O relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2015 que se constitui como introdução ao projeto de lei orçamental e contém a situação económico-financeira do país, evolução, previsão das receitas e despesas orçamentais e avaliação do financiamento do défice orçamental para o ano fiscal de 2015, sustenta que “de acordo com o PND [Programa Nacional de Desenvolvimento], as províncias mais a norte do País, nomeadamente, Cabinda, Zaire, Uíge, Cuanza Norte e Malange, tendem a afirmar-se como importantes polos comerciais, industriais e petrolíferos. Por outro lado, as províncias do Cuanza Sul, Benguela, Huambo, Huíla e Bié têm promovido o desenvolvimento urbano, a agricultura empresarial e o desenvolvimento industrial” (MPDT, 2015).

No OGE 2015, destacamos a Política de Desenvolvimento Equilibrado do Território Nacional que, conforme consta no documento, deve ser implementada “de acordo com os seguintes programas de ação fundamentais:

1. Estruturação do Povoamento e Ordenamento do Território - Promover o desenvolvimento harmonioso do território, com base nas opções estratégicas do ordenamento do território, assegurando o respeito pelo meio ambiente natural, o património histórico e cultural do país e ordenar os impactos sobre o território nacional das atividades dos agentes públicos e privados;
2. Construção de uma Rede Integrada de Transportes e Comunicações – Integrar o território nacional, favorecendo a circulação das populações e dos bens e serviços produzidos e valorizando a posição geoestratégica de Angola;
3. Modernização das Capitais de Província – Desenvolver uma rede urbana qualificada e sustentável do ponto de vista ambiental, composta por cidades eficientes que constituem polos dinamizadores dos espaços rurais” (MPDT, 2015, p. 33).

Ainda segundo este documento, “a estratégia de desenvolvimento do território nacional procura combater os desequilíbrios territoriais existentes no País, através do desenvolvimento de uma rede de polos de desenvolvimento, polos de equilíbrio, plataformas de internacionalização e eixos de desenvolvimento, consolidados e potenciais, tendo em consideração os clusters considerados prioritários (alimentação e agroindústria, energia e água, habitação, transportes e logística) (MPDT, 2015, p. 33).

A fim de consolidar a tendência decrescente da população abaixo da linha da pobreza, tanto no meio urbano, como no rural, o PND 2013-2017 tem como um dos programas prioritários para redução da pobreza o “Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza²³”, que visa essencialmente a reduzir a pobreza no meio rural (MPDT, 2015, p. 28).

Assim, constituem pontos de referência no PND 2013-2017 no tocante às políticas públicas de desenvolvimento nacional e de âmbito provincial com interesse para o presente trabalho, os seguintes:

a) Políticas Nacionais de Desenvolvimento

- Política de População;
- Política de Modernização do Sistema de Defesa e Segurança Nacional;
- Política de Apoio à Reintegração Socioeconómica de Ex-Militares;
- Política de Estabilidade e Regulação Macroeconómica;
- Política de Reforma Tributária e das Finanças Públicas;
- Política de Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação Económica;
- Política de Repartição Equitativa do Rendimento Nacional e de Proteção Social;
- Política de Modernização da Administração e Gestão Públicas, Política Integrada para a Juventude, Política de Promoção do Desenvolvimento Equilibrado do Território;
- Política de Reforço do Posicionamento de Angola no Contexto Internacional e Regional, em particular na União Africana e na SADC (MPDT, 2012, pp. 45 - 88).

²³ Anexo 3.

b) Políticas e Prioridades para o Desenvolvimento Territorial

- Plano de Desenvolvimento Provincial do Kunene 2013-2017;
- Desenvolvimento Rural (GEPE, 2014, pp. 11-27).

5.4. Políticas públicas na província do Kunene e competências do governo local

O Plano Provincial de Desenvolvimento (PDC–Cunene 2013-2017²⁴) no seu ponto 1.2.5 intitulado Desenvolvimento Rural, assume que a população do Kunene se caracteriza pela entrelaçada entre famílias e comunidades na exploração dos recursos naturais, dando especial ênfase às disponibilidades de recursos hídricos, pasto e gado, sendo que a produção agropecuária é sobretudo para autoconsumo. A população rural não se encontra homogeneamente distribuída e entre os principais problemas destacam-se o acesso à água, energia e rede comercial, acessibilidade aos serviços e a centros de distribuição de bens e créditos de fomento à produção (GEPE, 2014, pp. 34-36).

Segundo o Decreto-lei 17/10²⁵ sobre a organização e funcionamento dos órgãos de administração local do Estado (angolano), a “Administração Local do Estado é exercida por órgãos desconcentrados da administração central e visa, a nível local, assegurar a realização das atribuições e dos interesses específicos da Administração do Estado, participar, promover, orientar o desenvolvimento económico e social e garantir a prestação de serviços públicos na respetiva circunscrição administrativa, sem prejuízo da autonomia do poder local” (Governo de Angola, 2010, p. 2).

Os diversos problemas que afetam as comunidades rurais estão previstos nas diversas iniciativas de vários agentes económicos, mas a sua solução está cada vez mais aquém das expectativas do povo. Apesar de existirem programas e iniciativas locais, ainda há grande dependência na planificação económica de direção central que caracteriza Angola. Por outro lado, como sublinhava um dos nossos entrevistados *“os programas do governo são bons para serem ouvidos, pena é que muitos não saem do papel”*.

²⁴ Plano de ação e matriz de pertinência, no Anexo 2.

²⁵ À lei da organização e funcionamento dos órgãos da administração do estado anexou-se o Decreto-Lei nº 17/10 de 29 de julho sobre as organizações e funcionamento dos órgãos da administração do estado, que vem revogar o Decreto-Lei nº 02/07, de 3 de janeiro.

De facto, no PDC encontramos algumas iniciativas políticas no sentido de colmatar as necessidades do mundo rural (GEPE, 2014, pp. 36-37):

- PMIDRCP (Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza), como uma das medidas equacionadas pelo executivo central direcionada ao desenvolvimento rural, constituindo o maior programa de inclusão social em Angola, vocacionado fundamentalmente para as famílias mais vulneráveis, sendo que a sua execução está intrinsecamente associada aos objetivos do Programa do Executivo e do PND 2013-2017, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Tem como objetivos a redução dos níveis de pobreza extrema, em particular no meio rural, a promoção do acesso de toda a população aos serviços públicos básicos e impulsionar o crescimento e desenvolvimento local;
- PPCR (Programa de Promoção do Comércio Rural) que visa incentivar a produção agropecuária e comercialização de excedentes, objetivando a reabilitação gradual de todas as lojas no meio rural, de modo a incentivar a produção agrícola e transações entre o campo e a cidade, visando criar sinergias para resolver problemas nas comunidades e colocar à disposição da agroindústria produtos alimentares. Esta atividade comercial prevê a compra da produção às empresas agrícolas familiares e aos pequenos produtores e a venda de mercadoria à população rural;
- PAPAGRO (Programa de Aquisição dos Produtos Agropecuários) que visa assegurar com regularidade a aquisição de excedentes de produção das explorações agrícolas familiares e de outros produtores;
- AGROMERCAS (ponto de recolha de produtos agropecuários integrado no PAPAGRO) que visa estimular a produção nacional e aumentar o rendimento familiar dos camponeses.

Atendendo ao sistema político administrativo angolano, os governos locais são esvaziados de poderes cabendo a decisão cada vez mais frequentemente à administração central e por consequência do partido no poder. Isto sustenta-se pela estrutura que define e decide as políticas locais partindo do topo e não da base. Ou seja, há uma cultura excessiva do esvaziamento de capacidade de decisão da parte dos gestores da administração local, ofuscando assim as iniciativas locais.

Contudo, o Governo Provincial do Kunene tem tentado colmatar as necessidades mais prementes dos cidadãos, começando por estudar diversas possibilidades. A título de exemplo, citamos o Plano de Urbanização da Cidade de Ondjiva (2005):

“O desenvolvimento das funções administrativas e comercial, bem como a criação de diversos equipamentos e infraestruturas desde a restauração dos órgãos administrativos provinciais, conferem à cidade de Ondjiva uma posição de destaque que deve ser equacionada quer no âmbito da política de desenvolvimento local, quer no âmbito da política de desenvolvimento regional” (GPK-GPE, 2005, p. 22).

Atendendo a que Angola “possui uma rica biodiversidade e abundantes recursos” (Lutucuta, 2006, p. 155), é de facto, em nosso entender, urgente relançar políticas públicas que fomentem e protejam o meio rural.

5.5. Políticas públicas no município do Kwanyama

As políticas públicas são vistas por vezes “como o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) os seus interesses. Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como a segurança pública e melhores condições de saúde” (Lopes, Amaral, & Caldas, 2008, p. 7). Neste ponto abordamos algumas políticas e programas com incidência municipal, mais precisamente ao nível do município do Kwanyama.

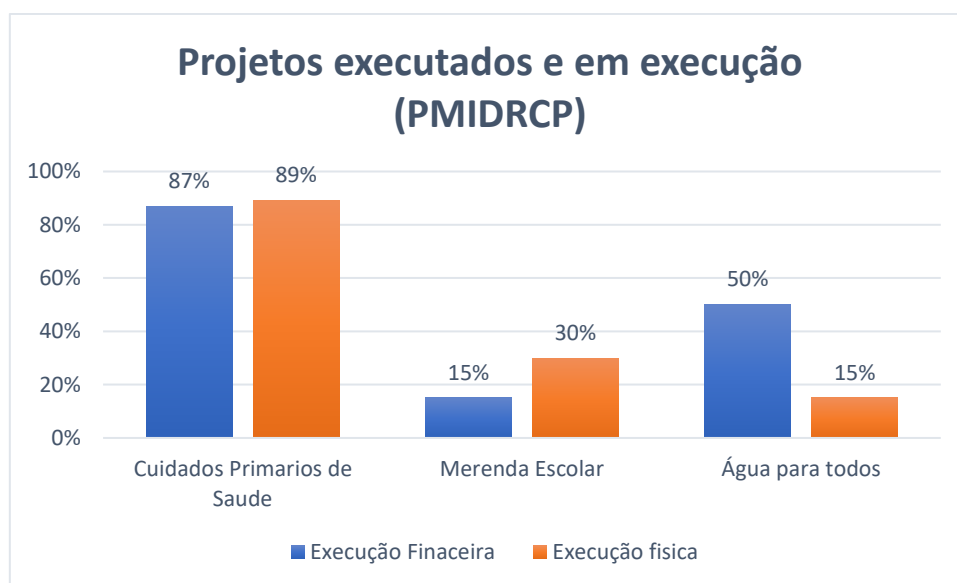
Segundo o relatório do PMIDRCP (Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza 2015) podemos constatar que em grande escala os projetos nesse âmbito incidiram sobre três eixos fundamentais: saúde, educação e água para todos. O programa inclui as construções e reabilitações de infraestruturas (Anexo 4) e implementação de políticas nos setores do comércio e da agricultura, assim como ao nível da habitação, saneamento básico e outros (RMEP, 2016a, p. 1). No que diz respeito à educação sublinha-se o programa merenda escolar, o qual, no entanto, teve uma queda considerável, não só na sua execução financeira como também na execução física. Este programa no município do Kwanyama consistia no fornecimento do reforço alimentar e material didático às crianças mais carenciadas, foi planificado para ser implementado em

“11 escolas primárias nas diferentes localidades e para beneficiar 2.730 crianças em idade escolar” (RMEP, 2016b, p. 2).

No campo do programa Água Para Todos (APT) a administração municipal do Kwanyama, assume ter executado física e financeiramente os seguintes projetos em 2015: “Construção de 4 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSA), compostos por bebedouro, placa solar, tanque de água de 10.000 litros e uma lavandaria nas comunas de Oshimolo (Yonde-Omandungu Ebandela), Ondjiva (Onanghwe), Nehone (Odayandema) e Môngwa (Ohenghali-sede) (RMEP, 2016b, p. 1).

No que respeita a políticas na área da saúde, a administração municipal do Kwanyama, afirma ter executado física e financeiramente 87% do programa sobre os cuidados primários de saúde, o qual ainda está em curso. Este programa consiste na “aquisição de medicamentos e reagentes, ambulâncias, combustíveis e lubrificantes, víveres e géneros alimentícios, serviços de limpeza e saneamento e apetrechamento dos postos e centros de saúde” (RMEP, 2016b).

Gráfico 3 Execução física e financeira dos projetos, no município do Kwanyama 2015



Fonte: Elaboração do autor com base no relatório 2015 do PMIDRCP (Anexo 3)

Segundo o gráfico acima, onde destacamos três eixos - educação, saúde e água - no que respeita aos projetos em curso e concluídos pela administração do Kwanyama, conclui-se que houve avanços na área dos cuidados primários de saúde e muito pouco no que

respeita ao fornecimento de água potável, assim como na implementação do projeto merenda escolar.

Segundo o administrador do Kwanyama o município desenvolve muitas atividades e estão em conclusão diversos projetos:

A nível do município do Kwanyama o nosso plano prevê realizar projetos de várias ordens e muitos estão virados para a criação de condições básicas para a população em áreas como:

Ensino – abertura e apetrechamento de escolas do ensino primário;

Água – fazer abertura de pontos de água para abastecer as populações do precioso líquido;

Saúde – garantir os serviços de saúde humana e animal (veterinário);

Agricultura (criação de lavras comunitárias) – em que os camponeses se associam. Já se fez a primeira experiência agrícola, em que fornecemos sementes sobretudo de tubérculo, batata-doce, a mandioca para tentar a diversificação das suas culturas e também a dieta alimentar. Então aproveitamos os alunos da Escola Superior de Agronomia para fazerem o respetivo acompanhamento, constatando-se que a experiência surtiu efeito. Consequentemente queríamos tentar criar uma área maior na área de Okalwa (comuna de Oshimolo) (Gonçalves Namweya, 8 de maio, 2017).

5.6. Políticas públicas na povoação de Ondova

Andrade (2016, p. 32; 36) refere que o P.N.D de médio prazo (2013-2017), elaborado pelo governo angolano, com base na estratégia nacional “agenda 2025”, fixou as grandes orientações para o desenvolvimento de Angola, de que se destacam alguns objetivos, que são relevantes para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. O grande objetivo no domínio da organização e ordenamento do território consiste em “garantir uma eficaz prestação dos serviços no âmbito da governação local e melhoria da gestão pública inclusiva, em prol do desenvolvimento e redução da pobreza”, tendo como uma das prioridades a criação das autarquias locais e o apoio à organização e funcionamento dos órgãos e estruturas da administração autárquica.

Por outro lado, José Vieira Dias Van-Dúnem (2012), o então ministro da saúde em Angola, aquando da apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2025 (PNDS) disse: “a sociedade angolana, os cidadãos e os setores sociais e políticos, em particular, são chamados a reforçar o seu envolvimento na promoção de novos hábitos e estilos de vida e na alteração dos determinantes sociais e económicos contra as doenças associadas à pobreza, à exclusão e à ignorância” (Van-Dúnem, 2014, p. 5). Daí que o reforço na educação sanitária em comunidades rurais seja também um dos segmentos importantes para a promoção do desenvolvimento, nomeadamente em Ondova.

Pela nossa constatação há mais facilidade em sublinhar o que há em Ondova do que o que falta, sobretudo no âmbito do nosso estudo, porque falta de tudo um pouco. Mas no tocante a infraestruturas, como dizia o administrador municipal, encontramos as seguintes:

1. Serviços de Saúde: Um posto médico que funciona das 8h30 às 15h30. Nele estão presentes três enfermeiras, mas sem médico. Funciona numa estrutura prefabricada, mas desde 2012 que está em construção um imponente edifício que poderá colmatar a necessidade de internamento dos doentes (Figura 9).

Figura 9. Centro médico em construção atrás do antigo posto de saúde (prefabricado)



Fonte: Fotografia do autor, 02/05/2017.

2. Educação: Estão presentes duas estruturas (uma do tempo colonial e única sobrevivente do conflito armado e outra recentemente construída, conforme figura 10), sendo que nelas funcionam o ensino primário e o 1º ciclo do ensino secundário. Os principais problemas prendem-se com a falta de professores e a manutenção das infraestruturas.
3. Abastecimento de água – a população local vive a mais de 100 km do rio Kunene e numa escassez da água muito profunda. Por vezes deslocam-se mais de 20 km à procura deste precioso líquido. Para colmatar essa necessidade abrem profundos poços (Figura 11) chamados omiheke/endungu que por vezes não dão o precioso líquido em quantidade suficiente. Na área de Okavenda (Ondova) estão presentes quatro furos, entre os quais só dois funcionam e com sistema solar sem bateria, sem possibilidade de obtenção de água em dias muito nublados ou no período noturno.

Figura 10. Escola antiga e escola nova de Ondova



Fonte: Fotografia do autor, 02/05/2017.

Figura 11. Cacimba (poço) de água na missão Católica de Kafima



Fonte: Fotografia do autor, 30/04/2017

No entender do Administrador do Kwanyama: na localidade de Ondova concretamente, está em construção um grande hospital. Foi também lançada, pelo falecido governador (Dr. António Didalelwa 1955 -2016), a ideia de “criar uma ...zona partilhada”, área partilhada, para tentar a fixação de mais pessoas. Nesta área prevê-se a criação de um pavilhão de artes e ofícios e uma escola que vá até ao ensino médio. Pretende-se criar condições para a população poder ter água canalizada e criar condições do ponto de vista comercial para que as pessoas possam comercializar os seus produtos locais, de que é exemplo a realização exemplar da feira comunitária que acontece anualmente. Ainda no que diz respeito a esta povoação, Gonçalves Namweya (administrador Municipal do Kwanyama), reforça a ideia de que “o nosso camponês deve ter a possibilidade e capacidade de autossustento... porque tem sido prejudicado nas transações comerciais, isto, na venda dos seus bens (principalmente o caso do gado bovino), em que os compradores, que adquirem diretamente do curral do camponês, muitas vezes enganam e prejudicam bastante os produtores locais. Por isso a administração quer que os nossos camponeses tenham capacidade de poder vender fora do curral (em feira comunitária), onde a administração ajuda a estabelecer o preço dos bens. Os compradores vão comprar, mas a administração ajuda na regulação dos preços”.

Estão em curso também, para Ondova, projetos que dizem respeito à criação de um mercado comunitário que tenha condições mínimas para as transações comerciais. Isto é, ao invés das pessoas venderem ao ar livre, pretende-se seguir a experiência da povoação de Embulunganga (Comuna da Môngua), onde se construiu um mercado com capacidade de 20 bancadas, em que as pessoas têm o sítio de venda e respetivas condições para expor os seus produtos, com iluminação e água canalizada, sendo que no fim do dia encerra, mas os comerciantes têm como acondicionar os seus bens em segurança.

A povoação de Ondova a nível da comuna de Oshimolo tem características peculiares não só por ser mais populosa, como também, mais próxima da cidade capital da província pois que a distância física tem sido fator determinante do seu crescimento.

Contudo, Ondova, sendo uma área com população maioritariamente camponesa, no entender do administrador municipal, o governo local tem por missão aumentar a oferta dos serviços de água, elevar a formação profissional média, educar os habitantes, os quais perdem muito tempo laboral na coleta de frutos silvestres (enguli, eenghekete...) para feitura de aguardente (ombike) e procura de água, incentivar a cultura de comércio, inserir a comunidade dos Camussequeles (povos nómadas) na sociedade, incentivando a criação de brigadas de trabalho (em comum) nas zonas partilhadas. Está também em carteira a construção de um espaço multiuso e um campo de futebol de 11 pelado.

6. Estudo aplicado em Ondova: recolha de informação e análise dos resultados

6.1. Introdução

Nesta parte do estudo começamos por recordar, numa breve descrição²⁶, a nossa técnica de pesquisa (entrevista semiestruturada).

Procedemos também à caracterização dos entrevistados, ou seja, apresentamos a descrição da nossa amostra de entrevistados em Ondova, em função da idade, do género, do grau de instrução, do estado civil, do tempo de relação com o território, assim como da distância a que residem da sede de Ondova.

Referem-se ainda algumas transcrições (amostras ou exemplos) das entrevistas e finalmente procede-se à análise e interpretação dos resultados.

6.2. Recolha de informação

Os estudos em ciências sociais referentes a diferentes metodologias passíveis de serem usadas para recolha de dados apresentam-nos diversas técnicas para o efeito. Segundo Barañano (2008, p. 40), “em relação às técnicas de recolhas de dados, deve-se indicar como se procederá para obter a informação necessária para responder às questões-chave”. Assim nós optámos por utilizar a entrevista semiestruturada como técnica base da nossa pesquisa.

A entrevista semiestruturada é um tipo de entrevista mais espontâneo do que a entrevista estruturada. Neste tipo de entrevista, o entrevistador tem um conjunto de questões predefinidas, segundo um guião, mas mantém liberdade para colocar outras, cujo interesse surja no decorrer da mesma. As questões pré-definidas e por vezes memorizadas ou não, são uma diretriz, mas não ditam a forma como a entrevista irá decorrer, na medida em que as questões não têm de ser colocadas numa determinada ordem nem exatamente da mesma forma com que foram inicialmente definidas. Trata-se de uma técnica com a

²⁶ No ponto do 3 do presente trabalho, referente à metodologia, aborda-se a técnica de pesquisa de forma detalhada.

vantagem de se falar dos assuntos que se quer falar com maior liberdade e menor rigidez para o entrevistado (Sousa & Baptista, 2016, pp. 79-81).

Na recolha de informação com base nas entrevistas semiestruturadas, tivemos como foco matérias ligadas à história da povoação, à vivência diária dos habitantes, assim como ao cruzamento entre a autoridade moderna (Estado) e a tradicional (Soba), à cultura e à economia.

Demos especial relevância a três aspetos que nos parecem imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável: saúde, educação e saneamento básico. Não descurámos obviamente a economia local, que nesta povoação assenta nas atividades de agropecuária e recolção de frutos silvestres. O contributo e compromissos das instituições e das pessoas singulares para o desenvolvimento local foi também um dos nossos grandes focos. De facto, o desenvolvimento local sustentável dependerá da ação de todos, nomeadamente das políticas públicas.

Como tal, tentámos abordar os desafios das políticas públicas no meio rural angolano, sendo que se pretende fazer um levantamento das diversas iniciativas (políticas) de desenvolvimento sustentável local nas comunidades do interior angolano, em geral e nesta comunidade local, em particular.

Todas as entrevistas foram realizadas por um único entrevistador e o território-alvo é Ondova, uma povoação da comuna de Oshimolo, município do Kwanyama, província do Kunene, em Angola. Participaram nestas entrevistas 18 pessoas com idades entre os 12 e os 93 anos, entre elas representantes institucionais (instituições do governo local (municipal) e tradicional (soba)), assim como comerciantes.

Nesta fase do nosso estudo, mesmo com as diversas limitações na recolha de informação, podemos desde já sublinhar o seguinte: atendendo ao tempo e à situação geopolítica e económica de Angola, Ondova é uma povoação com muitos desafios à vista de todos.

6.3. Caracterização dos indivíduos entrevistados em Ondova

Realizámos, na totalidade, 18 entrevistas (10 homens e 8 mulheres) a residentes, incluindo 4 delas a responsáveis institucionais ligados ao território em análise e as restantes a indivíduos naturais e habitantes de Ondova, distribuídos entre diferentes categorias de situação perante o trabalho - estudantes, trabalhadores do campo, empregados, desempregados e reformados - com idades entre os 12 e os 93 anos e com graus de escolaridade até à 13ª classe, conforme a Tabela 22.

Os estudantes e as pessoas mais idosas assumem um maior peso na nossa amostra, porque nos pareceram ser grupos mais neutros (apartidários) e objetivos no que diz respeito ao conhecimento dos diversos marcos de desenvolvimento da povoação em estudo.

Sublinha-se ainda que, quanto ao grau de instrução, o género feminino tem um peso relevante nos dois extremos (sem escolaridade e nível de escolaridade mais alto). Na nossa pesquisa não encontramos divorciados/as nem tão pouco maiores de 100 anos de idade entre os entrevistados.

Tabela 22. Caracterização dos entrevistados segundo idade, género e escolaridade

Caracterização da população entrevistada de Ondova (amostra de 18 indivíduos)										
Idade	Sexo		Estado civil				Escolaridade			
	M	F	Casado	Solteiro	Divorciado	Viúvo	Sem escola- ridade	1ª a 6ª classe	7ª a 9ª classe	9ª classe ou +
10 – 25	3	4	6	9	0	0	0	5	2	0
25 – 45	1	2	0	0	0	0	1	1	0	1
45 – 65	3	0	0	0	0	1	0	3	0	0
65+	3	2	3	0	0	2	5	0	0	0
Total	10	8	7	8	0	3	6	9	2	1

Fonte: Dados recolhidos pelo do autor 2017

No que respeita aos responsáveis das instituições, entre as diversas características em comum, sobressai o facto de todos saberem ler e escrever, mesmo que nem todos falem fluentemente a língua portuguesa.

6.4. Observação direta não participante

Com base na observação direta no território, construímos a grelha da tabela 23, onde se resumem as principais características observadas.

Tabela 23. Grelha de observação do território

Campo de observação	Breve descrição
Distribuição da população	População muito dispersa, com prevalência do sexo feminino.
Infraestruturas (Tabela 24)	Construção moderna: escola, armazém, jango e uma loja.
Componente agroalimentar	Agricultura de subsistência e tradicional com recurso a instrumentos tradicionais (enxadas, charruas) e à tração animal.
Construção / habitação (Gráfico 4)	Não existe habitação em construção decente. É difícil fazer higiene pessoal à moda citadina: não há latrinas, wc, nem água e energia elétrica.
Saúde e saneamento básico	Um posto médico e centro médico em construção.
Educação	Ensino primário e 1º ciclo do secundário. Nas aldeias próximas que fazem parte desta povoação, escolas, tribunais tradicionais, posto de saúde e outros serviços, são oferecidos debaixo de árvores, nas casas dos sobas ou em cabanas de pau a pique.
Atividade económica (deficitária)	Compra e venda de produtos agropecuários; estabelecimentos precários de vendas diversas (kefes), uns em estilo de café ocidental e outros quase em estilo mercearia.
Transportes e vias de comunicação	Pelo estado péssimo das vias, os táxis estão em estado lamentável, sendo que para viajar de Ondjiva a Ondova precisa-se usar roupa antipoeiras ou lama. As comunicações telefónicas são possíveis de noite, mas só subindo às árvores ou pontos mais altos.
Ambiente	Ar sombrio; calor que pode atingir os 40°C. Terra de passagem de animais para transumância e ligação entre a sede comunal e capital da província.

Fonte: elaborado pelo autor.

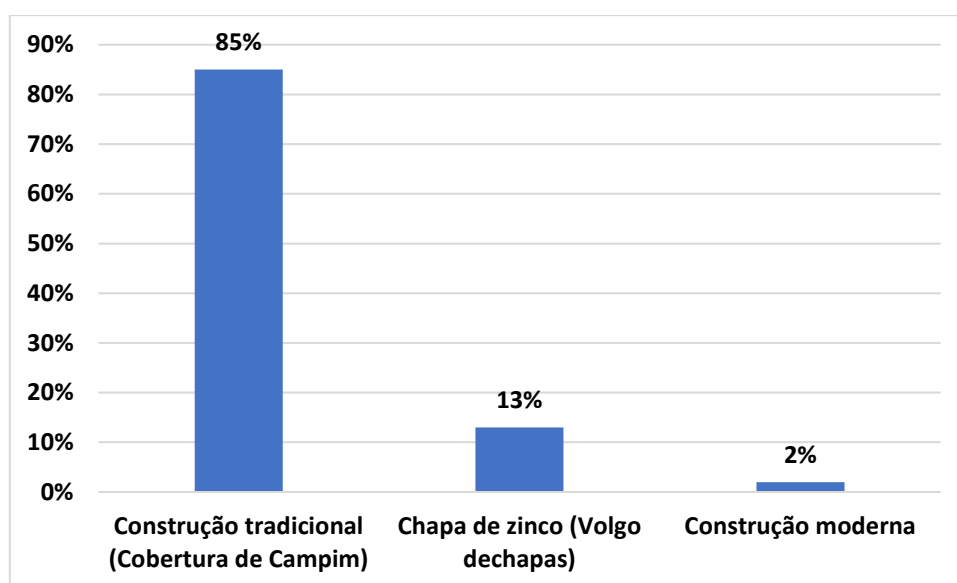
Desta grelha de observação direta e não participante, podemos concluir que estamos diante de uma povoação relativamente rica em recursos humanos (comparando com o todo da comuna de Oshimolo).

Os serviços públicos que podemos encontrar nesta povoação respeitam à saúde, educação, fornecimento de água e segurança. No que respeita à segurança sabemos que nesta povoação estão destacados simplesmente três agentes da polícia nacional que, por não terem infraestruturas para tal, vivem a 14 km, isto é, na sede comunal.

Mesmo sendo uma área com potencial de criação de gado, não há serviços de veterinária permanente, existindo apenas uma manga onde o gado, sobretudo o bovino, tem sido concentrado para vacinações.

Segundo a observação direta efetuada no território em estudo e tendo também presente o testemunho dos nossos entrevistados, constatamos que 85% das famílias vivem em casas que denominamos de construção tradicional, isto é, construídas com paus e cobertas com capim (pau-a-pique), enquanto 13% vivem em casas localmente designadas por “dechapas” e ainda “espera condições”. Estas são feitas de paus ou ferros que servem de pilares e barrotes, cobertas com chapas de zinco. Destacam-se ainda algumas habitações (2%) de construção moderna, assim como os edifícios da nova escola e do novo centro médico (Gráfico 4).

Gráfico 4 Distribuição dos agregados familiares por tipo de habitação em 2017



Fonte: Elaboração do autor segundo constatação no território em estudo, junho 2017.

No que diz respeito as infraestruturas (Tabela 24), mais visíveis no território em estudo, refira-se um armazém e uma loja recém-construídos, os quais se pressupõe terem como objetivo inicial o depósito da produção local. Regista-se também a presença de um centro médico em construção, uma escola onde estudam alunos desde o ensino primário ao 1º ciclo do ensino secundário, cinco furos de captação de água potável, entre os quais um funciona com sistema de energia solar, estando os outros quatro desativados por falta de manutenção.



Tabela 24. Infraestruturas existentes em Ondova

Levantamento sobre as infraestruturas		
Infraestruturas	Quantidade	Estado
Armazém/loja	1	Bom estado
Centro de Saúde	1	Em construção
Posto de Saúde	1	Provisório
Escola	2	Razoável
Furos de água doce	5	1 funciona
“Kefes” (lojas/tabernas)	8	Provisório
Manga de vacinação	1	Precária

Fonte: Constatação no terreno pelo autor, junho 2017

No que respeita à atividade produtiva, mais de 95% dos habitantes dependem única e exclusivamente da agropecuária familiar, com grande incidência na produção de cereais como o massango, a massambala e o milho em menor escala, abóbora e feijão-frade. A Figura 12 mostra dois tipos de cereais que fazem parte da dieta alimentar do povo do Kwanyama em geral e de Ondova em particular. Importa referir ainda que nas lavras do povo de Ondova só há possibilidade de colher uma vez ao ano.

Figura 12. Cereais típicos da dieta alimentar do povo do Kunene

	
Massango (<i>Pennisetum echinurus</i>), conhecido localmente por Omahangu 2017.	Massambala (<i>Sorghum spp</i>) conhecido localmente por oilyavala, 2017.

Fonte: Foto do autor, 30/4/2017.

Encontrámos ainda na flora de Ondova variedades de frutos silvestres: embe (fruto de omuve da família da tâmara (Makili, 2017, p. 125) enyamdi; engwiyu (figos); enghekete; omauni (maboques); omanyá; omakolokofi; enyandi da kaputu; eembu; omashalale.

Podemos encontrar em cada família, no mínimo, a criação de galinhas, ou ainda de gado caprino e suíno, não descurando a presença maciça e alicerce da economia local, que é o gado bovino.

Mas no que respeita à atividade produtiva, a agricultura e criação de gado, assim como a exploração dos seus derivados, ainda são realizadas de modo tradicional (a título de exemplo veja-se a Figura 13).

Figura 13. Ordenha



Legenda: O Mauro (rapaz na foto) frequenta a 5ª Classe e procede à ordenha antes de partir para escola.
Fonte: Foto do autor, Kunene, 2017

Na fauna encontramos uma grande variedade de animais (apesar da ação humana violenta), como coelhos, lebres, leopardos, hienas, leões, gazelas, zebras e elefantes, sendo Ondova também conhecida como terra da galinha-do-mato e de perdizes.

Há ainda diversos insetos que fazem parte da dieta alimentar deste povo como: oshitundungu; oshuungu; omahandja; okawakole; olele.

No que respeita às iniciativas de políticas públicas, estas são de total dependência da comuna e consequentemente do município, mas há ainda algumas decisões que dependem das autoridades tradicionais. Por exemplo, dizia o soba grande, Sr. Mandume, que “em matérias de distribuição de terrenos se for para construção de habitação na povoação ou

abertura de um estabelecimento comercial este é o campo da administração da povoação e subsequentemente da comuna. Mas se for em matérias de aquisição de terras para habitação e cultivo fora do perímetro que se espera urbanizar, isto é, da competência do soba ou autoridade tradicional”.

6.5. Análise de conteúdo das entrevistas

Segundo Coutinho (2016, p. 217), a análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas que permitem analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados “chave” que possibilitem uma comparação posterior. Como tal, elaborámos várias grelhas de análise de conteúdo das entrevistas realizadas no nosso trabalho de pesquisa, as quais constam dos anexos 7 e 8 e ainda realizámos uma análise textual sucinta no *software NVivo*, de onde resultaram as nuvens de palavras das Figuras 14 e 15.

Atendendo aos dados recolhidos no terreno, através das entrevistas e da observação do território, podemos afirmar que a povoação de Ondova é composta por diversas aldeias que distam uma das outras em dezenas de km e enfrentam a falta de serviços mínimos (básicos) para assistência ao povo. As autoridades locais, de 2002 a 2016 fizeram esforços gigantescos, pese embora não primaram pela urbanização e reabilitação das vias de comunicação, as quais não apresentam as condições mínimas de circulação.

Por outro lado, a educação e a saúde, enfrentam muitos problemas. Há muita procura e pouca oferta. Por exemplo, aquando da nossa visita e por observação própria, o posto médico não tinha medicamentos nem médico, mas sim um exagerado número de pacientes e na escola observámos alunos com falta de professores. Os poucos professores não têm residência localmente e residem em Ondjiva, a uma distância de mais de 75 km, o que naquelas estradas equivale a mais de 3 horas de viagem.

No que respeita à saúde, como dizíamos atrás, dado que não há medicamentos no posto, as enfermeiras ocupam o tempo a passar guias de transferência dos doentes que enfrentam as péssimas vias e por meios próprios de Ondova para o hospital de Ondjiva e por sua vez, deste para a República da Namíbia, onde a assistência médica é melhor, apesar de cada vez mais cara pela desvalorização da moeda angolana face às moedas estrangeiras.

Os nossos entrevistados são unânimes em que “a povoação de Ondova, apesar de não ter representação física (infraestruturas) da administração local regista avanços significativos. Por exemplo, no âmbito da saúde está em construção um centro de saúde com a capacidade de 35 camas para internamento”.

Com o fim da guerra em 2002 vários projetos têm vindo a ser implementados sobretudo na área das infraestruturas e captação da água. Mas há um défice elevado no que diz respeito à implementação de projetos formativos para desenvolvimento local assim como de melhoria de habitabilidade e circulação de pessoas e bens. Na área da circulação, as vias estão excessivamente danificadas. De referir ainda a inexistência do saneamento básico, de água canalizada e de energia elétrica no domicílio. A título de exemplo, no setor do saneamento básico, além da escola e armazém, não há uma única latrina, já não falando de infraestruturas de esgotos e serviços de escoamento de lixo.

É de salientar que todos são unânimes em afirmar que têm vontade de participar nas decisões locais. Os representantes institucionais puderam sustentar e lamentar o excesso de burocracia para a execução dos projetos e ainda a crise económica que se vive.

Mas, segundo o administrador municipal (Gonçalves Namweya), “há projetos de grande relevância que se traduziriam na construção de mais de 50 fogos habitacionais, uma escola de artes e ofícios, um museu (sendo que se trata de uma zona com histórico relevante no fabrico de utensílios agrícolas e de defesa)”. As autoridades tradicionais referem ainda os possíveis ganhos que a povoação terá, caso as 50 casas e *o museu saiam do papel*.

Para complementar a nossa análise e inferir acerca da importância que os vários temas abordados nas entrevistas assumem para os respetivos entrevistados, realizámos ainda uma *consulta de frequência de palavras*, da qual resultam as *nuvens de palavras* que constam das Figuras 14 e 15.

Figura 14. Nuvem de palavras²⁷ que resulta da análise de conteúdo das entrevistas institucionais



Fonte: Elaborado pelo autor no *software NVivo*.

Figura 15. Nuvem de palavras²⁸ que resulta da análise de conteúdo das entrevistas aos indivíduos residentes



Fonte: Elaborado pelo autor no *software NVivo*.

Da análise das figuras 14 e 15 conclui-se acerca da importância atribuída pelos entrevistados ao desenvolvimento (palavra mais repetida nas entrevistas semiestruturadas), nomeadamente o desenvolvimento rural/local (sustentável) da povoação (em específico de Ondova). Observa-se ainda a repetição de palavras como formação/educação, projetos e políticas (públicas), os quais,

²⁷ Critério de elaboração: 100 palavras mais repetidas com número de caracteres maior ou igual a 4.

²⁸ Critério de elaboração: 100 palavras mais repetidas com número de caracteres maior ou igual a 4.

de acordo com a grelha de análise de conteúdo das entrevistas (anexos 7 e 8) são assumidos como fatores determinantes para o desenvolvimento.

Por outro lado, na análise das entrevistas também encontramos ligeiras diferenças. As entrevistas individuais dão grande relevância ao desenvolvimento de Ondova enquanto povoação e meio rural que pode alavancar e influenciar as outras povoações e mesmo a província. As entrevistas institucionais dão ênfase ao desenvolvimento de Ondova no que respeita às políticas públicas e investimentos de diversos agentes para combater os problemas locais. Mas todos manifestam um fim comum, o desenvolvimento do meio em estudo (Ondova).

6.6. Análise SWOT

Utilizamos a análise SWOT²⁹ para sintetizar os resultados do nosso estudo (tabela 25) que passamos a realizar.

Tabela 25 Análise SWOT relativa ao território de Ondova (2017)

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • População jovem • Dotação de recursos naturais (flora e fauna) • Potencial agropecuário • Potencial para desenvolver atividades turísticas ligadas à agricultura: agroturismo/turismo rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Urbanização débil • Debilidade em infraestruturas: vias e meios de comunicação insuficientes; falta de energia elétrica, água canalizada, etc. • Analfabetismo • Insuficiência de oferta de serviços à população, como por exemplo serviços de emergência médica • Escassez da atividade económica • Baixo nível de vida da população
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura e pecuária familiar • Setor vitivinícola (produção e comercialização) • Proximidade da capital da província (Ondjiva) • Negócios agropecuários • Atividades turísticas ligadas à agricultura: agroturismo/turismo rural • Estrada Nacional 295: Kunene – Cuando Cubango, a qual terá um papel muito importante na circulação de pessoas e mercadorias (em construção) 	<ul style="list-style-type: none"> • Emigração da juventude • Escassez de precipitação (estiagem) • Invasão de animais selvagens nas culturas (ex. elefantes) • Consumo excessivo de álcool por parte da população • Conflitos no que respeita à propriedade da terra entre as comunidades pastoris • Diminuição da área de pastos naturais • Abate indiscriminado da floresta para obtenção de lenha e material de construção das habitações

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise de conteúdo das entrevistas e na observação realizada no território, assim como no PDPC2013-2017.

²⁹ SWOT – é uma sigla inglesa acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Serve para verificar a posição estratégica de Ondova.

Nas fraquezas do território, nomeadamente no que diz respeito ao nível de vida da população, de registar ainda que os habitantes em idade de reforma vivem uma situação financeira débil e reclamam subsídios - de sobrevivência, dado que muitos deles perderam os filhos durante a guerra e não descontaram para o sistema de segurança social, ficando assim sem qualquer meio de subsistência.

Da análise realizada, recomenda-se que as autoridades políticas encontrem as estratégias adequadas para transformar as oportunidades oferecidas pelo território em fatores chave do desenvolvimento, mas para que tal aconteça há que esbater e resolver através de políticas públicas adequadas, as fraquezas e ameaças que ainda persistem. Nomeadamente, urge tomar medidas no que respeita à criação e modernização de infraestruturas e serviços básicos (e respetivas valências), à diversificação da atividade produtiva agropecuária e consequentemente da dieta alimentar, à educação e formação da população.

Apesar do esforço que tem vindo a ser realizado pelos diversos agentes económicos locais, há extrema necessidade de fazer refletir no bem-estar da população o potencial histórico, económico e cultural do território, para que cada habitante no seu dia-a-dia saiba proteger, preservar, mas também valorizar e transformar em negócio os potenciais do mesmo.

7. Ondova – estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do território

Com base no diagnóstico por nós realizado no território através da observação direta e aplicação de entrevista e ainda com base em estudos de caso de territórios similares, neste ponto apresentamos algumas propostas e perspectivas de políticas a implementar em Ondova (ou em territórios de características similares).

Olhando pelo país todo, passando pela província e palmeando o município e consequentemente a comuna onde está situada a povoação de Ondova, podemos dizer que os problemas se cruzam. Num país em que ainda está em discussão o rendimento mínimo, onde os serviços de apoio às iniciativas locais obedecem a uma sequência burocrática cada vez mais complicada, ainda com população que luta por um pedaço de pão (alimentação adequada), habitação condigna e uma vaga nas salas de aula, por um hospital e transportes públicos, não falando de outros problemas como a segurança e a “corrupção endêmica”, coloca-se a seguinte questão: Que estratégias e políticas públicas se podem planear, elaborar e empreender, para o desenvolvimento de um território do interior de Angola que está a mais de 500 km de Luanda (zona de decisões) e do litoral?

Uma das opções estratégicas evidente no PDN 2013-2017, no que respeita à província do Kunene em geral e em matéria de desenvolvimento em particular, traduz-se na promoção do desenvolvimento rural e pecuário.

“A província do Cunene orientará o seu desenvolvimento no sentido de: promover o desenvolvimento rural e pecuário, em particular a agricultura de sequeiro, nomeadamente cereais, as culturas de regadio, em particular a partir do aproveitamento da rede hidrográfica do rio Cuvelai (com base em estudo a efetuar) e do aproveitamento da margem direita do rio Kuvango; aumentar o efetivo pecuário, com melhoria do estudo sanitário dos efetivos, a tecnologia e utensílios agrícolas de baixo custo, bem como a introdução de alternativas de combustíveis que combatam a desflorestação (MPDT, 2012, p. 171).

Pinto (2011) no seu estudo sobre *A pobreza no meio rural em Angola*, afirma que o fim da guerra civil em 2002 possibilitou o relançamento de programas de apoio às populações rurais com base em algumas abordagens de transição das ações de emergência (durante a

guerra) para as de apoio ao desenvolvimento, das quais é de destacar a *Estratégia de Combate à Pobreza*.

Com base na informação recolhida e na observação não participante da nossa parte, entendemos que as políticas que podem alavancar o desenvolvimento de localidades como Ondova passam em primeiro lugar por tratar das necessidades primárias da população, dando prioridade ao fornecimento de bens e serviços básicos. Essencialmente é importante combater a fome e a pobreza, investir na saúde e educação.

Neste contexto apresentamos algumas propostas concretas:

- a) Implementar medidas de políticas públicas que promovam a saúde e saneamento básico; a aquisição de água e alimentação para todos. Isto implica explorar os rios Cunene e Cubango, ou criar reservatórios de água desviada do rio Kuvelai; assim como também implica fazer de cada habitante um agente e promotor de higiene e saúde comunitária como modo de prevenir as diversas doenças;
- b) Criar mecanismos que incentivem a construção de habitações e explorações agrícolas amigas do ambiente;
- c) Reforçar a educação da população, o que significa a garantia de acesso à educação e formação para todos - crianças e adultos, camponeses e doutores;
- d) Garantir a proteção e exploração racional da fauna e da flora, criando orientações claras para aquisição da madeira para construção ou como lenha, combatendo o desmatamento, assim como promover o combate cerrado aos caçadores (furtivos) e os açambarcadores de terras que em tempo foram o habitat natural dos animais;
- e) Desenvolver as vias de comunicação, nomeadamente a estrada que liga Ondova a Ondjiva e Kayundo (Menongue) e Ondova Oshiedi e Kuvelai.
- f) Criar uma zona de exclusividade para pasto e ou de habitat de animais selvagens. No caso do habitat de animais selvagens pode pensar-se num possível parque ou reserva natural, o qual seria útil ao desenvolvimento do turismo;
- g) Criar um programa específico de formação na área de produção e comercialização dos frutos silvestres, para a fabricação de licores e água ardente, vulgo *ombike*;
- h) Incentivar a valorização da venda do gado e seus derivados.

Para que haja avanços e mudanças significativas há que priorizar políticas que incentivem e promovam a participação ativa de todos, com sentido de pertença e missão, para contribuir para o bem-estar da comunidade. E “face aos níveis de cobertura escolar e os

elevados índices de analfabetismo que [as comunidades rurais] podem registrar, o primeiro grande desafio é sem dúvida proporcionar o acesso à educação para todos os cidadãos” (Pinotes, 2011, p. 165).

Atendendo aos inúmeros desafios presentes nas comunidades rurais, assim como à necessidade de lhes garantir futuro sustentável, sublinha-se a educação como fator indispensável. Delors, et al. (2003, p. 11) referem que a “educação surge como trunfo indispensável à humanidade na sua construção das ideias da paz, da liberdade e da justiça social. Por isso as políticas educativas são um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, do saber fazer, mas também e talvez em primeiro lugar, como uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações”.

Em Ondova, atendendo à sua localização e aos diversos problemas afins que a envolvem, num mundo que coloca grandes desafios ao desenvolvimento local, podemos retomar o contributo de Michael Porter no que respeita às *vantagens competitivas*³⁰, aqui aplicadas a uma unidade territorial. Há que aproveitar estas vantagens (diferenças) relativamente a outros territórios e transformá-las em fatores de desenvolvimento (Santos A. J., 2008, p. 251).

Mas, importa não esquecer, que o desenvolvimento deve ser um processo integrado (de todos setores). Os diversos agentes económicos de povoações como Ondova, atendendo ao contexto e ao meio envolvente (rural), têm que encontrarem formas de (re) adaptar as diferentes componentes (económica, social, cultural, demográfica, política, tecnológica, legal e ecológica) do território, com vista a elencar iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável, onde será indispensável uma adequada gestão estratégica que assegure a operacionalidade das políticas públicas (Santos A. J., 2008, pp. 13 - 15).

³⁰ [Podem definir-se] como a extensão com que uma determinada organização consegue oferecer aos seus clientes um valor superior ao oferecido pela sua concorrência (Santos A. J., 2008, p. 250).

Conclusão

A conclusão é um ponto obrigatório em trabalhos científicos, mas no nosso caso representa também o ponto de partida para estimular próximos estudos.

O mundo em que vivemos regista muitas iniciativas de diversos âmbitos para se poder resolver o problema de sempre “a procura de pão e paz” (expressão popular), tendo presente as *necessidades ilimitadas dos cidadãos e os recursos escassos*. Neste contexto, é nossa perceção que as políticas públicas poderão ajudar a responder às diversas necessidades que o meio rural angolano apresenta.

A nossa pesquisa visou estudar os desafios das políticas públicas no meio rural angolano e precisamente na povoação de Ondova, comuna de Oshimolo, município do Kwanyama, província do Kunene. O nosso propósito consistiu em saber se, por um lado, as políticas públicas atuais estão a promover o desenvolvimento local e sustentável e, por outro, que tipos de políticas públicas se devem implementar nas comunidades rurais, nomeadamente em Ondova, para promoção do desenvolvimento sustentável.

Consideramos ter atingido os objetivos estabelecidos no início do presente estudo, e consideramos que a nossa investigação pode representar um contributo relevante, quer para o diagnóstico do território, quer para a definição de ações de política futura. De facto, não são abundantes os estudos sobre territórios como Ondova, um território rural e de baixa densidade em Angola, pelo que este trabalho, neste contexto, revela-se inovador, quer pela temática e escolha do território a estudar, quer pela própria metodologia adotada assente na opinião da população (mediante entrevistas semiestruturadas) que vivencia diariamente o espaço em análise.

No decurso do nosso estudo encontrámos desafios que ultrapassam aqueles que imaginávamos à partida como, por exemplo, desafios das políticas públicas em Angola, mas importa lembrar que “a modernização de um organismo não se faz somente com vontades, com projetos incompletos, mas por ações que levem à instituição de uma política de constante questionar de posições. É necessária uma incessante renovação de ideias e uma busca contínua de métodos que produzam realmente efeitos” (Pereira, 2002, p. 1)

Nas palavras de Pedroso, “a promoção do desenvolvimento passará, essencialmente, por estratégias de atração de investimento que permitam criar dinamismos económicos que, por sua vez, produzam efeitos de arrastamento nas zonas circundantes e progressivamente transformem toda a zona envolvente do centro do investimento (Pederoso, 1998, p. 80).

Em conclusão, a povoação de Ondova tem um enorme potencial económico e cultural para a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável em diversas áreas. No entanto, para que as políticas públicas sejam sustentáveis e tenham o sucesso que se espera, é indispensável a participação ativa e efetiva dos residentes. A promoção do desenvolvimento sustentável passa, em primeiro lugar, por informar e formar os habitantes do mundo rural acerca da possibilidade de mudança de vida. É preciso que a população seja educada (devidamente informada, consultada, formada, incentivada) e desafiada no sentido de que é possível desenvolver a sua terra com recursos próprios, bastando que se aposte na educação e formação dos agentes económicos e intercâmbio de experiências. Para tal, as decisões políticas focalizadas devem passar pelo diálogo entre instituições que atuam no território e que definem as prioridades e os desafios diários.

Do estudo por nós realizado, concluímos no ponto 7 do presente trabalho que as políticas a definir para este território devem ter por objetivo fazer refletir no bem-estar da população, o potencial histórico, económico e cultural do território. Para tal, há que encontrar estratégias que permitam explorar as oportunidades oferecidas pelo território, transformando-as em fatores chave do desenvolvimento. Mas previamente há que esbater e resolver através de políticas públicas adequadas, as fraquezas e ameaças que ainda persistem, nomeadamente tomar medidas conducentes à criação e modernização das infraestruturas e serviços básicos (e respetivas valências), à diversificação da atividade produtiva agropecuária e consequentemente da dieta alimentar, à oferta de educação e formação da população.

Neste sentido, no ponto 7 deixamos algumas recomendações em termos de políticas públicas para este território, de onde destacamos a infraestruturização do mesmo e a aposta na educação da população. Depois de cumpridos estes dois pilares, dada a dotação de recursos naturais da região, acreditamos que com o devido planeamento e respeito pelas tradições, será possível fixar a população e assegurar o crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

É urgente que se elaborem políticas públicas fruto de estudos e diagnósticos bem elaborados, tendo como denominador comum os interesses de todos atores e agentes da sociedade. Para tal, basta que haja vontade política do governo, da sociedade civil e dos habitantes. A planificação, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas que possam desenvolver as comunidades rurais, do interior profundo e com baixa densidade populacional, é cada vez mais urgente como um dos passos para o combate da pobreza e das assimetrias regionais. Para que as mesmas tenham sucesso, é necessário diálogo e confiança mútua entre as diversas partes envolvidas.

Apesar de estarmos bem motivados para alcançar os nossos objetivos, deparámo-nos com algumas dificuldades no decorrer do presente trabalho. A principal dificuldade sentida no decorrer do nosso estudo respeita à recolha isenta de informação, dado que o estudo foi realizado em ano de eleições gerais, onde cada um quer justificar-se pelo bom ou mau desempenho, a que se juntam outras condicionantes burocráticas. O nosso trabalho de campo não foi fácil de realizar e ficou aquém das nossas expectativas, dadas as contingências de povoamento do próprio território. De facto, os habitantes de Ondova vivem em casas (*omaumbo*) muito dispersas no território (distanciamento entre vizinhos), vivem em espaços semelhantes a pequenas herdades, onde não só têm a sua habitação, como a lavra. Muitos dos nossos entrevistados não têm residência no perímetro de possível urbanização, mas sim a mais de 1 km.

O contorno e resolução das dificuldades e limitações do presente trabalho serão ponto de partida para trabalhos futuros. Contudo para os próximos estudos, atendendo à complexidade sociopolítica e demográfica do meio rural angolano é urgente estudar e implementar projetos que consigam uma melhor combinação entre o *modus* de vida tradicional e o moderno.

Bibliografia

- Afonso, A. M. (1971). *Prinípios Fundamentais de Organização Política e Administrativa da Nação - Compêndio para 3º ciclo dos Liceus* (2ª ed.). Braga, Portugal: Coimbra Editora. Limitada.
- Almeida, E. d. (2011). *Angola: Potência Regional em Emergência*. Lisboa: Edições Colibri.
- Alves, Z. M., & Silva, M. H. (Fevereiro/Julho de 1992). Análise Qualidade de Dados de Entrevista: uma Proposta. *Paideia*, pp. 2 - 6. doi:www.scielo.br
- AMK-REP, A. M.-R. (2017). *Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza 2015 - Execução Física e Financeira*. Governo Provincial do Kunene, Administração Municipal do do Kwanyama. Ondjiva: Administração Municipal do Kwanyama. Obtido em 20 de junho de 2017
- Andrade, H. (2012). *Desenvolvimento, Rural Sustentável "Uma Visão Territorial" Caderno de Formação*. Luanda, , Angola: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO 2012).
- Andrade, V. J. (2016). *Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde e o Quadro Pós-2015*. Luanda, Angola: PNUD. Obtido em 10 de Dezembro de 2017, de www.scrib.com
- Baleiras, R. N. (2011). Introdução: Economia e Política do Desenvolvimento Regional. Em R. N. (Coordenação), *Casos de Desenvolvimento Regional* (pp. 13 - 47). Cascais, Lisboa, Portugal: Principia.
- Barañano, A. M. (2008). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão - Manual de Apoio à Realização de Trabalhos de Investigação*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- Bembe, M. D. (2014). *Mecanismos de Partilha do Poder e Administração das Elites - Modelo e Processo Para o Enclave de Cabinda*. Lisboa, Lisboa, Portugal: ISCSP.
- BNA. (05 de Agosto de 2017). *Mercados*. Obtido de http://www.bna.ao/Servicos/pesquisa_cambios.aspx?idc=141&idsc=825&idl=1
- Calucipa, D. (1 de Janeiro de 2014). Aumenta a Qualidade de Vida no Cunene. *Jornal de Angola*, 4. Obtido de http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/aumenta_a_qualidade_de_vida_no_cunene

- Carvalho, B. P. (2001). Segurança Alimentar e Desenvolvimento Económico na África Subsariana. Em Ó. S. Barata, & S. I. Piepoli, *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África* (pp. 141-157). Lisboa: ISCSP.
- Charles, C. (1998). *Introduction to Educational Research* (3ª ed.). New York, USA: Longman.
- Chetouani, L. (2016). Conceptualização da Noção de "Desenvolvimento Sustentável" do Contexto da EDS: Uma Questão de Vocabulário. Em D. d. Diemer, & C. Marquat, *Educação para o Desenvolvimento Sustentável - Desafios e Controvérsias* (pp. 37 - 61). Lisboa, Portugal: Piaget.
- Coutinho, C. P. (2016). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª ed.). Coimbra, Coimbra, Portugal: Almedina.
- Cunha, A. S. (2016). Países em Desenvolvimento. *A Semana*, Opinião 1- 2. Obtido em 20 de Agosto de 2016, de <http://www.asemana.publ.cv/?Paises-em-Desenvolvimento>
- Delors, J., Mufti, I. A., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Germek, B., . . . Nanzha, Z. (2003). *Educação Um Tesouro a Descobrir - Relatório para a UNESCO, Comissão Internacional Sobre a Educação para o Século XXI* (8ª ed.). Porto, Portugal: ASA.
- Diniz, F., & Gerry, C. (2009). A Problemática do Desenvolvimento Rural. Em J. S. Costa, P. Nijkamp, & Coordenação, *Compêndio de Economia Regional - Teoria, Temática e Políticas* (pp. 519-553). Cascais: Principia.
- Dréo, J. (1 de Agosto de 2009). *Portal Desenvolvimento Sustentável*, Johann Dréo (2009) (User:Nojhan) / Translator: Alchimista - Desenvolvimento sustentável; editado 2017. Obtido em 2017, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Desenvolvimento_sustent%C3%A1vel
- Estermann, C. (1983a). As Observações Etnográficas entre os Ambos. Em C. Estermann, *Etnografia de Angola* (pp. 128-135). Lisboa: Congregação do Espírito Santo.
- Estermann, C. (1983b). *Etnografia do Sudoeste de Angola* (Vol. I; II). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Faria, C. (2009). *Infoescola Navegando e Aprendendo*. Obtido de <http://www.infoescola.com>: <http://www.infoescola.com/geografia/africa/>
- Ferreira, C. E., & Ndalilosiwa, D. (2006). *Monografia dos Povos Ambó*. Obtido em 8 de Agosto de 2017, de <http://br.monografias.com/trabalhos3/dos-povos-ambo/dos-povos-ambo.shtml>

- FMI. (2014). *World Economic Outlook*. Washington, DC 20090, U.S.A: International Monetary Fund, Publication Services. Obtido de
- FMI. (2016). Conselho de Administração do FMI. *Comunicado de Imprensa nº 17/21: Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2016 a Angola ao abrigo do Artigo IV*. Washington, D. C., EUA: FMI.
- FMI. (2016). *Relatório do Corpo Técnico Sobre as Consultas de 2016 ao Abrigo do Artigo IV — Análise de Sustentabilidade da Dívida*. Luanda: FMI.
- Fonseca, P. (2014). Desenvolvimento Sustentável. Em Org., N. C. Mendes, & F. P. Coutinho, *Enciclopédia das Relações Internacionais* (1ª ed., p. 143.146). Alfragide: D. Quixote.
- Francisco, A. M. (2013). *Desafios do Desenvolvimento e do Ordenamento do Território na Província do Namibe (Angola)*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências sociais e humanas. Lisboa: Universsidade Nova de Lisboa. Obtido em 11 de Agosto de 2017, de <https://run.unl.pt>
- Gallardo, G., & Muzima, J. (2017). *African Economic Outlook - Angola*. AFDB, OECD, UNDP. Paris: OCDE. Obtido em 20 de Dezembro de 2017, de <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/country-notes/angola>
- GEPE. (2005). *Plano de Urbanização da Cidade de Ondjiva Caracterização Sócio-Económica II Volume*. Governo da Província do Cunene, Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística. Ondjiva: Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.
- GEPE. (2014). *Plano de Desenvolvimento Provincial do Cunene 2013-2017 - Visão e Enquadramento Estratégico* (Versão final, Setembro ed.). Ondjiva, Cunene, Angola: Governo Provincial do Cunene. Obtido em 4 de fevereiro de 2017
- GOES, G. d. (2008). *EL Salvador - Desarrollo Rural*. El Salvador.
- Governo de Angola. (29 de Julho de 2010). Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado. *Diário da República*(Legistação), p. 2. Obtido em 5 de 5 de 2017, de <http://www.governo.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=524>
- Governo de Angola. (2015). *A História de Angola*. Luanda, Angola. Obtido de Portal Oficial do Governo da República de Angola: <http://www.governo.gov.ao/historia.aspx>
- GPK-GPE, G. d. (2005). *Plano de Urbanização da Cidade de Ondjiva Caracterização Sócio-Económica II Volume*. Ondjiva: Governo da Província do Kunene – Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

- INE - Angola. (2016). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. INE. Luanda, Angola – 2016: INE - Gabinete Central do Censo, Subcomissão de Difusão de Resultados, Luanda, Angola – 2016. Obtido de www.ine.gov.ao
- INE - Angola. (30 de Dezembro de 2017). *Principais Indicadores de Angola por Província*. Obtido de http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine&xpgid=indicators_province.
- INE - Cunene. (2016). *Resultados Definitivos Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014 Província do Cunene*. INE, Instituto Nacional de Estatística, Gabinete Central do Censo Subcomissão de Difusão de Resultados. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, Gabinete Central do Censo,.
- INE - Portugal. (2017). Espaço Rural. (INE, Ed.) Lisboa, Portugal. Obtido em 5 de Dezembro de 2017, de ine.pt: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE
- Jahan, S. (2015). *Síntese: Relatório do Desenvolvimento Humano 2015- O Trabalho Como Motor do Desenvolvimento Humano*. ONU, PNUD-ONU. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Kageyama, A. (2004). *Desenvolvimento Rural: Conceito e Um Exemplo de Medida*. São Paulo., Brasil.
- Kayser, B. (1990). *La Renaissance Rurale. Sociologie des Campagnes du Monde Occidental*. Paris: Armand Colin.
- Ketele, J., & Roegiers, X. (1999). *Metodologia da Recolha de Dados*. Lisboa: Instituto Jean Piaget.
- Larsen, D. H., & Felix, D. J. (2017). *Relatório Global Sobre Desenvolvimento Humano 2016: Desenvolvimento Humano Para Todos*. ONU, UNDP in Angola. Luanda: UNDP in Angola.
- Leigh, N. G., & Blakely, E. J. (2013). *Planning Local Economic Development - Theory and Practice* (Fifth ed.). London, England: SAGE.
- Lima, M. H. (1977). *Nação Ovambo*. Lisboa, Portugal: Ester.
- Lopes, B., Amaral, J. N., & Caldas, R. W. (2008). *Políticas Públicas Conceitos e Práticas* (Série: Políticas Públicas ed., Vol. 7). Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil: SEBRAE/MG.
- Louçã, F., & Caldas, J. C. (2010). *Economia (s)* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Lowi, T. J. (1972). Four Systems of Policy, Politics and Choice. *Public Administration Review*, Vol. 32, No. 4. (Jul. - Aug., 1972), pp. 298-310.

- Lutucuta, G. (2006). A Base do Desenvolvimento. Em R. Barreira, *Angola 30 Anos os Grandes Desafios do Futuro - Educação, Cultura, Economia, Saúde, Tecnologia, Democracia, Direitos Humanos, Preservação do Meio Ambiente* (pp. 136-151). Lisboa: Global Marketing Angola.
- Makili, V. L. (2017). *Onyika Yetu Yoshikwanyama Noshiputo - Pequeno Dicionário Oshikwanyama Português*. Famalicão: Papelmunde.
- Martínez, S. (1991). *Economia Política* (5ª ed.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Mbomba, M. G., Henriques, P. D., Rego, M. d., & Carvalho, M. L. (2009). Estratégias de Desenvolvimento Rural para a Redução da Pobreza - O Caso dos Municípios de Alto-Cauale, Ambaca e Negage, Norte de Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, pp. 67-86.
- Melo, A. (de 1998). Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. Lisboa, Portugal.
- Miguel, J. C. (2014). *Relação Existente Entre o Poder Local Público e as Autoridades Tradicionais em Angola, Caso Particular do Cunene*. Instituto Superior de Educação e Ciências - Escola de Educação, Gestão, Engenharia, Aeronáutica e Design. Lisboa: ISC.
- MINADERP, G. d. (2010). Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 1. Luanda, Luanda, Angola.
- Monteiro, R. L. (1994). *Os Ambós de Angola Antes da Independência*. Lisboa, Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MPDT - Governo de Angola. (2015b). *Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do milénio 2015*. Governo de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial. Luanda: Governo de Angola.
- MPDT. (Outubro de 2009). *Plano Nacional 2010-2011*. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento do Território. Luanda: MPDT.
- MPDT. (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. Luanda: Governo de Angola - Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.
- MPDT. (2015). *Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado de 2015*. Governo de Angola, Ministério do Plano. Luanda: <http://www.info-angola.ao/attachments/article/4463/01%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20Fundamenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- MPDT. (2015). *Relatório Sobre Os Objetivos do Milénio*. Governo de Angola, Ministério do Plano e do Desenvolvimento Territorial (MPDT). Luanda: Governo de Angola. Obtido de www.ao.udp.org/content/angola

- Muacahila, A. N. (2017). *Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para as Regiões Secas do Sul de Angola – Bacia do Rio Curoca*. Departamento de Ambiente e Ordenamento. Aveiro: Universidade de Aveiro. Obtido em 8 de Janeiro de 2018, de ria.ua.pt
- Neto, G. (2010). O Desenvolvimento Local e a Extensão Rural. Em Ó. S. Barata, *Políticas Sociais e Sociologia* (pp. 441-446). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Neto, P. (2013). Espaço, Diplomacia Económica e Políticas Públicas. Em M. M. Serrano, & P. Neto, *Espaço - Perspetivas Multidisciplinares sobre a Constituição dos Territórios* (pp. 93 - 106). Lisboa: Sílabo.
- Oliveira, R. S. (2015). *Magnífica e Miserável Angola Desde a Guerra Civil*. Lisboa: Tintas da China.
- ONU . (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: ONU. Obtido em 3 de Março de 2016, de https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf
- ONU. (2008). *South Africa's Review Report For The Sixteenth Session of The United Nations Commission on Sustainable Development (CSD-16)*. ONU.
- ONU. (2016). *Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável - Guia sobre Desenvolvimento Sustentável*. (C. d. Ocidental, Ed.) Obtido de <https://www.unric.org/pt/>: https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf
- ONU. (2016). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. (Centro Regional de Informação das Nações Unidas) Obtido de <http://www.unric.org/pt/>: <http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>
- Pacheco, F., Carvalho, M. L., & Henriques, P. D. (2014). *Contribuição para o Debate Sobre a Sustentabilidade da Agricultura Angolana*. Universidade Metodista de Angola. Luanda: Universidade de Évora / Comissão Executiva do 2.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural / Universidade Metodista de Angola.
- Pedroso, P. (1998). *A Formação e Desenvolvimento Rural* (1ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Peixoto, M. (2017). Que Angola deixa José Eduardo dos Santos ao Seu Sucessor? *ECO*, 1 - 3. Obtido de <https://eco.pt/2017/08/19/que-angola-deixa-jose-eduardo-dos-santos-ao-seu-sucessor/>
- Pereira, F. M. (2002). *Informatização do Poder Local*. Lisboa: Lidel-Edições.

- Pinotes, J. M. (2011). A Qualificação dos Recursos Humanos nos Países em Desenvolvimento. Em C. Rego, & M. d. Baltazar, *Coordenação do livro: Globalização e Desenvolvimento* (1ª ed., pp. 153 - 186). Lisboa, Lisboa, Portugal: Coleidoscópio_Edições Arte Gráficas,S.A.
- Pinto, C. (2011). *A Pobreza no Meio Rural Em Angola - Contribuição para a Sua Caracterização no Município do Bailundo*. Luanda: CEIC - Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- Pocinho, M. (2014). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico - Como Fazer Uma Apresentação Oral, Como Elaborar um Poster, Como Pesquisar na Web...e Muito Mais*. Lisboa: Lidel.
- Raeymaeker, J. d. (2012). *À Descoberta de Angola - Um Guia Alternativo do País Mais Fascinante de África, Dicas Para o Viajante, Informações Praticas*. Alfragide: Oficina do Livro - Sociedade Editorial, Lda.
- Redinha, J. (1967). *Distribuição Étnica da Provincia de Angola* (4ª ed.). Luanda, Luanda, Angola: Centro de informação e turismo de Angola.
- RMEP. (2016a). *Cronograma de Execução de Infraestruturas no Município, Referente ao Período de 2011 - 2015*. Repartição Municipal de Estudos e Planeamento (RMEP), Administração Municipla do Kwanyama. Ondjiva: Municipio do Kwanyama.
- RMEP. (2016b). *Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza 2015*. Administração Municipal do Kwanyama, Repartição Municipal de Estudos e Planeamento (RMEP). Ondjiva: Administração Municipal do Kwanyama.
- Rocha, M. J. (2010a). *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola*. (CEIC, Ed.) Obtido de ceic-ucan.org: <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2014/01/desigualdades-e-assimetrias-regionais-em-angola.pdf>
- Rocha, M. J. (2010b). *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola - Os Factores de Competitividade Territorial* (2ª ed.). Luanda: CEIC - Universidade Católica de Angola.
- Rocha, M. J. (2014a). *As Perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020*. CEIC. *Working Paper N° 02, Novembro 2014* (pp. 20-41). Luanda: CEIC - Universidade Católica de Angola.
- Rocha, M. J. (2014b). *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola - Os Factores de Competitividade Territorial*. (CEIC, Ed.) Obtido de ceic-ucan.org: <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2014/01/desigualdades-e-assimetrias-regionais-em-angola.pdf>

- Rodrigues, C. U. (2012). A Descentralização em Angola e os Planos de Desenvolvimento Municipal. Em C. U. Rodrigues, & Y.-A. Fauré, *Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique - Processos, Terrenos e Atores* (pp. 123 - 147). Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, M. d. (2014). *Exercícios de Análise de Políticas Públicas* (1ª ed.). Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda e ISCTE-IUL.
- Sachs, J. D. (2017). *A Era do Desenvolvimento Sustentável*. (L. Artipol-Artes Tipograficas, Ed.) Lisboa: Conjuntura Actual Editora.
- Salviani, R., & Junior, E. F. (2004). Desenvolvimento Sustentável - O que é, importância para o meio ambiente, sugestões e atitudes favoráveis, conceito, resumo, indicadores, no Brasil. *Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais* (2004 - 2018 SuaPesquisa.Com). Brasil. Obtido de http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/desenvolvimento_sustentavel.htm.
- Santos, A. J. (2008). *Gestão Estratégica - Conceitos, Modelos e Instrumentos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Santos, M. O. (2013). Reflexões em Torno de Perspetivas Sobre Teorias e Práticas Relacionadas com o Desenvolvimento. Em M. L. Carvalho, M. O. Santos, J. Caeiro, & (Coordenação), *Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural - Actas do 2º Encontro Luso-Angolano na Universidade Metodista de Angola* (pp. 215-216). Luanda: Comissão Executiva do encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural.
- Severino, C. (2014). Ajuda Externa. Em N. C. Mendes, & F. P. Coutinho, *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 13 - 14). Afragide, Portugal: D.Quixote.
- Silva, O. (20 de Abril de 2016). OCDE e o Desenvolvimento Rural. Amazonia, Brasil. Obtido em Maio de 2017, de <http://www.franciscogomesdasilva.com.br/a-ocde-e-o-desenvolvimento-rural/>
- SMARH-BR, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (BR). (2017). *O Que São Políticas Públicas, Governo do Estado do Parana*. Obtido em 5 de Maio de 2017, de <http://www.meioambiente.pr.gov.br/>.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2016). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: Uma Revisão de Literatura. *Sociologia*, pp. 20-45. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>
- SSR, Society For the Study of Reproduction. (2017). *Países em Desenvolvimento*. Obtido de [ssr.org](http://www.ssr.org) (<http://www.ssr.org>): <http://www.ssr.org/DevelopingCountries>

- Teixeira, C. d. (2015). Análise e Avaliação das Políticas Públicas: Seu Impacto no Desenvolvimento Local em Angola. *História: Debates e Tendências*, 15 (Redes de Poder e Governança), pp. 21 - 29. Obtido de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5965904>
- Teixeira, G., Costa, M. F., & Silva, S. P. (2004). *Grande Dicionário - Língua Portuguesa*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- UCAN. (2016). *Relatório Económico de Angola 2015*. Luanda: CEIC - Universidade Católica de Angola.
- Van-Dúnem, J. V. (2014). Apresentação do PNDS. Em g. d. Ministério da Saúde, *Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2025 (PNDS) - Mais e melhor saúde* (pp. 4 - 5). Luanda, Angola: Governo de Angola.
- Vitoriano, J. M. (1998). Contributo Para o Estudo da História da Nigéria. Em J. M. Vitoriano, M. A. Cruz, & M. M. Lucena, *Notas de Historia da África Ocidental* (pp. 7-202). Lisboa: ISCSP.
- Wheeler, D., & Péliissier, R. (2009). *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.
- ZDA, Z. D. (2008). *Rural Development*. Lusaka: ONU.

Anexos

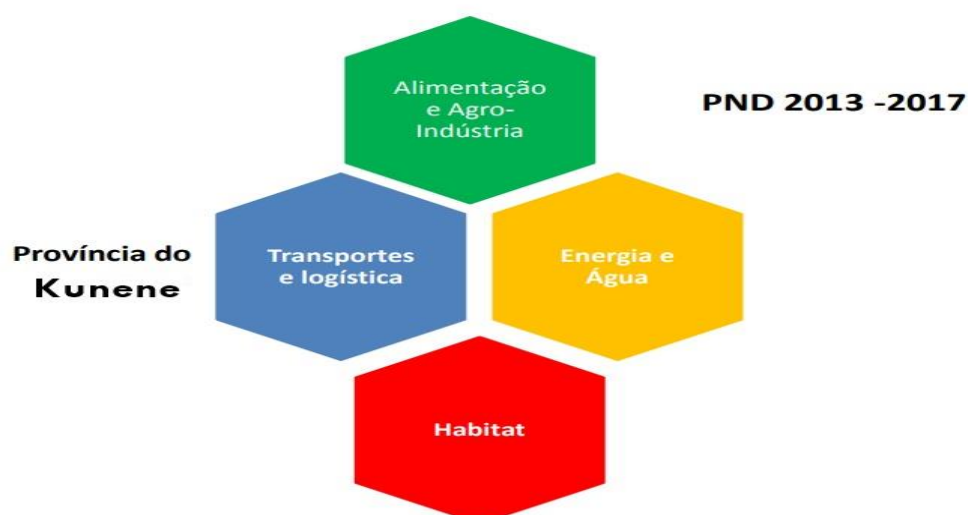
Anexo 1. PND - Objetivos nacionais de médio e longo prazo em matéria de desenvolvimento rural

DESENVOLVIMENTO RURAL						
Objectivo	Prioridades dos Objectivos específicos					
Promover o desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais e camponesas, incrementando de forma sensível os seus níveis de bem-estar e simultaneamente contribuir para a elevação dos níveis de segurança alimentar da população angolana e da erradicação da pobreza	<div>1. Promover programas específicos e programas transversais para dar resposta aos problemas do mundo rural e estabelecer a correspondência entre a qualidade de vida dos centros urbanos e do meio rural</div> <div>2. Promover o desenvolvimento rural integrado</div> <div>3. Estimular a criação de organizações comunitárias que podem servir como instrumento de controlo social e de expressão das necessidades e capacidades das comunidades pobres para superar as barreiras do desenvolvimento económico e social</div> <div>4. Buscar maior eficácia da intervenção pública, privada e associativa na gestão do desenvolvimento rural</div> <div>5. Fortalecer as instituições a nível nacional, provincial e municipal para evitar sobreposições e criar uma capacidade institucional para monitorar a qualidade ambiental</div> <div>6. Promover o desenvolvimento comunitário e da qualidade de vida, assegurando a ligação entre as comunidades e a sociedade como um todo</div> <div>7. Definir e promover projectos que contribuam para a melhoria da condição e integração da mulher rural no processo de desenvolvimento</div>					
Indicadores dos Objectivos						
Indicadores	Ano de Base	Metas				
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de aldeias rurais requalificadas	0	90	108	130	155	186
Nº de aldeias rurais integradas construídas	2	3	5	10	15	18
Nº de habitações rurais requalificadas	1500	18.000	21.600	25.900	31.000	37.200

Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017

112

Figura 16. Incidência de projetos estruturantes do PND 2013-2017



Fonte: GEPE, (2014, p. 126)

Anexo 2. PDP do Kunene 2013-2017 (programa de ação)

O programa de ação é sistematizado em 9 programas operacionais, que se desagregam nos seguintes subprogramas:

Tabela 26. PDP do Kunene 2013-2017 (programa de ação)

REDE PROGRAMÁTICA DO PDP KUNENE
Programa 1 - Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
P 1.1 - Desenvolvimento sustentado da atividade agrícola e florestal
P 1.2 - Reforço das infraestruturas de apoio à atividade agrícola
P 1.3 - Fomento sustentado da atividade pecuária
P 1.4 - Desenvolvimento das Infraestruturas de apoio à atividade pecuária
P 1.5 - Desenvolvimento das condições de vida no espaço rural
Programa 2 - Desenvolvimento e Diversificação da Base Económica
P 2.1 - Desenvolvimento da indústria extrativa e transformadora
P 2.2 - Desenvolvimento do sector do turismo
P 2.3 - Reforço do sistema logístico, comercial e de serviços
P 2.4 - Apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial
Programa 3 - Saúde
P 3.1 - Qualificação e extensão da rede de equipamentos e serviços de saúde
P 3.2 - Promoção da saúde pública
P 3.3 - Incentivo à fixação de profissionais de saúde
Programa 4 - Educação
P 4.1 - Expansão de Rede de equipamentos escolares e infraestruturas de apoio
P 4.2 - Promover a Alfabetização de jovens e adultos
P 4.3 - Incentivo à fixação de profissionais de educação
Programa 5 - Cultura, Património e Comunicação Social
P 5.1 - Promoção e valorização do património cultural
P 5.2 - Desenvolvimento de espaços culturais
P 5.3 - Reforço do setor da comunicação social

Programa 6 - Juventude e Ação Social
P 6.1 - Promoção da prática de atividades desportivas e de lazer
P 6.2 - Apoio aos grupos vulneráveis
Programa 7 - Grandes Redes de Infraestruturas
P 7.1 - Reforço e expansão do sistema viário e aeroportuário
P 7.2 - Reforço das redes de saneamento básico e de distribuição de água potável
P 7.3 - Reforço das Infraestruturas de produção e distribuição de energia e telecomunicações
Programa 8 - Qualificação Urbana, Ordenamento e Gestão Territorial
P 8.1 - Qualificação do espaço urbano
P 8.2 - Desenvolvimento do parque habitacional
P 8.3 - Desenvolvimento do sistema de gestão ambiental da província
P 8.4 - Desenvolvimento dos instrumentos de gestão territorial
Programa 9 - Desenvolvimento Institucional
P 9.1 - Requalificação das Infraestruturas dos Órgãos da Administração Local
P 9.2 - Modernização dos Órgãos da Administração Local

Fonte: Plano de Desenvolvimento Provincial do Kunene 2013-2017 (GEPE, 2014, p. 130)

Tabela 27. PDP Kunene – Matriz de Pertinência

PDP_CUNENE 2013-2017			PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2013-2017					
PROGRAMA OPERACIONAL	SUB-PROGRAMA	ACÇÕES	GRANDES OBJECTIVOS NACIONAIS					
			Preservação da unidade e coesão nacional	Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento	Melhoria da qualidade de vida	Inserção da juventude na vida ativa	Desenvolvimento do setor privado	Inserção competitiva de Angola no contexto internacional
AGRICULTURA, PECUÁRIA, E DESENVOLVIMENTO RURAL	1.1	1.1.1		PE	PC			
		1.1.2		PC	PC			
		1.1.3		PE	PE			
		1.1.4		PE	PC			
	1.2	1.2.1		PE	PE			
		1.2.2		PE	PC			
		1.2.3		PE	PC			
	1.3	1.3.1		PE	PC			
		1.3.2		PE	PC			
	1.4	1.4.1		PE	PC			
		1.4.2		PC	PC			
		1.4.3		PE	PC			
	1.5	1.5.1		PE	PE			
		1.5.2		PC	PC			
		1.5.3		PE	PC			
		1.5.4		PC	PC			
DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÓMICA	2.1	2.1.1		PE	PC			
		2.1.2		PE	PC			
		2.1.3		PE	PC			
		2.1.4		PE	PC			
	2.2	2.2.1		PC	PC			
		2.2.2		PC	PC			
	2.3	2.3.1		PE	PC			
		2.3.2		PE	PC			
		2.3.3		PE	PC			
	2.4	2.4.1		PE	PC			
		2.4.3		PE	PC			
	PE	Pertinência Estruturante						
	PC	Pertinência Complementar						

Fonte: Plano de Desenvolvimento Provincial do Kunene 2013-2017 (GEPE, 2014, pp. 134-136)

Anexo 3. Programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza (PMIDRCF) 2015 (execução física e financeira)



GOVERNO PROVINCIAL DO CUNENE

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO CUANHAMA

REPARTIÇÃO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

PROGRAMA MUNICIPAL INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE A POBREZA 2015

Tabela 28. PMIDRCF: execução física e financeira

N/O	Designação do Projecto	Comuna	Data		Grau de execução	
			Início	Termino	Financeira	Física
01	Reabilitação e Ampliação do Centro de Saúde do Omuvandje	Nehone	1/2015		100%	96%
02	Construção do Centro de Saúde da Sede comunal da Môngua	Môngua			15%	0%
03	Reabilitação do Centro de Saúde do Okapangu	Evale			31%	0%
04	Construção e Apetrechamento de 1 Posto de Saúde em Ohenghali	Môngua	5/2015	7/2015	100%	100%
05	Construção e Apetrechamento de 1 Posto de Saúde em Oiputu	Ondjiva	5/2015	7/2015	100%	100%
06	Construção e Apetrechamento de 1 Posto de Saúde em Onghumbo	Evale	6/2015	Em curso	100%	97%
07	Construção e Apetrechamento de 1 escola de 3 salas em Oshindungulu	Ondjiva			75%	0%
08	Reabilitação de 1 residência para professores em Anhanca	Nehone			100%	0%
09	Construção e Apetrechamento de 1 escola de 3 salas em Ehafo-Oshihunga	Ondjiva	2/2015	Em curso	100%	97%
10	Construção e Apetrechamento de 1 escola de 3 salas em Onghendjo	Evale	9/2015	Em curso	83%	80%
11	Construção do Muro de Vedação, Reabilitação da Administração Comunal de Ondjiva e Jango Comunitário	Ondjiva	1/2015	4/2015	100%	100%
12	Construção do muro de Vedação e Morgue do Centro de Saúde do Naipalala	Ondjiva	1/2015	Em curso	100%	100%
13	Conclusão e Apetrechamento de 1 Escola de 3 salas em Oongo	Ondjiva	8/2014	4/2015	100%	100%
14	Construção de 5 campos pelados de futebol 11, em todas sedes comunais	Todas	1/2015	Em curso	100%	50%
15	Aquisição de 1 Carrinha Canter para a Administração Municipal	Ondjiva			79%	0%

16	Aquisição de Mobiliário e meios de processamento de dados	Todas	1/2015	Em curso	60%	60%
17	Construção de 8 Pontos de Transferência do Lixo (PT), nos bairros da Caxila II e III, Naipalala I e II, Castilhos, Cafitu, Okapale e Onahumba	Ondjiva				
18	Aquisição de 30 Contentores de 500 litros de Lixo para as comunas de Ondjiva, Nehone, Môngua, Evale e Oshimolo	Todas				
19	Arborização Municipal-Aquisição e Plantação de 2.000 árvores em todas as comunas	Todas				
20	Aquisição de 10 Moto lixos e 4.000 Sacos para a recolha de lixo nos bairros da cidade de Ondjiva	Ondjiva	1/2015	3/2015	100%	100%
21	Compra de Lixo produzido na cidade de Ondjiva nos bairros de Caxila I, II e III, Naipalala I e II, Castilhos, Cafitu, Okapale, Onahumba, Pioneiro Zeca, Ekuma e Bangula	Ondjiva	1/2015	Em curso	15%	30%
22	ÁGUA PARA TODOS -Construção de 4 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSA), composto por Bebedouro, Placa Solar, Tanque de água de 10.000 litros e 1 uma lavandaria nas comunas de Oshimolo (Yonde-Omandungu Ebandela), Ondjiva (<u>Onanghwe</u>), Nehone (<u>Odayandema</u>), Môngwa (Ohenghali-sede	Todas			50%	0%
23	Aquisição de 2 fornos para as Padarias da Bulunganga e Cafima	Mongwa e Oshimolo				
24	Construção de 1 mercado Comunitário na localidade de Omuvandje, Comuna de Nehone, com 40 expositores	Nehone				
25	MERENDA ESCOLAR , fornecimento a 11 escolas primárias nas localidades de, Omwoongo (182) - Ondjiva, Ehinya (160) - Evale, Mbweni (207)- Nehone, Oshingandu (285) -Oshimolo, Eko I-Onamunyela (129) -Môngua, Oshakati (295), Ombala Grande (228)-Ondjiva, Rainha Nekoto (690)-Ondjiva, Okapanda (296) -Ondjiva, Ominda III (135) -Ondjiva, Omukwa (123) Nehone,e, para beneficiar a 2.730 crianças em idade escolar	Ondjiva	2/2015	Em curso	15%	30%
26	CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE - (aquisição de medicamentos e reagentes, ambulâncias, combustíveis e lubrificantes, víveres e géneros alimentícios, serviços de limpeza e saneamento e apetrecho dos Postos e Centros de Saúde),	Todas	1/2015	Em curso	87%	89%

Fonte: Administração do Kwanyama - Repartição de Estudos e Planeamento, 2017 (2017)

Em resumo, podemos afirmar que, até este período o Plano foi executado na ordem dos 81%. O que significa que dos 26 projetos programados 21 tiveram o seu arranque, embora que na sua maioria não foram concluídos devido à situação económica e financeira que se vive no país.

Anexo 4. Descrição das infraestruturas erguidas no município do Cuanhama de 2011 - 2015

GOVERNO PROVINCIAL DO CUNENE

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO CUANHAMA

REPARTIÇÃO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Tabela 29. Descrição das infraestruturas erguidas no município de 2011 a 2015

Tipo de Infraestrutura	Povoação/Localidade	Comuna	Município	Data da conclusão	Nº de beneficiários	Capacidade de atendimento aos utentes	Transformações que a infraestrutura trouxe à comunidade/Impacto
SECTOR DA EDUCAÇÃO							
Escola de Okahenge	Okahenge	Ondjiva	Cuanhama	2/02/2014	420 alunos distribuídos em dois turnos	6 salas de aulas	- Aumento da rede de escolas primárias - Aumento da qualidade do ensino e aprendizagem a este nível do sistema de educação
Escola da Missão Católica de Omilunga	Owoongo	Môngua	Cuanhama	11/11/2014	420 alunos distribuídos em dois turnos	6 salas de aulas	- Aumento da rede de escolas primárias - Aumento da qualidade do ensino e aprendizagem a este nível do sistema de educação
Escola de Omuvandje	Omuwandje	Nehone	Cuanhama	4/04/2014	210 alunos distribuídos em dois turnos	3 salas de aulas	- Aumento da rede de escolas primárias - Aumento da qualidade do ensino e aprendizagem a este nível do sistema de educação

Tipo de Infraestrutura	Povoação/ Localidade	Comuna	Município	Data da conclusão	Nº de beneficiários	Capacidade de atendimento aos utentes	Transformações que a infraestrutura trouxe à comunidade/Impacto
Escola do Omala	Omala	Evale	Cuanhama	4/05/2014	210 alunos distribuídos em dois turnos	3 salas de aulas	- Aumento da rede de escolas primárias - Aumento da qualidade do ensino e aprendizagem a este nível do sistema de educação
Escola do Oongo	Oongo-Ya-Ndilokelwa	Ondjiva	Cuanhama	14/09/2014	210 alunos distribuídos em dois turnos	3 salas de aulas	- Aumento da rede de escolas primárias - Aumento da qualidade do ensino e aprendizagem a este nível do sistema de educação
Escola do Onahumba	Onahumba	Ondjiva	Cuanhama	23/03/2013	210 alunos distribuídos em dois turnos	3 salas de aulas	- Aumento da rede de escolas primárias - Aumento da qualidade do ensino e aprendizagem a este nível do sistema de educação
SECTOR DA SAÚDE							
Centro de Saúde de Omukwamute	Omukwamute	Môngua	Cuanhama	11/06/2014	Cerca de 2.500 habitantes	80 pacientes por dia	- Reduzir a mortalidade materna infantil e infantojuvenil. - Aumentar a esperança de vida à nascença - Melhorar a prestação de cuidados de saúde com qualidade nas vertentes de promoção e prevenção.
Centro de Saúde de Kakuluvale	Kakuluvale	Ondjiva	Cuanhama	03/09/2014	Cerca de 11.000 habitantes	150 pacientes por dia	- Reduzir a mortalidade materna infantil e infantojuvenil. - Aumentar a esperança de vida à nascença - Melhorar a prestação de cuidados de saúde com qualidade nas vertentes de promoção e prevenção.

Tipo de Infraestrutura	Povoação/Localidade	Comuna	Município	Data da conclusão	Nº de beneficiários	Capacidade de atendimento aos utentes	Transformações que a infraestrutura trouxe à comunidade/Impacto
Centro de Saúde de Ohenda	Ohenda	Nehone	Cuanhama	22/12/2014	Cerca de 1.000 habitantes	80 pacientes por dia	- Reduzir a mortalidade materna infantil e infantojuvenil. - Aumentar a esperança de vida à nascença- - Melhorar a prestação de cuidados de saúde com qualidade nas vertentes de promoção e prevenção.
Posto de Saúde de Oshihambo	Oshihambo	Ondjiva	Cuanhama	07/09/2014	Cerca de 1.800 habitantes	50 pacientes por dia	- Reduzir a mortalidade materna infantil e infantojuvenil. - Aumentar a esperança de vida à nascença- - Melhorar a prestação de cuidados de saúde com qualidade nas vertentes de promoção e prevenção.
Posto de Saúde de Oongo	Oongo-Ya-Ndilokelwa	Ondjiva	Cuanhama	17/09/2014	Cerca de 2.600 habitantes	77 pacientes por dia	- Reduzir a mortalidade materna infantil e infantojuvenil. - Aumentar a esperança de vida à nascença - Melhorar a prestação de cuidados de saúde com qualidade nas vertentes de promoção e prevenção.
Posto de Saúde de Omufitu Unene	Omufitu Unene	Ondjiva	Cuanhama	04/04/2015	Cerca de 2.340 habitantes	80 pacientes por dia	-Reduzir a mortalidade materna infantil e infantojuvenil. -Aumentar a esperança de vida à nascença- -Melhorar a prestação de cuidados de saúde com qualidade nas vertentes de promoção e prevenção.
Posto de Saúde de Ohenghali	Ohenghali	Môngwa	Cuanhama	4/08/2015	Cerca de 1.740 habitantes	50 pacientes por dia	-Reduzir a mortalidade materna infantil e infantojuvenil. -Aumentar a esperança de vida à nascença- -Melhorar a prestação de cuidados de saúde com qualidade nas vertentes de promoção e

Tipo de Infraestrutura	Povoação/ Localidade	Comuna	Município	Data da conclusão	Nº de beneficiários	Capacidade de atendimento aos utentes	Transformações que a infraestrutura trouxe à comunidade/Impacto
							prevenção.
Posto de Saúde de Oiputu	Oiputu	Ondjiva	Cuanhama	8/08/2015	Cerca de 1.870 habitantes	50 pacientes por dia	-Reduzir a mortalidade materna infantil e infantojuvenil. -Aumentar a esperança de vida à nascença- -Melhorar a prestação de cuidados de saúde com qualidade nas vertentes de promoção e prevenção.
APOIO INSTITUCIONAL							
Posto Policial da Môngwa	Môngwa	Môngwa	Cuanhama	21/03/2014	Cerca de 50.000 habitantes	90 pessoas por dia	- Segurança e ordem interna e combater a criminalidade no seio da população - Permitirá a criação do destacamento para o socorro rápido às vítimas dos acidentes registados na estrada nacional 105 Ondjiva –Xangongo.
Posto Policial do Evale	Okapangu	Evale	Cuanhama	17/03/2015	Cerca de 30.000 habitantes	90 pessoas por dia	- Segurança e ordem interna e combater a criminalidade no seio da população - Permitirá a criação do destacamento para o socorro rápido às vítimas dos acidentes registados na via Ondjiva – Mupa no município do Cuvelai.
Administração Comunal da Môngwa	Môngwa	Môngwa	Cuanhama	05/04/2014	Cerca de 50.000 habitantes	100 pessoas por dia	- Promover uma nova imagem da administração local, melhorar e valorizar as condições de prestação de serviço público.
Administração Comunal de Ondjiva	Ondjiva	Ondjiva	Cuanhama	4/04/2015	Cerca de 100.000 habitantes	100 pessoas por dia	- Promover uma nova imagem da administração local, melhorar e valorizar as condições de prestação de serviço público.
Residência do Administrador Comunal do Nenone	Omuwandje	Nehone	Cuanhama	10/07/2014	Um agregado familiar de 8 membros	1 sala de Jantar, 3 quartos de dormir, 1 sala de estar, 1	- Promover uma nova imagem da administração local, melhorar e valorizar as condições de prestação de serviço público.

Tipo de Infraestrutura	Povoação/ Localidade	Comuna	Município	Data da conclusão	Nº de beneficiários	Capacidade de atendimento aos utentes	Transformações que a infraestrutura trouxe à comunidade/Impacto
						cozinha, 1 casa de banho, 1 varanda e 1 despensa	
Jango Comunitário do Ondjiva	Ondjiva	Ondjiva	Cuanhama	04/04/2015	Cerca de 100.000 habitantes	50 pessoas por dia	- Promover uma nova imagem da administração local, melhorar e valorizar as condições de prestação de serviço público.
Casas Evolutivas da Bulunganga	Bulunganga	Môngua	Cuanhama	04/04/2014	Cerca de 40 Famílias	280 membros das famílias	- Melhorar as condições habitacionais dos habitantes
Armazém do Omuwandje	Omuwandje	Nehone	Cuanhama	15/04/2014	Cerca de 35.000 habitantes	20 mil toneladas	- Segurança e boa Conservação dos bens alimentares para a população
Armazém do Ondova	Ondova	Oshimolo	Cuanhama	15/04/2014	Cerca de 15.000 habitantes	20 mil toneladas	- Segurança e boa Conservação dos bens alimentares para a população
Mercado Comunitário da Bulunganga	Bulunganga	Môngua	Cuanhama	04/04/2014	40 expositores	2.000 habitantes	- Promover o aumento relativo da comercialização dos produtos de origem local. - Promover a existência de uma rede comercial operativa, funcional e adequada às necessidades do mercado.

Fonte: Fonte: Administração do Kwanyama - Repartição de Estudos e Planeamento, 2017 (AMK-REP, 2017)

Anexo 5. Perguntas/questionário base para entrevista semiestruturada

(GUIÃO DE ENTREVISTA)



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

nº.: |_|_|

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS DO MEIO RURAL ANGOLANO
Promoção do desenvolvimento sustentável na Aldeia de Ondova (kwanyama; Kunene)

Entrevista Semiestruturada (Representantes instituições)

A presente entrevista faz parte de um estudo sobre as políticas públicas no contexto dos desafios na promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural em Angola, caso da Povoação de Ondova, realizado no âmbito do curso do Programa de Mestrado em Políticas Públicas e Projetos (M3P), Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Portugal.

A sua entrevista e as respetivas respostas são absolutamente determinantes para a qualidade da investigação conducente à Dissertação de Mestrado, pelo que solicitamos que responda a todas as perguntas de forma sincera, completa e objetiva.

As respostas serão apenas utilizadas para efeitos do presente estudo, sendo garantida a confidencialidade e o anonimato das mesmas.

Para algum esclarecimento poderá contactar-nos do seguinte email: m34535@alunos.uevora.pt

Muito obrigado pela vossa colaboração!

Abraão Ndeufekelua Mwaikafana
Mestrando da Universidade de Évora, Portugal

Dados sobre o entrevistado

a) Nome: (facultativo)	b) Idade:
c) Estado civil:	d) Grau académico:
e) Função:	f) Quantas pessoas compõem o agregado familiar?
g) Situação profissional (empregado, desempregado, conta própria):	h) Porque escolheu viver em Ondova? (emprego; por nascer cá, etc.)
i) Tempo em que vive/conhece em Ondova:	j) Trocarias Ondova por outra terra? Sim/Não.

PARTE A – O Desenvolvimento do Meio Rural Angolano

A1 - O que poderá constituir como principal fator de desenvolvimento rural sustentável do meio rural de Angola no geral e em particular da província do Kunene e da povoação de Ondova? Especifique a sua resposta.

A2. – Que projeto, plano estratégico de âmbito local (Kunene) incentiva o desenvolvimento Rural? Exemplo.

A.3 - Na sua opinião quais considera ser os principais entraves do desenvolvimento do meio rural? Haverá condições para identificação, conceção, implementação e avaliação

dos projetos de impacto local? Entre todas as situações enumeradas, indique 3 que considera mais relevantes. Especifique a sua resposta.

PARTE B – Quadro Atual de Desenvolvimento de Angola

B1. - Na sua opinião, considerando o conhecimento que tem de Angola quais são os principais problemas atuais do país, que carecem de intervenção urgente? Especifique a sua resposta (*por exemplo, ao nível do desenvolvimento das áreas económico-empresarial, agricultura, indústria, ambiente, turismo, cultura e património, formação e educação, social e/ou serviços de apoio à comunidade, etc.*).

B2. - Desenvolve e/ou desenvolveu já, na sua instituição, (organização ou empresa) alguma atividade ou projeto de desenvolvimento regional/e ou local para melhorar as condições de vida das populações locais? Em caso afirmativo e em termos gerais, qual é o balanço (aspetos positivos e negativos) que faz das atividades de desenvolvimento em que a sua instituição (organização ou empresa) está e ou esteve envolvida?

B3. Atendendo ao contributo pessoal ou da instituição a que pertence e do conhecimento do território: Quais são as principais fraquezas; forças; ameaças e oportunidades principalmente para comunidades como Ondova?

PARTE C – Perspetivas de Desenvolvimento Rural (Ondova)

C1. - Considera fundamental a existência de planos locais de desenvolvimento rural? E quais deverão ser os agentes económicos e projetos estratégicos que se adequam à promoção do desenvolvimento local?

C2. - Que medidas consideraria urgentes para que estes investimentos e modelos de desenvolvimento pudessem englobar um carácter de maior sustentabilidade (ser mais sustentáveis).

C3. - Outras sugestões para a melhoria da elaboração, execução e avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento de território rurais.

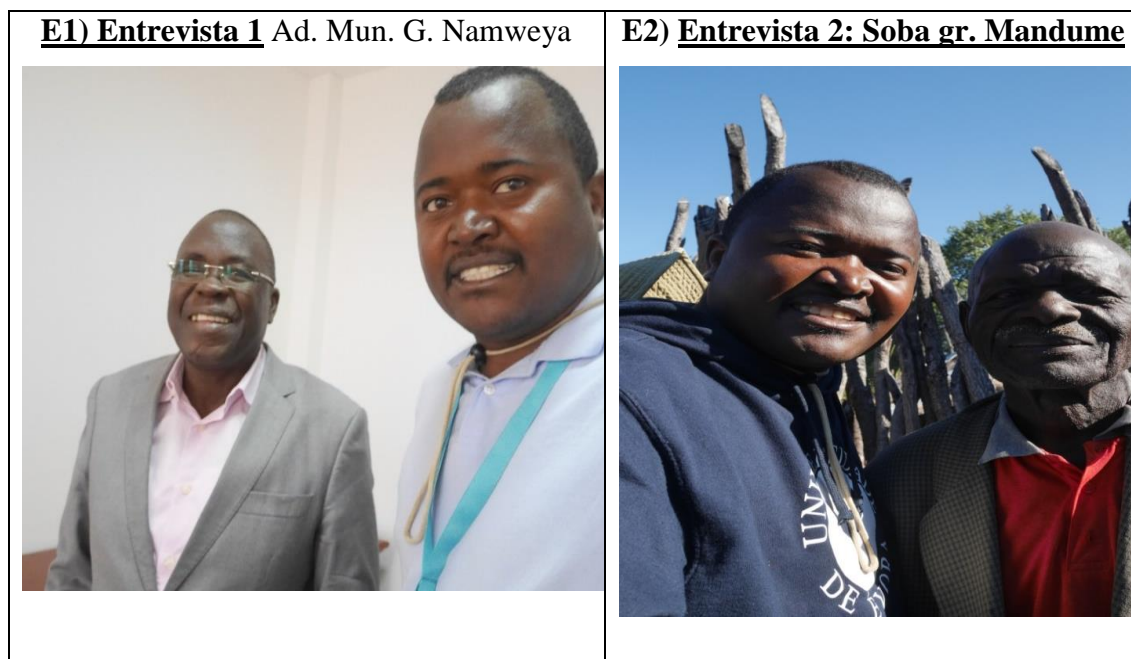
Data:	Local:
Hora:	Entrevistador:

Obrigado

Anexo 6. Entrevistas: algumas imagens e documentos históricos

Por questões metodológicas não publicamos o conteúdo das entrevistas, mas para registro das mesmas deixamos algumas imagens com os entrevistados, assim como relativas a documentos históricos que nos foram facultados.

Figura 17. Foto com o administrador do Kwanyama e com o Soba grande de Ondova



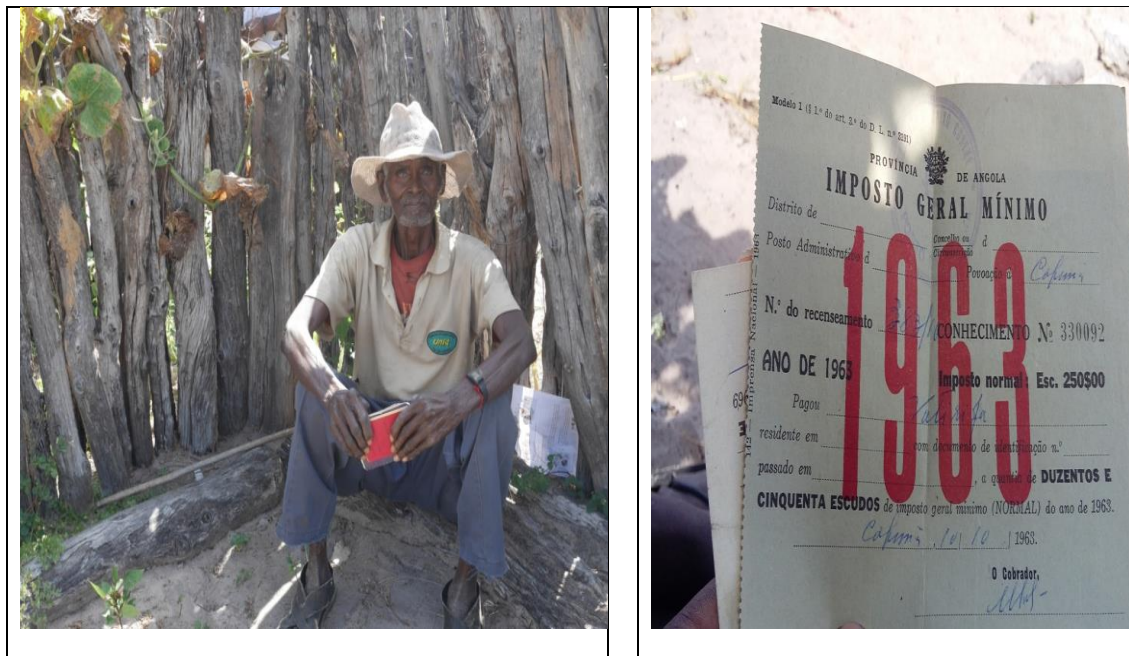
Fonte: Foto do autor, tirada em Ondjiva depois de entrevista, 2 e 5 maio 2017

Figura 18. O Sr. Ngholongholo, depois da entrevista em Ondova



Fonte: Foto do autor, Ondova, 02/05/2017

Figura 19. Sr. Vatilifa ya Shimbango e o Recibo do imposto mínimo 1963



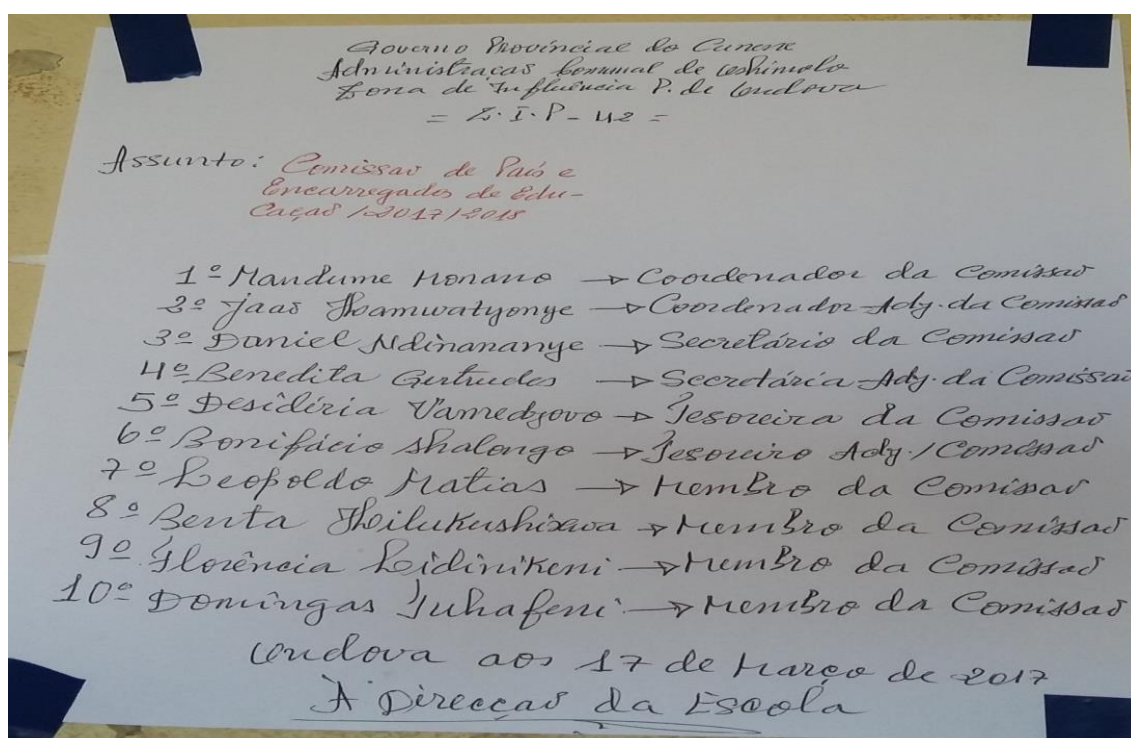
Fonte: Fotografia do autor, 2 maio de 2017

Figura 20. Foto tirada depois da entrevista aos comerciantes locais



Fonte: Foto do autor, Ondova, 2/5/2017.

Figura 21. Comissão de pais e encarregados de educação 2017/2018



Fonte: Foto do autor, 02/05/2017

Figura 22. O investigador e a Avó Pangashoye ya Mwetuuda de 93 anos de idade (filha dos antigos senhores de Ondova)



Fonte: Foto do autor, 7/05/ 2017.

Anexo 7. Grelhas de análise de conteúdo das entrevistas aos residentes de Ondova (2017)

Tabela 30. Análise de conteúdo das entrevistas aos residentes

Dimensão	Questões	Entrevistado E1	Entrevistado E2	Entrevistado E3	Entrevistado E4	Entrevistado E5	Entrevistado E6
A – Desenvolvimento de Ondova	A1: fatores de desenvolvimento	A simplicidade das pessoas	Podem ser as diversas obras (O novo armazém, centro medico...)	Educação de base	Ouvir as autoridades tradicionais	Reabilitar a estrada e promover turismo...	Oferecer educação de qualidade e condições básicas
	A2: projetos	Agricultores e criadores de gado	Água, saúde conservação da natureza	Educação e saúde preventiva para todos	Habitação Estrada, registos	Água, estrada, ensino e	Formação dos camponeses
	A3: entraves e condições de implementação	Há muita vontade principalmente dos jovens	Dispersão da população	Estado das vias; seca; falta de água; transumância	Proximidade de Ondjiva; a estrada nacional Namibe K.K.	Estado das vias; a emigração dos jovens.	Falta de água
B – Iniciativas Locais	B1: Iniciativas motoras de desenvolvimento...	Formação dos camponeses na diversificação das culturas	Associação de moradores e dos pais	Trabalhar em conjunto na exploração da água e do pasto	Valorização do nosso gado no mercado	Organização das vendas;	Lavras comunitárias;
	B2: Principais Potencialidades ...	Gado e terras	As manifestações culturais, exemplo: festa dos bois e da puberdade) efundula	Feira; associativismo	Em relação às povoações - água subterrânea;	Agropecuária; madeira e turismo rural	Boas Condições para criação de gado
	B3: Debilidades socioeconómicas...	Falta de formação dos RH	Vias e meios de comunicação; água e saneamento básico.	Falta de: água, saneamento básico; mão-de-obra especializada	Com a inflação perdemos o poder de compra principalmente na Namíbia...	Emigração dos jovens, roubo de gado e terras...	O nosso dinheiro quase não vale para nada... mas felizmente temos o gado que com muito sacrifício podemos vender na Namíbia e conseguir lá diversos serviços.
C – Perspetivas/que futuro?	C1: Porquê da necessidade de planos de DS no meio rural?	Sim.	Sim.	Não sei.	Já é tempo.	Para participarmos nas construções da nossa comunidade	Por Questões de organização

	C2. Medidas/políticas	Por exemplo: combater os caçadores furtivos; os que ateiam fogos; mais clarificação dos poderes do soba.	Conservação do ambiente	Educação, saúde, organização administração local	Organização na conceção de terras para exploração agrícola	Conservação do ambiente	Criação e povoamento de reservas para animais selvagens
	C:3 Sugestões	Criar bolsas de estudo para os melhores da nossa escola	O registo civil das crianças ao nascerem	Enviar funcionários públicos que conheçam a nossa cultura	Subsídio aos idosos	Apetrecho do Posto médico em recursos humanos e materiais à altura.	Casas para os funcionários públicos

Tabela 31. Análise de conteúdo das entrevistas aos residentes (cont. 1)

Dimensão	Questões	Entrevistado E7	Entrevistado E8	Entrevistado E9	Entrevistado E10
A – Desenvolvimento de Ondova	A1: fatores de desenvolvimento	Oferecer cá educação de qualidade e condições básicas - Formação	União	Educação de base	Ouvir as autoridades tradicionais
	A2: projetos	Mercado e combater a emigração de jovens	Água, saúde conservação da natureza	Educação e saúde preventiva para todos	Água, habitação Estrada, registos
	A3: entraves e condições de implementação	Há muita vontade principalmente dos jovens	Consumo excessivo de álcool; Roubo/furto de gado;	Estado das vias; seca; falta de água; transumância	Proximidade de Ondjiva; a estrada nacional Namibe K.K.
B – Iniciativas Locais	B1: Iniciativas motoras de desenvolvimento...	Formação dos camponeses na diversificação das culturas	Bem não sei, talvez criar uma associação que possa atrair investimento privado na agricultura e turismo ...	Trabalhar em conjunto na exploração da água e do pasto	Limpar os caminhos e a estrada para evitar acidentes rodoviários
	B2: Principais Potencialidades ...	Antigas minas de ferro; O fabrico da água-ardente	As manifestações culturais, exemplo festa dos bois e da puberdade (efundula)	Feira; associativismo	Em relação às povoações água subterrânea;
	B3: Debilidades socioeconómicas...	Faltam bancos e grandes superfícies comerciais	Transportes públicos	Falta de: água, saneamento básico; mão-de-obra especializada	Com a inflação perdemos o poder de compra principalmente na Namíbia...
C – Perspetivas/que futuro?	C1: Porquê da necessidade de planos de DS no meio rural?	Importante	Sim.	Não sei.	Já é tempo.
	C2. Medidas/políticas	Combater a destruição da floresta	Conservação do ambiente	Água e saúde para todos	Organização na concessão de terras para exploração agrícola
	C:3 Sugestões	Criar bolsas de estudo para os melhores da nossa escola	Criar postos de correios ou de telefones	Seria bom termos aqui uma escola de formação agrária ou profissional	Subsídio aos idosos

Tabela 32. Análise de conteúdo das entrevistas aos residentes (cont. 2)

Dimensão	Questões	Entrevistado E11	Entrevistado E12	Entrevistado E13	Entrevistado E14
A – Desenvolvimento de Ondova	A1: fatores de desenvolvimento	Reabilitar a estrada e promover turismo...	Formação	União	Educação de base
	A2: projetos	Água, estrada, ensino e	Mercado e combater emigração de jovens	Água, saúde conservação da natureza	Educação e saúde preventiva para todos
	A3: entraves e condições de implementação	Estado das vias; a emigração dos jovens.	Há muita vontade principalmente dos jovens	Consumo excessivo de álcool; Roubo/furto de gado;	Estado das vias; seca; falta de água; transumância
B – Iniciativas Locais	B1: Iniciativas motoras de desenvolvimento...	Organização das vendas;	Formação dos camponeses na diversificação das culturas	Organização das vendas;	Trabalhar em conjunto na exploração da água e do pasto
	B2: Principais Potencialidades ...	Agropecuária; madeira e turismo rural	Antigas minas de ferro; O fabrico da água-ardente	Feira; associativismo	As manifestações culturais exemplo festa dos bois e de puberdade (efundula)
	B3: Debilidades socioeconómicas...	Emigração dos jovens, roubo de gado e terras...	Falta de formação dos RH	Vias e meios de comunicação; água e saneamento básico.	Falta de: água, saneamento básico; mão-de-obra especializada
C – Perspetivas/que futuro?	C1: Porquê da necessidade de planos de DS no meio rural?	Criar condições para os jovens que queiram trabalhar na povoação	Sim.	Sim.	Não sei.
	C2. Medidas/políticas	Lutas contra os traficantes de marfim	Mais circulação de pessoas e bens	Conservação do ambiente	Educação, saúde, organização administração local

	C:3 Sugestões	Apetrecho do posto médico em recursos humanos e materiais à altura.	Criar bolsas de estudo para os melhores da nossa escola. Iluminação e água para todos	Combater o fabrico e consumo de álcool	Seria bom termos aqui uma escola de formação profissional
--	---------------	---	---	--	---

Tabela 33. Análise de conteúdo das entrevistas aos residentes (cont. 3)

Dimensão	Questões	Entrevistado E15	Entrevistado E16	Entrevistado E17	Entrevistado E18
A – Desenvolvimento de Ondova	A1: fatores de desenvolvimento	Ouvir as autoridades tradicionais	Reabilitar a estrada e promover turismo...	Formação educação de base	Oferecer cá educação de qualidade e condições básicas
	A2: projetos	Água, habitação estrada, registos	Água, estrada, ensino	Mercado e combater emigração de jovens	Turismo, desporto e cultura
	A3: entraves e condições de implementação	Proximidade de Ondjiva; a estrada nacional Namibe K.K.	Estado das vias; a emigração dos jovens.	Há muita vontade principalmente dos jovens	Consumo excessivo de álcool; Roubo/furto de gado;
B – Iniciativas Locais	B1: Iniciativas motoras de desenvolvimento...	Limpar os caminhos e a estrada para evitar acidentes rodoviários	Bem, não sei, talvez criar uma associação que possa atrair investimento privado na agricultura e turismo ...	Formação dos camponeses na diversificação das culturas	Valorização dos produtos locais, lavras comunitárias, feiras e manifestações culturais
	B2: Principais Potencialidades ...	Em relação às povoações água subterrânea;	Agropecuária; madeira e turismo rural	Antigas minas de ferro; O fabrico da água-ardente	Valorização das nossas festas tradicionais
	B3: Debilidades socioeconómicas...	Com a inflação perdemos o poder de compra principalmente na Namíbia...	Emigração dos jovens, roubo de gado e terras...	Falta de formação dos RH	O nosso dinheiro quase não vale para nada... mas felizmente temos o gado que com muito sacrifício podemos vender na Namíbia e conseguir lá diversos serviços.
C – Perspetivas/que futuro?	C1: Porquê da necessidade de planos de DS no meio rural?	Já é tempo.	Criação e povoamento de reservas para animais selvagens	Sim. Criação e povoamento de reservas para animais selvagens	Sim.

	C2. Medidas/políticas	Organização na conceção de terras para exploração agrícola	Conservação do ambiente	Por exemplo, combater os caçadores furtivos e os que ateiam fogos. Mais clarificação dos poderes do soba.	Participação de todos nas decisões para atividades. Organização na conceção de terras para exploração agrícola
	C:3 Sugestões	Ajudar as famílias com crianças em idade escolar	Abrir caminhos que ligam Ondova com outras povoações.	Criar bolsas de estudo para os melhores da nossa escola	Construir campos para prática de desporto

Anexo 8. Grelhas de análise de conteúdo das entrevistas institucionais em Ondova (2017)

1) Entrevistas institucionais: caracterização dos entrevistados e análise de conteúdo das entrevistas

Tabela 34. Grelha de entrevistas às instituições - questão A

Dimensão	Questões	Entrevistado 1 (instituição)	Entrevistado 2 (instituição)	Entrevistado 3 (instituição)	Entrevistado 4 (instituição)
A – Desenvolvimento do meio rural	A1: fatores de desenvolvimento	Contextualizar projetos	União e formação	Educação de base	Ouvir as autoridades tradicionais
	A2: projetos	Mercado e combater emigração de jovens	Água, saúde conservação da natureza	Educação e saúde preventiva para todos	Água, habitação Estrada, registos
	A3: entraves e condições de implementação	Há muita vontade principalmente dos jovens	Consumo excessivo de álcool; Roubo/furto de gado;	Estado das vias; seca; falta de água; transumância	Proximidade de Ondjiva; a estrada nacional Namibe K.K.

Tabela 35. Grelha de entrevistas às instituições - questão B

Dimensão	Questões	Entrevistado 1 (instituição)	Entrevistado 2 (instituição)	Entrevistado 3 (instituição)	Entrevistado 4 (instituição)
B – Iniciativas/ políticas de Desenvolvimento do meio rural	B1: iniciativas motores do D.R.	Formação/participação de todos atores	Convívios entre gerações e trocas de experiências	Aquisição de imputes agrícolas	Diálogo entre a tradição e a modernidade
	B2: projetos que incentivam o D.R.	Armazém, loja, escola, furos, centro médico; vacinação do gado ... habitação para a função pública.	Aproveitamento dos recursos hídricos	Cursos de ABC de negócios e criação de aves	Importância de conservar a natureza
	B3: contributos da Instituição	Implementação das diretrizes centrais	Sensibilização sobre o consumo de álcool e abandono escolar	Alfabetização	Cadastramento da população

Tabela 36. Grelhas de entrevistas às instituições - questão C

Dimensão	Questões	Entrevistado 1 (instituição)	Entrevistado 2 (instituição)	Entrevistado 3 (instituição)	Entrevistado 4 (instituição)
C – Perspectivas Desenvolvimento do meio rural	C1: Importância dos planos de DL	Participativos	União	Educação de base	Ouvir as autoridades tradicionais
	C2: Que políticas urgentes ...	Finalizar os projetos previstos	Água, saúde conservação da natureza	Educação e saúde preventiva para todos	Estabelecimentos para estudantes de longe
	C3: Sugestões	Lutar contra transumância; trabalhos infantis e violência doméstica	Fornecer água, energia e condições de serviços básicas à população...	Cadastrar os recursos naturais e circuitos turísticos	Unir amigos e naturais desta terra

Tabela 37. Grelha com excertos de entrevistas

Dimensão	Questões	Análise	Excertos de entrevistas
A – Desenvolvimento do meio rural	A1: Fatores de desenvolvimento	Estas e outras instituições são como que o rosto do erguer das cinzas da guerra desta povoação e da implementação das PP.	“a escola e o posto de saúde mudaram esta povoação para melhor” (E1.)
	A2: Projetos	Cada um pode traçar projetos para o meio rural, mas estes terão melhor aplicação se forem feitos com base na participação livre e construtiva de todos atores e setores da comunidade.	Se as 50 casas previstas forem construídas os funcionários passam a viver cá” (E 2)
	A3: Entraves e condições de implementação	Para além da falta de água, energia, saneamento básico e outros meios e serviços; há muitas condições: ambiente natural; habitantes jovens; diálogo entre vivência/comércio moderno e tradicional	“Infelizmente muitas crianças passam tempo em transumância ou em acampamentos de recolção de frutos silvestres, perdendo assim as aulas” (E2).

